



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**Diplomacia Portuguesa no mundo globalizado - Mudanças e
Continuidades**

Maria Dulce de Oliveira Mota

Orientador(es) | Fernando Martins

Évora 2020



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**Diplomacia Portuguesa no mundo globalizado - Mudanças e
Continuidades**

Maria Dulce de Oliveira Mota

Orientador(es) | Fernando Martins

Évora 2020



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Evanthia Balla (Universidade de Évora)

Vogais | Fernando Martins (Universidade de Évora) (Orientador)
Marco António Martins (Universidade de Évora) (Arguente)

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS	3
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE TABELAS	6
AGRADECIMENTOS	7
Resumo.....	8
Abstract	9
Introdução.....	10
Parte I	13
Breve História da Diplomacia	13
1.1. As origens da Diplomacia	13
1.2. As representações permanentes	15
1.3. Congresso de Viena e a Diplomacia no séc. XIX/XX	18
1.4. O Nascimento das Nações Unidas e o (pouco) envolvimento português.....	20
1.5. A Diplomacia na era da União Europeia.....	22
1.5.1. Os Tratados	22
1.5.2. Diplomacia vs União Europeia	24
<i>Brexit</i> e a sua implicação na diplomacia europeia.....	25
1.6. A diplomacia portuguesa e os PALOP	29
1.6.1. Angola	32
1.6.2. Cabo Verde.....	35
1.6.3. Guiné-Bissau.....	37
1.6.4. Moçambique	38
1.6.5. São Tomé e Príncipe	39
1.6.6. Timor	41
Parte II.....	46
A Profissão de Diplomata: Estatuto da Carreira e Principais funções	46
2.1. Estatuto da Carreira Diplomática	46
2.2. O acesso à carreira diplomática.....	47

2.3. Funções Diplomáticas- Mudanças e Continuidades	50
2.3.1. Representação	51
2.3.2. Negociação	52
2.3.3. Informação	54
2.3.4. Promoção	56
2.3.5. Proteção	57
2.3.6. Extensão Externa do Serviço Público	58
Parte III	60
Globalização e Diplomacia	60
3.1. Era da Globalização	60
3.2. Os novos atores da Diplomacia	63
3.3. Diplomacia Económica	67
3.3.1- A importância da diplomacia económica portuguesa	69
3.3.2- A diplomacia económica Portugal – EU	72
3.3.3- A diplomacia económica Portugal – China	74
3.3.4- A diplomacia económica Portugal – Cabo Verde	75
Parte IV	82
Entrevistas e Entrevistados	82
4.1. Metodologia e justificação	82
4.2. Entrevistados e justificação da escolha	83
4.3. Questões aos Embaixadores e suas justificações	84
4.3.1. Questões do Inquérito fechado aos restantes diplomatas	87
4.3.2. Questões da Entrevista à representante da AICEP	90
4.4. Entrevistas a Embaixadores- resumo dos resultados das questões do guião	92
4.5. Análise das respostas ao inquérito fechado dirigido aos restantes diplomatas	101
4.6. Análise das respostas às entrevistas à AICEP e NERSANT	103
Conclusões	107
Bibliografia	112
ANEXOS	117
ANEXO I – Análise ao inquérito efetuado a diplomatas (MNE) – Survey Monkey	118
ANEXO II- Entrevistas autorizadas de embaixadores	128
ANEXO III - Entrevista do representante da AICEP	139
ANEXO IV - Entrevista do representante da Associação empresarial NERSANT	141
ANEXO V - Provas de acesso à carreira diplomática (anos de 1997 e 2017)	144

LISTA DE SIGLAS

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

EM - Estados Membros

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

ICEP - Investimento Comércio e Turismo

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IDI - Instituto Diplomático

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

NATO/OTAN - North Atlantic Treaty Organization/Organização Tratado do Atlântico Norte

NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PME - Pequenas e Médias Empresas

SEAE - Serviço Europeu para a Ação Externa

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

UE - União Europeia

UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Catálogo de fornecedores da AICEP

Figura 2 - Cartaz promocional da NERSANT Business

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais indicadores do comércio internacional português

Quadro 2 - Principais mercados das exportações portuguesas de 2016 a 2019

Quadro 3 - Exportações e IDE português em Cabo Verde

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desenvolvimento das Relações Diplomáticas entre Angola e Portugal

Tabela 2 - Desenvolvimento das Relações Diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal

Tabela 3 - Desenvolvimento das Relações Diplomáticas entre Guiné Bissau e Portugal

Tabela 4 - Desenvolvimento das Relações Diplomáticas entre Moçambique e Portugal

Tabela 5 - Desenvolvimento das Relações Diplomáticas entre S. Tomé e Príncipe e Portugal

Tabela 6 - Desenvolvimento das Relações Diplomáticas entre Timor e Portugal

AGRADECIMENTOS

A quem acredito que me guia desde o plano divino.

À minha família de sangue e de coração.

À Universidade de Évora e professores deste Mestrado pela oportunidade da aprendizagem.

Em especial, ao Professor e Orientador, Prof. Doutor Fernando Martins, pelas correções, sugestões, orientação e apoio prestado.

Ao Dr. Thiago Carvalho, pela partilha da sua experiência enquanto adido.

A todos os Srs. Embaixadores que, muito amavelmente, responderam às minhas questões, presencialmente, via telefone, Skype e e-mail.

Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, por permitir que profissionais das outras categorias da vida diplomática pudessem responder ao questionário fechado.

A todos os Adidos e Secretários, que partilharam a sua experiência ainda que de forma anónima.

À Nersant e à AICEP pelas entrevistas e pelo ponto de vista demonstrado.

E porque os últimos são os primeiros...

Ao Miguel Bento Neves pela paciência e dedicação em todos os momentos, bons e menos bons, por nunca me deixar esquecer deste trabalho, apesar de tantas viagens pelo meio, contratempos e períodos tão difíceis de ultrapassar...

A todos, muito, mas muito obrigada!

**Palavras- Chave: Globalização; diplomacia; diplomacia pública;
diplomacia económica; embaixadas**

Resumo

Tendo em conta a globalização da sociedade e as transformações a que estão sujeitas todas as instituições, importa saber se a diplomacia portuguesa terá enfrentado muitas mudanças. A era da aldeia global de McLuhan em constante aceleração por via das novas tecnologias e das facilidades de comunicação alteraram, não o objetivo, mas a forma de exercer a diplomacia. As principais funções diplomáticas mantêm-se mas com alterações, umas mais do que outras, tentando acompanhar a evolução da sociedade. O acesso à própria carreira diplomática também sofreu algumas alterações como resposta a uma necessidade premente de profissionais no corpo diplomático.

Novos atores surgiram e novas diplomacias também. Falamos de diplomacia pública mas também da diplomacia económica. Especial destaque para esta última que, no que a Portugal diz respeito, constituiu, nos últimos tempos, uma das mais importantes áreas para o país. É hoje fundamental na nova agenda económica do país e assume um papel preponderante na nova dimensão da competitividade em Portugal. As empresas, os empresários e as associações empresariais podem, portanto, ser vistas, elas próprias como atores de diplomacia porquanto, não raras vezes, geram valor ao país, através da imagem e do seu trabalho no, ou com o exterior. A instalação crescente de agências da AICEP nas embaixadas são o resultado de um esforço comum com o objetivo claro de reforçar ações de diplomacia económica. Tanto os diplomatas de topo como os de início de carreira concordam que houve alterações às quais a diplomacia portuguesa se teve de adaptar não obstante o facto de, na sua essência e propósito, se manterem os principais pilares diplomáticos. Por este motivo e pese embora, muitos outros atores venham a surgir de futuro e ao ritmo da globalização, a sua função (diplomatas) nunca deixará de fazer sentido. Pode-se ter acesso a mais informação, mas muita dela necessita de ser filtrada, pode-se encontrar novos meios e novos profissionais para negociações, mas muitas vezes, necessitar-se-á de um intermediário ao nível diplomático para que essas negociações não caiam por terra. A diplomacia tem assim o seu “lugar” assegurado ainda que divida a atenção, quer com o poder político quer com os novos atores.

Portuguese Diplomacy in a globalized world - changes and continuities

KEY WORDS: Globalization; diplomacy, public diplomacy, economic diplomacy; embassies

Abstract

Bearing in mind the globalization of society and the transformations in all institutions, it is important to know whether Portuguese Diplomacy has faced many changes. The era of McLuhan's global village, which is constantly accelerating due to new technologies and communication facilities, has changed, not the purpose, but the way of exercising diplomacy. The main diplomatic functions are preserved but with changes, some more than others, trying to follow the evolution of society itself. Access to the diplomatic career itself has also undergone some changes in response to a pressing need for professionals in the diplomatic corps.

New actors have emerged and new diplomacy as well. We speak of public diplomacy but also of economic diplomacy. Special emphasis is placed on the latter, which, as far as Portugal is concerned, has recently been one of the most important areas. It is now crucial in the country's new economic agenda and assumes a leading role in the new dimension of competitiveness in Portugal. Companies, entrepreneurs and business associations can, therefore, be seen, themselves as actors of diplomacy because, often, they generate value to the country, through the image and their work in, or with the outside. The increasing installation of AICEP agencies at embassies is the result of a joint effort with the clear objective of reinforcing economic diplomacy actions. Both top and new diplomats agree that there have been changes to which Portuguese diplomacy had to adapt despite the fact that, in essence and purpose, the main diplomatic pillars remain. For this reason and despite the fact that many other actors will emerge in the future and at the pace of globalization, diplomat's role will never fail to make sense. They can have access to more information, but a lot of it needs to be filtered, they can find new ways and new professionals for negotiations, but often, they will need an intermediary at the diplomatic level so that these negotiations do not fall overland. Thus, diplomacy has its "place" ensured even if it divides attention, either with political power or with new actors.

Introdução

A diplomacia, como qualquer outra atividade ou talvez mais do que qualquer outra, estará longe de ser estanque. Desde as suas origens até à atualidade teve que se adaptar aos diferentes contextos sociológicos e a diversas alterações da interação entre os Estados e as sociedades em geral. Com o advento da globalização e o aparecimento de todas as mudanças a ela relacionadas, deu-se mais uma grande transformação da sociedade e conseqüentemente do modo de exercer a diplomacia.

A evolução das novas tecnologias, nomeadamente as tecnologias em rede, a facilidade e rapidez dos meios de comunicação contribuíram para o aparecimento de novos atores da diplomacia e de novas diplomacias. O acesso à carreira diplomática também se alterou ao longo das duas últimas décadas, desta feita, talvez não pelo advento da globalização, mas por outras variáveis que se abordarão. Com o intuito de perceber quais foram as principais mudanças e também as continuidades que a diplomacia (neste caso, a diplomacia portuguesa) adotou, paralelamente à chegada da globalização, dividiu-se esta dissertação em IV partes.

Na Parte I será analisada, ainda que de forma breve, a história da diplomacia, com especial enfoque aos principais tratados. Abordar-se-á também a diplomacia vs União Europeia e as possíveis implicações para a diplomacia do *Brexit*. Ainda nesta parte da dissertação, será analisada a diplomacia portuguesa vs PALOP's, para perceber como se tem afirmado Portugal nos países africanos e quais as suas principais estratégias de cooperação.

Numa II Parte, abordar-se-á a profissão de diplomata, com uma análise ao acesso à carreira, verificando se houve ou não alterações e se a globalização terá contribuído para isso. Também se analisarão as principais funções da diplomacia e se apontarão, segundo a revisão de literatura e as entrevistas e inquéritos a diplomatas, as principais alterações a que cada uma delas esteve sujeita nas últimas décadas.

Na Parte III, será analisada a diplomacia na era da globalização e os novos atores na diplomacia atual. Um foco especial será dado à diplomacia económica enquanto instrumento de captação de investimento para Portugal, nomeadamente com a União Europeia, China e Cabo Verde. Será também analisada a importância do trabalho da AICEP, com o testemunho de uma associação empresarial.

Por fim, na Parte IV, será feita uma análise às entrevistas aos Embaixadores e representantes da AICEP e NERSANT assim como o questionário fechado enviado aos restantes diplomatas, para se chegar a uma conclusão sobre a opinião dos mesmos acerca das alterações e continuidades na diplomacia.

Terá a diplomacia portuguesa acompanhado a evolução da sociedade e o modo como esta passou a interagir entre si e entre os Estados?

Para tal, usaram-se duas metodologias diferentes, mas complementares e entrevistaram-se diplomatas de topo de carreira (embaixadores), um responsável por uma associação empresarial (que se encontra em situação de poder dar uma perspetiva do pensamento dos empresários que representa), um responsável da AICEP e, através de um inquérito fechado, auscultou-se a opinião da restante hierarquia de diplomatas (adidos e secretários).

Desde sempre as sociedades humanas estão em contínua mudança, assistindo-se às mais profundas alterações dos tipos de poder. Não será de estranhar que a diplomacia tenha sofrido enormes alterações, talvez não na sua essência, mas na sua prática e formas de atuação dos seus agentes e atores, como se verá, mais à frente, ao longo desta dissertação.

“The time for diplomacy is now!”

Condoleezza Rice
Senate Foreign Relations Committee
Washington, DC
January 18, 2005

(Secretária de Estado na administração do presidente George W. Bush 2005-2009)

Parte I

Breve História da Diplomacia

1.1. As origens da Diplomacia

Este trabalho busca problematizar as alterações e continuidades que a Diplomacia, em especial a atividade diplomática portuguesa enfrentou com a globalização. Assim, fará algum sentido que se defina e enquadre o próprio conceito de “diplomacia”, entendível enquanto “o nome que se dá hoje ao conjunto de atividades profissionais exercidas no âmbito das relações entre Estados e outros atores internacionais, tanto no quadro bilateral como multilateral” (Jesus, 2014, p. 151). Anteriormente, a diplomacia foi referida por Hamilton e Langhorne, como sendo “the peaceful conduct of relations amongst political entities, their principals and accredited agents”.

“A diplomacia é a segunda profissão mais velha no mundo, mas ocorre tão naturalmente entre os seres humanos como a primeira. Nas antigas cidades Estado sumérias era um meio de canalizar as mensagens das divindades entre os reis.[...] a diplomacia era também um sofisticado código de conduta entre mercadores e embaixadores que amiúde eram uma e a mesma pessoa”. (Khanna, 2012, p. 18)

Para Berridge (2010) diplomacia é uma atividade política dotada de recursos políticos, com o objetivo de garantir políticas externas sem o uso de força, propaganda ou lei.

“Diplomacy is an essentially political activity and, well-resourced and skilful, a major ingredient of power. Its chief purpose is to enable states to secure the objectives of their foreign policies without resort to force, propaganda, or law. It follows that diplomacy consists of communication between officials designed to promote foreign policy either by formal agreement or tacit adjustment. Although it also includes such discrete activities as gathering information, clarifying intentions, and engendering goodwill”. (Berridge, 2010, p.1)

Embora tal conceito possa ser definido de várias formas, todas as definições contêm elementos essenciais da diplomacia, sendo que pecam pela falta de um ou outro elemento. No entanto, e na opinião de alguns autores existem definições que não raras vezes, subvertem o real conceito de diplomacia por se acharem diretamente ligadas à política externa pura “uma lamentável confusão de conceitos [...] que tem envenenado a literatura consagrada à teoria e história das relações internacionais e da política externa” (Magalhães, 2005, p. 83).

Ainda a esse respeito, o mesmo autor refere que “na linguagem corrente a até nas obras dos especialistas de assuntos internacionais, persista uma certa confusão de conceitos que torna difícil abordar com clareza qualquer matéria teórica relativa às relações internacionais” (Magalhães, 2005, p. 15).

Apesar disto e no que concerne à relevância do uso da diplomacia, não se encontram grandes contradições ao longo dos séculos. Observando as relações entre os Estados, chega-se à conclusão de que as relações diplomáticas serão tão antigas quanto as próprias sociedades, configuradas enquanto unidades políticas autónomas.

Historicamente, desde a formação dos primeiros estados, no final da Idade Média, que estes desenvolvem e adotam a prática de estarem representados diplomaticamente, entre estados que se reconhecem mutuamente. Contudo, apenas na segunda metade do século XX foram celebrados tratados específicos a fim de estabelecer através de normas e diretrizes, as representações de cada país.

Segundo Joaquim (2017) a história da diplomacia pode ser compreendida em quatro períodos: Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. A diplomacia antiga remete ao período da expansão grega, estando associado com os primórdios da democracia. Foi um modelo percussor que estabeleceu a relação entre as cidades-estados da região. Contudo, algumas características eram diferentes do conceito moderno de democracia, por exemplo, os seus diplomatas, os “Heraldos”, não possuíam proteção nos locais para onde eram enviados, ficando esta a cargo dos deuses. A diplomacia na idade medieval está marcada diretamente por três processos: expansão árabe no norte da África, médio oriente e regiões da península ibérica, o domínio da igreja católica na Europa, e o feudalismo, com o processo de cessão de terras no qual se estabelecia uma série de relações entre regiões. Mas as origens daquela diplomacia, vulgarmente apelidada de diplomacia moderna, remontam aos potentados italianos dos séculos XIII-XV, nomeadamente das

querelas entre tais “cidades-estado”, cada uma delas com uma organização político-diplomática específica. Havia, contudo, enormes diferenças estruturais no poderio político das cidades-estados, divididas entre as principais entidades¹ e outras menos importantes, ou seja, com menor expressão e poderio político. Numa situação em que principados e repúblicas tinham que forçosamente coexistir, poder-se-á afirmar que o ambiente era propício para o surgimento de iniciativas diplomáticas.

Outra causa apontada para o surgimento da diplomacia em terras italianas está relacionada com a sua situação geográfica: “[...] a circunstância de os italianos se encontrarem geograficamente situados entre o Mediterrâneo Ocidental e o Mediterrâneo Oriental também foi determinante, pois fez com que entre eles surgisse uma especial aptidão para desempenhar o papel de interlocutores entre o Ocidente e Bizâncio”.²

Ainda sem grande consenso por parte de muitos países, o século XV vê surgir as primeiras representações permanentes.

1.2. As representações permanentes

Após um período em que a diplomacia assentava, fundamentalmente, nos contatos bilaterais entre países vizinhos, ainda durante o século XV surgem as embaixadas permanentes em Itália. Portugal designaria o primeiro embaixador residente em Roma, o doutor João de Faria, lugar que ocupou entre 1512-1514. Seguiu-se a Espanha e a França a acolherem um embaixador residente português: “Com a Restauração, o sistema de embaixadas permanentes, já consagrado, foi alargado consideravelmente” (Magalhães, Manual Diplomático, 2005, p. 30).

Assim, os diplomatas permanentes aumentaram em número de efetivos e seriam espalhados por todo o continente europeu. No entanto, as missões nem sempre seriam devidamente acolhidas devido ao receio da prática de espionagem, o que não seria, por vezes, desprovido de verdade: “Muitas autoridades deste período chegaram mesmo a

¹ As principais entidades eram o ducado de Milão, a república de Veneza, de Florença, o Estados Papais, o reino da Sicília e Nápoles, mais conhecido como o reino das Duas Sicílias, integrado na coroa de Aragão desde o início do séc. XVI (no caso de Nápoles).

² Ver artigo “A prática diplomática do Antigo Regime” in: <https://books.openedition.org/cidehus/156> (Consultado em 18/03/2018)

recusar-se receber enviados diplomáticos, expressando a sua desconfiança quanto ao verdadeiro objetivo da missão”.³

A diplomacia teria ainda que passar por múltiplos obstáculos, que consequentemente condicionaram a sua evolução, tal como sucedeu com o projeto do Império Universal⁴ ou as múltiplas ingerências da Santa Sé nos assuntos internos dos reinos, nomeadamente com as figuras institucionais dos “núncios apostólicos” e as nunciaturas⁵, as quais ainda hoje perduram.

Para o avanço e modernização das normas da diplomacia, uma série de encontros e eventos internacionais foram extremamente importantes para a consolidação de questões teóricas e conceituais e para o estabelecimento de vários acordos e tratados, como se verá de seguida.

O Congresso de Vestefália

O Congresso de Vestefália foi convocado com o objetivo de terminar a Guerra dos Trinta Anos,⁶ Realizou-se nas cidades de Munster e Osnabruck (uma católica, outra protestante) entre 1643 e 1648, respetivamente, e consistiu em diversas reuniões com a participação de plenipotenciários dos diversos beligerantes, nomeadamente o Sacro Império Romano-Germânico, os Estados Imperiais, a França, o Império Espanhol, a Suécia, as Províncias Unidas dos Países Baixos, a Confederação Helvética, a República de Veneza e o Papado.

A denominada “Paz de Vestefália”, também conhecida como os Tratados de Munster e Osnabruck, designa a série de acordos que foram produzidos nesta altura. O Tratado assinado em Munster em janeiro de 1648 pôs fim à Guerra de Independência das Províncias Unidas. O Tratado assinado em Osnabruck, em outubro de 1648, entre o

³ Ver artigo “A prática diplomática do Antigo Regime” in: <https://books.openedition.org/cidehus/156> (Consultado a 18/03/2018)

⁴ Este projeto tinha um ideal que era o do domínio único, em que se acreditava que a Humanidade deveria organizar-se ou submeter-se a uma divindade, com a sua estrutura devidamente hierarquizada e que todos deveriam respeitar.

⁵ As nunciaturas eram os órgãos de ligação entre o papado e os vários príncipes seculares e o núncio revestia-se de um poder supranacional, que em nome do papa, poderia interferir nas decisões das diversas coroas.

⁶ Um conflito político e religioso que decorreu entre 1618 e 1648 e que teve o seu epicentro no território da atual Alemanha.

Sacro Império Romano-Germânico, os príncipes alemães (que integravam a “União Evangélica”), a França e a Suécia, pôs fim à Guerra dos 30 anos.

Na opinião de João Marques Almeida, “A razão por que a Paz de Westfália ganhou “a fama” de momento fundador é essencialmente simbólica. O simbolismo resulta da identificação entre as questões centrais dos Tratados e as características definidoras do sistema internacional moderno”. E adianta três pontos fundamentais para tal: 1º- a derrota das ambições imperiais do Papa e da Casa de Habsburgo

“Os Estados soberanos substituíram a ordem universal e imperial de Roma e Viena”

2º-o interesse do Estado foi elevado a princípio condutor da política externa.

“Neste sentido, a maioria das análises da Guerra dos Trinta Anos realça o exemplo francês. A França, monarquia católica, alinou-se a países protestantes contra a aliança católica dos Habsburgos austríacos e espanhóis. Aliás, a diplomacia francesa, baseada na *raison d'état*, deu ao seu Primeiro-Ministro de então, o Cardeal Richelieu, a importância histórica de ter sido o primeiro a aplicar de um modo sistemático a doutrina do interesse do Estado”

3º - o equilíbrio de poder estabelecido entre as grandes potências de então.

“A partir de 1648, a ideia de que a ordem política internacional está dependente dos equilíbrios de poder entre as grandes potências tornou-se o princípio central das relações internacionais.”⁷

A diplomacia portuguesa da Restauração pretendia o reconhecimento da legitimidade de D. João IV assim como manter a independência e soberania de Portugal e a manutenção das possessões ultramarinas. Apesar da oposição de Espanha sob ameaça de abandonar as negociações, os emissários portugueses fizeram múltiplos contactos com os participantes à margem do congresso em si, realçando a causa portuguesa, mesmo sem possuírem qualquer tipo de acreditação.

⁷ Ver mais em:

http://www.ipris.org/files/18/C_18_A_paz_de_Westfa_lia_a_histo_ria_do_sistema_de_Estados_moderno.pdf

No que diz respeito ao Tratado de Utreque (conjunto de acordos estabelecidos entre Espanha e França e as outras potências europeias, no contexto da Guerra da Sucessão espanhola), as negociações tiveram início na cidade holandesa de Utreque, em 1712. Em 1713, a França assinou tratados com Portugal, Saboia e Prússia.

Para Portugal ficou garantida a posse de vários territórios sul-americanos, (na região do Amazonas). Ainda nesta data, a Espanha celebrou a paz com a Inglaterra e a Saboia e um ano depois, em 1714, com a Holanda.

O tratado de paz com Portugal só viria a ser assinado no ano seguinte, em 1715, acordo esse que “obrigava à restituição dos territórios ocupados pelas partes no decurso da guerra, resolvia a questão das colónias em litígio nas Américas, previa a troca dos prisioneiros, regulava as relações comerciais futuras entre os dois países, previa o pagamento de dívidas antigas, revalidava os acordos anteriores entre as duas potências e normalizava as relações diplomáticas”⁸.

Foi a primeira conferência em que Portugal participou na mesma sala com todas as potências que integravam o “concerto europeu”. No caso concreto de Portugal, que participou no conflito enquanto parte da “Grande Aliança” (composta por Reino Unido, Países Baixos, Prússia e Casa de Saboia), tratou-se do reconhecimento internacional da sua independência, desde 1640. Os representantes diplomáticos de Portugal em Utreque foram o Conde de Tarouca e D. Luís da Cunha.

1.3. Congresso de Viena e a Diplomacia no séc. XIX/XX

O primeiro e quiçá, o mais relevante acontecimento político-diplomático (XIX), terá sido o Congresso de Viena (1815). Depois da deposição de Bonaparte na batalha de Waterloo, e criadas as condições para acordos de paz entre todos os Estados beligerantes,

⁸ Ver mais em: Tratado de Utreque in Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/\\$tratado-de-utrequ](https://www.infopedia.pt/$tratado-de-utrequ)

no Congresso de Viena, os países representados tentam resolver as múltiplas divergências europeias, pela via da diplomacia.

Apesar disto, estas negociações acabaram por “privilegiar o equilíbrio de poder na Europa apenas quanto às suas faces mais óbvias: o território e o poder militar”. Para além disso, o “Ato Final”⁹ apresentou ainda artigos relevantes para uma nova orientação das Relações Internacionais, como foi o caso da Abolição Universal e definitiva do tráfico de escravos entre as potências cristãs e regulamentos para a livre navegação em rios do centro da Europa. Além disto, estabelece também normas para assinatura de tratados e para a apresentação de diplomatas.

“Henceforward, diplomats would take rank according to the date of the official notification of their arrival in the capital concerned, the longest serving being accorded the highest seniority. It also became customary that plenipotentiaries at a conference would sign treaties in alphabetical order”. (Berridge, 2010, p.105)

Importante será também referir que foi neste século que se criaram organizações internacionais de diferentes tipos, como foi o caso da Comissão Internacional do Reno e a Comissão Internacional do Danúbio.¹⁰ Outro assunto a realçar e que foi consequência do Congresso de Viena, é a questão da lei das precedências.

Até então, a questão da precedência de agentes diplomáticos nas diversas negociações entre países, fora sempre alvo de contendas e mal-estar. A este respeito, Calvet de Magalhães, na sua obra “A Diplomacia Pura”, conta episódios caricatos, citando Harold Nicolson¹¹, do quão embaraçador se tornou para muitos diplomatas a então incoerente e até arbitrária forma de atribuição de precedências.¹²

Já no início do século XX, outras organizações, também elas de carácter permanente e multilateral, viriam a nascer, desta feita com um cunho político, como foi

⁹ Ato Final é o nome dado ao documento final assinado em 9 de junho de 1815 e intitulado "Tratado Geral", assinado no Congresso em Viena

¹⁰ Estas comissões mais não eram do que organismos com diversos Estados representados e que tinham já um caráter permanente.

¹¹ Harold Nicolson foi um diplomata britânico, autor, diarista e político que viveu de 1886 a 1968

¹² Ver mais em: Magalhães, Diplomacia Pura, 2005- pág 66 a 70

o caso da Sociedade das Nações, considerada “a máxima expressão da diplomacia multilateral” (Magalhães, 2005, p. 72), pois o seu objetivo era a tão desejada garantia da Paz entre os Estados, mas que viria a fracassar pela negação do Congresso Americano em ratificar o pacto.

De facto, a Sociedade das Nações, que adveio do Tratado de Paz de Versalhes, foi um avanço para a diplomacia internacional, tanto por se tratar de uma organização que tentava promover e garantir a paz mundial como pelo facto de, constituir em si, um fórum onde estavam representadas várias nações. Apesar disto, não possuía forma de impor a paz e não possuía instrumentos legais e forças militares para poder impor a sua vontade. Ressalve-se que, apesar disto, outras organizações nascidas desta, conseguiram sobreviver-lhe, como é o caso da Organização Internacional do Trabalho (1919).

1.4. O Nascimento das Nações Unidas e o (pouco) envolvimento português

Durante a segunda guerra mundial percebeu-se que a necessidade de reorganizar a sociedade internacional seria algo premente logo após o término do conflito. Winston Churchill, primeiro-ministro do Reino Unido e Roosevelt, presidente dos Estados Unidos da América fizeram uma declaração, a Carta do Atlântico, que juntava já vários princípios do Direito Internacional. Estava-se então em agosto de 1941 e logo no ano seguinte, nasce a Declaração das Nações Unidas.

Portugal demorou a ser admitido, tendo que se preparar devidamente para alterações profundas que estavam a nascer, no que à organização internacional dizia respeito. “A questão da admissão portuguesa e do seu protelamento por quase uma década teve apenas uma importância relativa. E vale não tanto por aquilo que significou para Portugal, mas por aquilo que indiciava, ou ensinava, sobre o modo como a ONU era, ao menos em parte, um espelho da forma como a sociedade internacional, ou o sistema internacional, foi reformulada e funcionou a partir de 1945/1946”. (Martins F., 2015).

Como outros países, ditos neutrais, Portugal viria a ver o seu pedido de admissão recusado em 1946, não lhe valendo o apoio do Reino Unido, da França e dos Estados Unidos da América, três membros do Conselho de Segurança. Esta recusa viria depois a acontecer todos os anos até 1955. “Depois de 1945, e apesar de o Estado português ter visto recusada a sua admissão nas Nações Unidas, não apenas contou com a solidariedade

da generalidade dos estados membros perante esta adversidade, como não foi o único país neutral a ver-se impedido de começar a participar nos trabalhos da ONU.”¹³

A adesão de Portugal só viria a ser efetivada quando se elaborou um acordo de admissão de vários países, acordo esse negociado e alcançado entre Estados Unidos e a URSS. Dentro do Regime, em Portugal, temia-se a interferência/ingerência da ONU nas questões ultramarinas, algo que não veio a acontecer, pelo menos até final dos anos 50. “Ao contrário daquilo que o Governo português temeu nos alvares da criação da ONU e da definição daquilo que devia ser a ordem internacional após o fim da Segunda Guerra Mundial, nada de fundamental mudou nas opções de política externa, política interna e política colonial. E no entanto, em 1955 cada uma daquelas era muito diferente do que tinha sido dez, quinze ou vinte anos antes.” (Martins, 2015, p. 67)

Numa postura de intransigência, Portugal foi sempre mantendo a sua posição de colonizador, apesar da cada vez maior atitude anticolonialista dos países que compunham a ONU. Alguns deles, até pelo facto de já terem sido colonizados, ripostavam contra os países que, como Portugal, teimavam em apoiar-se na História, para manterem as colónias. Portugal procedeu, inclusivamente, a mudanças jurídicas e semânticas, para “justificar” a sua posição. “Portugal não possuía *territórios não-autónomos* mas sim *Províncias Ultramarinas*”.¹⁴

Assim, mesmo com uma boa máquina de propaganda e utilizando a diplomacia, Portugal mostrava dificuldades em ter apoios dentro do fórum. Para os diplomatas acreditados junto da ONU, estes não terão sido temas fáceis. Seguiu-se depois, a transição para a democracia entre 1974 e 1976, a consolidação democrática portuguesa nos anos seguintes até novo desafio em 1986 com a integração europeia. A Diplomacia portuguesa foi tendo de se adaptar às novas conjunturas e respectivos desafios.

¹³ Ver artigo “A crise da Paz” in: <http://www.scielo.mec.pt> consultado em 12/2/2018

¹⁴ Sobre a posição de Portugal em relação às colónias. Ver mais in: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200004 consultado a 12/02/2018

1.5. A Diplomacia na era da União Europeia

1.5.1. Os Tratados

A União Europeia foi criada com o propósito de pôr fim a guerras sangrentas entre países vizinhos e trazer estabilidade para a região. São sete tratados ao longo dos últimos 70 anos que possibilitaram a integração e criação da União Europeia.

Segundo Gillingam (2015) o plano Schuman, em 1950, trouxe a reconciliação entre França e Alemanha, sob a égide da integração política, prevendo a criação de uma autoridade única que regesse a produção de carvão e aço dos dois países, aberta a participação dos países europeus. A instituição supervisora criada foi Alta Autoridade, atualmente conhecida Comissão Europeia.

No ano seguinte, a partir da assinatura do tratado de Paris, foi criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que começa a unir económica e politicamente os países europeus, tendo em vista assegurar uma paz duradoura. Os seis países fundadores são a Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos.

O segundo grande tratado, foi o tratado de Roma, assinado em 1957, que instituiu a criação do Mercado Comum Europeu, que permite a livre circulação pessoas, serviços, mercadorias e capitais. A alta autoridade passou a ser chamada de comissão europeia. O papel da comissão era de apresentar propostas, que teriam que ser aprovadas pelo conselho de ministros antes de se tornarem lei comunitária. Foi criada também a assembleia parlamentar europeia, inicialmente com um papel consultivo e eleita indiretamente. (Gillingham, 2015).

O terceiro marco histórico, foi em 1986 o Acto Único Europeu, que reforçou o papel do Parlamento Europeu, antiga assembleia parlamentar, uma vez que a comunidade passaria a pedir o parecer do parlamento para finalizar acordos de alargamento ou associação. O acto também, previa a conclusão do mercado comum para 1993.

Em 1993, o Tratado de Maastricht propôs mudanças significativas nas dinâmicas de integração. Propôs a criação de uma moeda única para o ano de 1999. Aumenta os poderes do parlamento europeu. Institui a criação dos comités das regiões e a criação da cidadania europeia. Além disso, estendeu as competências em diversas áreas como educação, pesquisa e desenvolvimento, meio ambiente, saúde, cultura, desenvolvimento, entre outras. (Gillingham, 2015).

O quinto marco, foi o tratado de Amesterdão em 1999, que instituiu mudanças associadas à introdução de novas garantias na proteção de direitos fundamentais, de igualdade ente homens e mulheres, e não discriminação, além do tratamento dos dados de natureza pessoal. Introduziu mudanças, associadas a vistos, imigração e circulação de pessoas no espaço europeu. Propôs um alargamento na política comercial comum, e um foco no desenvolvimento sustentável, saúde pública e proteção aos consumidores.

O tratado de Nice, foi o sexto tratado e foi assinado em 2003. Proferiu mudanças importantes nos mecanismos políticos da União Europeia. Cada estado passou a ter um comissário. Entre as mudanças, o presidente da Comissão passou a ser designado por maioria qualificada pelo Conselho. O Conselho passou a adotar por maioria qualificada os comissários indigitados, além do reforço do poder do Parlamento Europeu estendendo as áreas da co-decisão e foi instituída a carta europeia dos direitos fundamentais. (Gillingham, 2015).

O último, mas não menos importante tratado foi o de Lisboa, que passou a vigorar em 2009, que instituiu inúmeras mudanças nos processos de integração à União Europeia. Ficou definido que, entre inúmeros aspectos, o Presidente do Conselho Europeu será nomeado por um período de 2 anos e meio, foi permitido o processo de ampliação, eliminando a limitação de 27 estados membros estipulada pelo tratado de Nice, foi instituída a personalidade jurídica própria o que possibilitará a assinatura de acordos internacionais, foi criado um novo mecanismo de subsidiariedade entre os vários parlamentos nacionais e a UE, e foi definido que é permitido aos Estados saírem da União. (Tratado de Lisboa, 2009)

1.5.2. Diplomacia vs União Europeia

A União Europeia tem vindo desde a sua criação a reforçar a capacidade diplomática como representante dos países membros, o que permite que hoje seja uma voz ativa na negociação de muitas questões internacionais e/ou mundiais, incluindo conflitos em várias partes do mundo, com especial incidência nos países vizinhos da união. A EU, pela sua singularidade em termos organizativos e pelas implicações que tem na vida de todos os EM's, fez com que a diplomacia, dita tradicional, tivesse que se adaptar. A este respeito, Henrique Borges, embaixador de Portugal na Argentina (à data da entrevista para esta dissertação), refere que “a UE envolve um conjunto de práticas negociais e processos de decisão e de tecnicidade” que a afastam do exercício da diplomacia tradicional. O diplomata refere-se à utilização extensiva de maiorias qualificadas, grupos informais com poder substancial (como é o caso do Eurogrupo) e de extrema complexidade institucional.

Pode dizer-se que até 2009, apesar de a UE já ter uma fortíssima influência diplomática no mundo, fosse pela defesa dos seus interesses fosse pelas estratégias comerciais, a diplomacia europeia tinha várias vozes. As atenções, apesar de convergirem para um interesse comum, eram disputadas também entre países, o que se esbateu a partir daquele ano com a criação do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE). Este serviço não é mais que um serviço diplomático europeu, legitimado pelo Tratado de Lisboa de 2009 (já referido anteriormente), que deu atenção ao reforço da política externa da UE. Tem por missão apoiar o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, cargo também criado com o Tratado de Lisboa, e que é no fundo a voz que concentra as políticas definidas pelos chefes de Estado dos EM's, que reúnem quatro vezes por ano em Conselho Europeu, e as faz aplicar. Esta figura faz com que esta união de países tenha uma posição mais forte em termos de diplomacia, uma vez que representa a unificação de estratégias. O Tratado de Lisboa atribui assim à União personalidade jurídica, o que lhe permite estabelecer relações ao nível internacional ou mesmo concluir convenções.

Através do SEAE a UE está diplomaticamente representada internacionalmente através de “uma rede de mais de 139 delegações e representações em todo o mundo,

responsáveis por promover e proteger os valores e interesses da UE”.¹⁵ A Europa com os seus 27 EM’s é hoje um pilar fundamental na política internacional e na diplomacia, com especial incidência nas questões de conflitos e na criação ou manutenção da paz. A Europa está representada em grupos, mais ou menos restritos, que procuram soluções para algumas partes do mundo, como é o caso do Médio Oriente.

A Europa até pode divergir politicamente de alguns países ou organizações, mas na defesa dos seus interesses estratégicos, sociais ou económicos, associa-se a eles nos grupos que ela própria promove ou que é chamada a integrar num interesse comum. É exemplo disto, a participação no Quarteto para o Médio Oriente, que procura uma solução para instaurar a paz nesta zona do globo, fazendo parceria com Nações Unidas, Estados Unidos e Rússia.

***Brexit* e a sua implicação na diplomacia europeia**

Outra mudança no cenário da União Europeia foi a decisão do Reino Unido em retirar-se da UE, medida inédita entre os membros do bloco. Essa decisão, impulsionada pelos opositores à participação do Reino Unido na comunidade europeia afeta por completo a relação do país com as políticas de integração. Abria-se uma indefinição de como seria a relação diplomática entre os atores europeus e britânicos após o processo do *Brexit*. Segundo Dee & Smith (2017) a escolha pela saída da união europeia pelos britânicos trará um grande impacto nas políticas externas e da diplomacia britânica, trazendo implicações para as relações internacionais com o resto da Europa e com o mundo em geral.

“The outcome of the United Kingdom's referendum of 23 June 2016 to leave the European Union (EU) will have far reaching implications for British foreign policy and diplomacy. While the United Kingdom is in a position to negotiate its withdrawal from the EU, the fundamental question remains of how '*Brexit*' will, in turn, impact the United Kingdom's wider international role and its relationships with Europe and the world at large.” (Dee & Smith, 2017, p.527)

¹⁵ Sobre “Parcerias e ações de política Externa” in: https://europa.eu/european-union/topics/foreign-security-policy_pt

A escolha pela saída da União Europeia deu-se a partir do referendo realizado no dia 23 de junho de 2016, quando 51,9% dos votos, ou aproximadamente 17 milhões de votos válidos respondeu “sair”, à pergunta “*Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?*”. Este foi o segundo referendo público nacional sobre a relação do Reino Unido com a União Europeia, o primeiro havia sido em 1975 e reforçou a vontade da população a ingressar a comunidade europeia. (Goodwin & Heath, 2016)

Para Goodwin & Heath (2016) a escolha pela saída está centrada na escolha de uma parcela da população que por décadas ficou à margem de boas oportunidades de trabalho e educação, caracterizada por reformados e operários com poucos rendimentos e pouca escolaridade, que foram esquecidos pelas políticas económicas e pelos valores liberais.

“The public vote for *Brexit* was anchored predominantly, albeit not exclusively, in areas of the country that are filled with pensioners, low-skilled and less well-educated blue-collar workers and citizens who have been pushed to the margins not only by the economic transformation of the country over recent decades but also by the values that have come to dominate a more socially liberal media and political class”. (Goodwin & Heath, 2016, p.331).

A saída, que tinha data final para acontecer no dia 29 de março de 2019 não se chegou a efetivar. Foram três anos de reuniões e tentativas de acordos marcados por alguns impasses. A data final aproximava-se e uma saída sem nenhum tipo de acordo tomava corpo. Esse cenário implicaria mudanças drásticas na economia, nas pessoas e nas fronteiras, entre Reino Unido e União Europeia. Até nova data, marcada para 31 de outubro de 2019, esperava-se que UE e Reino Unido chegassem a um acordo para uma saída ordenada do país do bloco europeu, procurando minimizar o impacto dessas mudanças em áreas sensíveis para o desenvolvimento da região. Essa saída só viria a ter lugar em janeiro de 2020, sob a redobrada atenção de toda a Europa e, no caso específico, Portugal.

“Às 23h00 GMT do dia 31 de janeiro de 2020, o Reino Unido deixou de ser um Estado-Membro da União Europeia e entrou em vigor o Acordo de Saída, que garante uma saída ordenada desse país da União Europeia. Desde o início deste processo, o Governo português manteve-se firmemente empenhado em garantir

essa saída ordenada, solução que melhor protege os direitos dos cidadãos (ponto prioritário para Portugal), quer dos 27 Estados-Membros da UE, quer dos britânicos; mas também a que oferece maior segurança jurídica aos operadores económicos. O Governo português continuará, na nova fase negocial que agora se inicia, a estar muito atento à efetiva aplicação do Acordo de Saída”. (Portal Diplomático, 2020)

A saída traz, além de desafios sociais e económicos para o Reino Unido, desafios relacionados com a diplomacia do país, com a comunidade mundial, uma vez que o país não será mais representado pelo SEAE, havendo a necessidade de retomar esforços para manter uma boa diplomacia. Adler-Nissen et al (2017) destaca que a diplomacia pós saída da UE será fundamental, pois as percepções e os impactos da saída estão relacionados com o interlocutor, que vê o processo de diferentes posições, cabendo assim à diplomacia britânica trabalhar em prol do país.

“When it comes to geopolitical imaginaries and conceptions of what is diplomatically possible, *Brexit* has led to a range of different interpretations across the world. Interestingly, many of these readings appear to be in contradiction. In the following, we will focus on three illustrative examples of the diplomatic promise of *Brexit*: multilateralism (liberal world order, security communities), post-imperialism (Commonwealth, Anglosphere) and bilateralism (special relationships, partnerships and ‘gateways’). The examples illustrate that what *Brexit* means depends not only on who you are but also from where you see it.” (Adler-Nissen et al, 2017, p.7)

Um exemplo de novos desafios para a diplomacia britânica, será a relação estabelecida com as Nações Unidas, uma vez que o Reino Unido se beneficiou em vários aspetos, da sua participação na União Europeia, no que diz respeito à representação e influência na ONU. Um desses exemplos, é a participação britânica no Conselho de Direitos Humanos da ONU, que aconteceu fundamentalmente através da presença da UE, uma vez que este é um ator com um maior protagonismo nesta área. (Dee & Smith, 2017)

Nessa perspetiva, a diplomacia do Reino Unido tem um longo caminho pela frente num futuro pós saída da União Europeia, uma vez que terá que retomar todos os seus canais diplomáticos de forma independente do bloco europeu, o que poderá ser um

caminho demorado e extenso, trazendo assim impactos para as políticas externas e económicas do país.

“In walking away from the EU, the United Kingdom must now undertake a substantive review, and indeed overhaul of its international relations as a whole. Above all, it must undertake the complex task of rewiring its diplomatic channels separate from the EU. Such rewiring will be time-consuming and extensive and, in certain policy fields, being a follower of the EU may present the United Kingdom its only choice. In the longer-term, however, the United Kingdom may seek ways of partnering more formally with the EU on matters of common foreign and security interests and, in so doing, utilise elements of a previously successful relationship to mutual advantage”. (Dee & Smith, 2017, p.540).

Whitman (2019) destaca que a saída da união europeia forçará mais a diplomacia britânica, consumindo assim os seus esforços, pois não haverá mais facilidades de negociação intracomunitária, com os outros países europeus.

“After *Brexit*, the EU (and its member states) will most likely consume greater diplomatic and political bandwidth in the UK than was the case when the UK was a member state. With intra-EU diplomacy, a central component of the UK’s past European strategy, no longer accessible, the UK will fall back on extra-EU diplomacy.” (Whitman, 2019, p.403)

Nesse sentido, muitos desafios e possibilidades se colocam ao futuro da diplomacia entre a comunidade europeia e o Reino Unido, sendo que Portugal tem intenção em manter e quiçá, ampliar as relações bilaterais com o Reino Unido.

“No plano das relações bilaterais entre Portugal e o Reino Unido, o Governo Português está igualmente determinado no seu aprofundamento, renovando e modernizando uma das mais antigas e contínuas alianças do mundo entre dois Estados” (Portal Diplomático, 2020)

1.6. A diplomacia portuguesa e os PALOP

A afirmação de Portugal no contexto dos países de língua oficial portuguesa tem-se consolidado nos últimos tempos através da assinatura de inúmeros tratados e acordos diplomáticos, principalmente, após a descolonização, que sucedeu à revolução do 25 de Abril de 1974, por via da afirmação da língua, da cultura e da cooperação aos níveis da saúde e do ensino. A língua portuguesa é a 5ª maior, no que concerne ao número de falantes nativos com aproximadamente, 270 milhões de falantes de português à volta do mundo.

Portugal e a diplomacia portuguesa tem procurado consolidar o papel do país como referência para os outros países que formam a comunidade dos países de língua portuguesa. Diversas ferramentas e mecanismos são utilizados para atingir este objetivo. Uma delas é justamente o ensino da língua portuguesa e as questões ligadas à área da educação. Diversos países tentam utilizar ferramentas parecidas para promoverem a sua cultura e a sua língua internacionalmente. No caso português, essa atividade está a cargo do Instituto Camões¹⁶. O programa do Instituto Camões estabelece o ensino da língua, e conseqüentemente da cultura portuguesa a todo o mundo e não apenas nos países de língua portuguesa. O instituto auxilia a criação de programas de apoios, atividades culturais e cursos de língua portuguesa.

O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. promove externamente a língua e cultura portuguesas estabelecendo programas de apoio à criação de departamentos de português ou estruturas equivalentes em universidades estrangeiras e escolas e à contratação local de docentes e promove, coordena e desenvolve a realização de cursos de língua portuguesa e outros conteúdos culturais e coordena a actividade dos leitorados de língua e cultura portuguesas. (Instituto Camões, 2019)

¹⁶ O instituto Camões foi criado em 1992, sendo um instituição pública que tem como objetivo a promoção da língua e da cultura portuguesa

Nessa perspectiva, Portugal, no contexto de país membro da União Europeia, tem tentado valer-se da sua influência na África que fala português e, por esta via, também afirmar-se internacionalmente. Quanto mais valor Portugal tiver nos países que falam português, sobretudo no plano das relações económicas, mais capacidade negocial e de afirmação terá nas relações com a Europa e o mundo.

Além disso, advindos da globalização, inúmeras mudanças no fluxo de pessoas e migrações aproximam Portugal aos países de língua portuguesa, havendo assim, a necessidade de reforçar laços e estratégias diplomáticas entre os diferentes estados.

“Os movimentos de população propiciados pela globalização no fim do século xx constituíram também em Portugal importantes comunidades de imigrantes originários desses países, reforçando assim os contactos entre os Estados de língua portuguesa. Até por aí, a memória da antiga expansão ultramarina não se reduzirá tão cedo a uma simples questão de erudição ou evocação livresca”. (Ramos, Souza & Monteiro, 2009, p.)

O reforço da língua portuguesa é percebido como um veículo que pode projetar Portugal, mas para o país se afirmar nos países lusófonos não basta a cooperação na área do ensino, cultura ou saúde. Portugal tem feito um esforço de “combate à pobreza, de consolidação da democracia em alguns países africanos e de promoção do desenvolvimento económico”¹⁷

Tem sido notório o esforço de Portugal na melhoria das condições de saúde nos países lusófonos, incluindo o mais novo, Timor Leste, seja através da cooperação entre Estados, seja por via das organizações não-governamentais e missões religiosas. No entanto, o esforço tem tido resultados insuficientes, devido aos conflitos internos em alguns Estados africanos, ao fraco investimento desses mesmos Estados na área da saúde e das condições sociais e na dispersão da população, com pouca qualidade de vida, essencialmente nas zonas rurais.

O ensaio “Diplomacia da saúde e cooperação Sul-Sul: as experiências da Unasul saúde e do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)”, demonstra que Portugal, além de precisar ganhar peso internacional por via da influência em África, também precisa de boas relações

¹⁷ Ver mais em “Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Guiné Bissau 2008-2010 in: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_guine_08_11.pdf- (consultado a 12/02/2018)

internacionais para promover melhores condições nos PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. “Os sistemas de saúde dos PALOP e Timor Leste são ainda extremamente frágeis, com cobertura deficiente, insuficiência no número de unidades de serviços, dificuldades na governança, pessoal insuficiente e mal pago e configuração tecnológica pouco adequada ao perfil epidemiológico. O gasto em saúde é minúsculo, não chegando sequer para cobrir as necessidades básicas primárias. O apoio técnico e financeiro internacional mostra-se vital para o funcionamento mínimo dos sistemas de saúde dos PALOP e Timor Leste”¹⁸

Todas estas estratégias de cooperação visam em grande parte reforçar a presença e influência portuguesa nos países africanos, que podem abrir portas comerciais e económicas, tidas como armas de negociação internacional, conforme destaca Elisabete Cortes Palma: “(...) no contexto da geografia concorrencial das relações internacionais tem vantagens na clarificação dos espaços políticos que falam oficialmente português”. As estratégias de investimento e cooperação com os PALOP têm efetivamente o objetivo económico e, assim, ganhar capacidade negocial a nível internacional.

Em 2002, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, António Martins da Cruz, já colocava em evidência a importância da diplomacia económica nos PALOP. Sousa, (2012) num artigo intitulado “Política externa portuguesa também à margem da CPLP”, referia que “o ministro aproveitou, por outro lado, as deslocações a países da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que estão fora da esfera tradicional da diplomacia portuguesa, como a Ásia Central, para dar visibilidade a Portugal e apelou aos empresários portugueses para aproveitarem essa nova projeção do país. É uma polivalência digna de registo”.

Os passos para essa afirmação da diplomacia económica têm sido lentos e por isso Portugal tenta desenvolver a ação nos PALOP pela sua influência nas políticas culturais. “Difícil de se afirmar pelo lado económico, a viabilização da CPLP tende a fazer-se pela via cultural, alicerçada na partilha do idioma comum”, como refere Elisabete Cortes Palma. Por este lado, pretende-se abrir portas na área da economia. “(...) os factores

¹⁸ Ver mais em “Estratégia de Cooperação portuguesa para a saúde” in: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/estrategia_cooperacao_saude.pdf (consultado a 12/02/2018)

culturais podem ser também elementos indutores decisivos na escolha de produtos, nas opções de investimento ou na determinação de destinos turísticos”.

As relações de Portugal com os países africanos que falam português caracterizam-se por altos e baixos, com aproximações e afastamentos, com uma notória dificuldade da afirmação da importância portuguesa nesses territórios ao mesmo tempo que os próprios países africanos vão tentando afirmar-se por si só e entre eles.

Exemplo disso é a criação em 2014, do Fórum PALOP (FORPALOP) que reúne os cinco países africanos: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com o objetivo de dinamizar as relações com a comunidade dos Países da Língua Portuguesa. Este fórum tem como orientação a “igualdade, soberania e interdependência dos Estados membros, a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e o respeito pelos princípios democráticos, direitos humanos e Estado de Direito”.¹⁹

Importante também é destacar o desenvolvimento histórico da relação e da diplomacia portuguesa com os Países lusófonos de língua portuguesa da África e da Ásia, uma vez que a diplomacia portuguesa ao longo dos séculos, principalmente no período expansionista, esteve diretamente ligada com as suas colónias. Nesse sentido, como evidenciado anteriormente, a diplomacia aparece também como uma prática na relação entre diferentes culturas que remonta à antiguidade. Por isso, os laços estabelecidos durante este desenvolvimento histórico refletem-se hoje nas ações e posições adotadas.

1.6.1. Angola

Em 1576, a coroa portuguesa decide criar um entreposto comercial na região do rio Bengo, dando origem à cidade de Luanda, hoje capital da Angola, iniciando assim a presença permanente dos portugueses na região, o que duraria até 1974.

“Armed with these somewhat ambiguous instructions, Novais duly reached Luanda island in February 1575. There he found several private Portuguese trading vessels, along with some forty traders. The latter were naturally less than

¹⁹ Ver artigo da Agência Lusa in: <http://m.redeangola.info/palop-criam-forum-para-dinamizar-relacoes/> (consultado em 22/3/2018)

pleased at the sudden appearance of a large expedition officially sanctioned by Lisbon. However, Novais himself swiftly moved off to the mainland where, near the mouth of the River Bengo, he founded the city of Luanda, future capital of Angola, in 1576.” (Disney, 2009, p.71)

Com o passar dos anos, Portugal foi intensificando a presença no território africano, devido ao aumento do tráfico de escravos, ocasionados pela evolução da produção de cana de açúcar no Brasil, uma das grandes forças da economia portuguesa no período colonial. A produção de cana de açúcar no Brasil foi desempenhada grande parte pelas mãos de escravos oriundos da região de Angola.

“At the same time, the ‘structural break’ accelerated new growth in other areas. A crucial shift in the geographical focus of Portuguese expansion from the East to the West – from the Indian Ocean to Brazil and Angola – began to gather pace. In 1549 a royal colony was established in Brazil, which was followed by the rapid growth of a Brazilian plantation industry. This created demand for African slaves from Angola, stimulating a Portuguese Atlantic trade circuit. Beyond the Cape Portuguese commercial activity expanded strongly in East Asia, even as it slowed in the western Indian Ocean.” (Disney, 2009, p.178)

A expansão e controlo português por parte do território angolano continuou durante todo o período da monarquia portuguesa, república e ditadura do Estado Novo. Contudo, durante a década de 60, iniciaram-se pressões internas para a luta pela independência de Angola.

Os grupos, nomeadamente, o MPLA, UNITA e FNLA, iniciaram um combate armado contra Portugal para a libertação do país. (Ramos, Souza & Monteiro, 2009).

Após a independência de Angola, inicia-se um período de reconhecimento diplomático mútuo entre as duas nações. Conforme os dados do Portal Diplomático (2019) é possível perceber as séries de acordos estabelecidos entre os dois países ao longo das últimas décadas, sempre trabalhando na cooperação no desenvolvimento de áreas sensíveis como economia, educação, ciência e tecnologia.

TABELA I

DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE ANGOLA E PORTUGAL

11 de novembro de 1975	Foi a independência de Angola, que Portugal reconhece como Estado soberano
2 de fevereiro de 1976	Governo português reconhece formalmente a República Popular de Angola e o seu Governo
9 de março de 1976	Estabeleceram-se relações diplomáticas com Angola
26 de junho de 1978	Os Presidentes de Portugal e Angola participam na cerimónia de assinatura do Acordo geral de cooperação entre ambos os países
26 de março de 1982	Assinado em Luanda Acordo de cooperação económica
29 de setembro de 1987	Acordo de cooperação com Angola no domínio da educação, do ensino, da investigação científica e da formação de quadros
20 de abril de 1991	Acordo de cooperação luso-angolano no domínio da indústria, dos petróleos, e energético.
04 de maio de 2006	Acordo de cooperação científica e tecnológica

(**FONTE: PORTAL DIPLOMÁTICO DA REPÚBLICA PORTUGUESA**)

1.6.2. Cabo Verde

A ocupação portuguesa em Cabo Verde inicia-se em 1460. As ilhas eram inicialmente desabitadas. Para incentivar a sua colonização, a coroa portuguesa promoveu uma série de benefícios para os moradores das ilhas, em relação à comercialização de escravos na costa da Guiné.

“The Cape Verde Islands were first sighted shortly before the death of Prince Henrique in 1460, their probable discoverer being Antonio da Noli, a Genoese captain in the prince’s service. There are ten main islands and several smaller islets, the nearest of the main islands lying some 500 kilometres off the Senegalese coast. The whole archipelago, which was uninhabited when discovered, was granted as a donataria in late 1460 to Prince Henrique’s nephew and heir, Prince Fernando. It was subsequently re-integrated into the royal patrimony on the accession of King Manuel in 1495.” (Disney, 2009, p.101)

O período colonial nos séculos XVI e XVII, baseia-se basicamente na ocupação da ilha como entreposto comercial para compra e venda de escravos advindos da Guiné. Após a abolição da escravatura, Cabo Verde deu sinais de fragilidade, devido a uma economia pobre e fragilizada. A partir do século XX, passam a surgir movimentos separatistas que procuravam a independência de Portugal.

A independência veio em 1974, e no ano seguinte o PAIGC tomou o governo até 1991, quando se deram as eleições multipartidárias no país. A relação diplomática entre Portugal e Cabo Verde, oficializa-se em 1975, sendo seguida de uma série de acordos entre os dois países. (Portal Diplomático, 2019)

TABELA 2

**DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE CABO VERDE
E PORTUGAL**

5 de julho de 1975	Acordo geral de cooperação científica e técnica com a República de Cabo Verde
6 de fevereiro de 1976	Acordo de cooperação com Cabo Verde nos domínios do desenvolvimento marítimo, cartografia e segurança de navegação, Acordo relativo a Transporte Aéreo e ainda Acordo geral sobre Migração.
4 de novembro de 1976	Acordos de cooperação com Cabo Verde no domínio da saúde, ensino, formação profissional e judiciária.
9 de setembro de 1998	Protocolo de cooperação com Cabo Verde nos domínios do emprego, da formação profissional, das relações laborais, da segurança social e da inserção social
6 de setembro de 2006	Tratado entre Portugal e Cabo Verde no domínio da fiscalização conjunta de espaços marítimos sob soberania ou jurisdição de Cabo Verde
29 de março de 2007	Acordo sobre reconhecimento de títulos de condução
2 de dezembro de 2012	Acordo de cooperação no domínio da defesa

(FONTE: PORTAL DIPLOMÁTICO DA REPÚBLICA PORTUGUESA)

1.6.3. Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau a presença dos portugueses inicia-se em meados do século XV. Em 1558, dá-se início à colonização, com a fundação da vila de Cacheu. A feitoria de Cacheu foi um dos maiores mercados de venda de escravos do continente africano e apenas viu o seu declínio com a abolição da escravatura.

“By the early seventeenth century the town had two churches and a Christian population approaching 1,000. In 1614 the Portuguese crown decided to make the settlement official and appointed a captain for Cacheu. For most of the seventeenth and eighteenth centuries, Cacheu was the principal Portuguese outlet for slaves from Upper Guinea”. (Disney, 2009, p.55)

Na década de 1960, iniciaram-se os movimentos para independência da Guiné-Bissau através de um conflito armado com os portugueses, assim como noutras ex-colónias. A independência de Guiné-Bissau foi reconhecida em 1974. Desde então iniciou-se um período democrático, uma democracia de contexto multipartidário, marcada por inúmeros golpes e intervenções militares no sistema de escolha civil.

Nesta perspectiva, talvez seja mais fácil compreender o porquê da relação diplomática entre Portugal e Guiné-Bissau não ter um fluxo de acordos como os outros países dos PALOPS, como se evidencia no Portal Diplomático Português. (Portal Diplomático, 2019)

TABELA 3

DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE GUINÉ-BISSAU E PORTUGAL

10 de setembro de 1974	Portugal reconhece a República da Guiné-Bissau
------------------------	--

(FONTE: PORTAL DIPLOMÁTICO DA REPÚBLICA PORTUGUESA)

1.6.4. Moçambique

A presença dos portugueses na região de Moçambique inicia-se após 1498, sendo a primeira presença do navegador Vasco da Gama no seu caminho para as Índias. A instalação do primeiro assentamento português na região deu-se em 1506, com a ocupação da vila de Sofala na ilha de Moçambique.

“To control the gold trade the Portuguese swiftly occupied Sofala and subdued Kilwa. A captain was appointed with his headquarters on the readily defendable but feverish island of Mozambique, which was occupied and strongly fortified from 1506.” (Disney, 2009, p.179)

Inicialmente a ocupação portuguesa ocorreu de forma diferente. No caso das outras regiões africanas, o grande interesse era o comércio de escravos. Em Moçambique os portugueses começaram por instalar estabelecimentos comerciais para sustentar a procura de ouro e sistematizando o comércio na região, estabelecendo uma rota entre as Índias, África e Europa.

“Southern East Africa played a much greater role in Portuguese trade than the north. Initially Mozambique was regarded almost exclusively as a source of gold; later it was exploited also for its ivory, slaves and a range of other commodities from amber to tortoise-shell”. (Disney, 2009, p.178)

Moçambique foi colónia de Portugal até 1975. Assim como nas outras ex-colónias africanas, as pressões internas por independência, levaram à luta armada contra o governo de Portugal, na década de 1960. Após a independência, iniciou-se um conflito armado interno pelo poder do país. A guerra civil durou até 1992, sendo depois instalada a democracia no país. O processo de democratização foi positivo para a consolidação da diplomacia com a comunidade externa.

Crucial para a sua política externa é uma diplomacia altamente qualificada e internacionalmente respeitada, baseada em realpolitik, capaz de avaliar adequadamente os custos e os benefícios mútuos e de gerar simpatia internacional. (Weimer et al, 2012, p40)

A relação diplomática entre Portugal e Moçambique é composta por uma série de acordos entre os dois países. (Portal Diplomático, 2019)

TABELA 4

**DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE
MOÇAMBIQUE E PORTUGAL**

25 de junho de 1975	É reconhecida a independência de Moçambique, sendo estabelecidas relações diplomáticas
25 de maio de 1981	Acordos entre Portugal e Moçambique: comercial, de cooperação económica e de cooperação no domínio da saúde
12 de outubro de 1983	Protocolo de cooperação no sector industrial com Moçambique e um tratado de amizade e cooperação
23 de maio de 1985	Acordo de cooperação no domínio da educação, do ensino, de investigação científica e de formação de quadros.
12 de setembro de 1995	Acordo luso-moçambicano de cooperação em matéria de segurança interna
21 de janeiro de 2009	Novo acordo de cooperação entre Portugal e Moçambique
novembro de 2017	Foi assinado um novo Programa Estratégico de Cooperação entre Portugal e Moçambique para o período 2017- 2021

(FONTE: PORTAL DIPLOMÁTICO DA REPÚBLICA PORTUGUESA)

1.6.5. São Tomé e Príncipe

As ilhas de São Tomé e Príncipe foram descobertas pelos portugueses em 1470. As ilhas que eram desabitadas passaram a servir como base e centro comercial. O primeiro assentamento português nas ilhas foi estabelecido em 1486, com o intuito de aproveitar

as condições naturais da região para plantações de cana de açúcar e café, além da comercialização de escravos, paralelamente ao que aconteceu noutras ex-colónias.

“These islands, of which only Fernando Pó was inhabited when the Portuguese arrived, were discovered sometime in the 1470s by navigators probably in the service of the contractor Fernão Gomes. They were lush and beautiful places where high rainfall, numerous fast-flowing streams and rich clay soils supported dense forests. The awesome oca, which grew in the forests, was one of the world’s largest trees. The first Portuguese settlement in this island group was planted on São Tomé in 1486 but struggled to get established”. (Disney, 2009, p.110)

Diferentemente dos demais países africanos de língua portuguesa, São Tomé e Príncipe conquistou a sua independência de forma pacífica, sem conflito armado, em 1975. O país esteve sob um regime de partido único até 1990. No ano seguinte, realizaram-se as primeiras eleições democráticas multipartidárias do país. As relações diplomáticas entre Portugal e São Tomé e Príncipe, iniciaram-se logo após a independência do país. (Portal Diplomático, 2019)

TABELA 5

DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE S. TOMÉ E PRÍNCIPE E PORTUGAL

12 de julho de 1975	Independência de São Tomé e Príncipe e Portugal reconhece a soberania daquele antigo território ultramarino
12 de julho de 1975	Acordo geral de cooperação e amizade
17 de julho de 1978	Acordo comercial, um Acordo cultural, um Acordo de transportes marítimos e um Acordo geral sobre migrações
6 de outubro de 1989	Acordo de cooperação técnica no domínio policial com S. Tomé e Príncipe

(FONTE: PORTAL DIPLOMÁTICO DA REPÚBLICA PORTUGUESA)

1.6.6. Timor

A chegada dos portugueses à ilha de Timor deu-se em 1512 e a ilha já era habitada por tribos e povos que praticavam caça e agricultura há milhares de anos. A ocupação portuguesa esteve relacionada com o comércio, principalmente o do sândalo. Em 1702, com a chegada do primeiro governador português, iniciou-se a colonização organizada na ilha. (Disney, 2009).

Timor só obteve a sua independência em 2002 sob intervenção da ONU, pois o território teve ocupado pela Indonésia desde 1975. Durante esse período, de 1976 a 1999, as Nações Unidas continuavam a reconhecer Timor como território de Portugal. As relações diplomáticas entre os dois países melhoraram a partir de 2002, após a independência. (Portal Diplomático, 2019)

TABELA 6

DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE TIMOR E PORTUGAL

1702	Timor passou a ter o estatuto de colónia portuguesa que manteve até 1975
7 de dezembro de 1975	Indonésia invade e ocupa o território, anexando-o no ano seguinte como sua vigésima sétima província
30 de agosto de 1999	A população de Timor votou em referendo a favor da independência. O país esteve então sob administração transitória das Nações Unidas
20 de maio de 2002	Proclamada a independência de Timor-Leste na presença dos Chefes de Estado de Portugal e Indonésia

20 de maio de 2002	Acordo no quadro de cooperação entre Portugal e Timor, bem como acordos sobre cooperação técnico-militar e sobre a promoção e a proteção recíprocas de investimentos
4 de dezembro de 2002	Acordo de cooperação entre Portugal e Timor-Leste, visando a criação de escola portuguesa de Díli
27 de setembro de 2011	Acordo de cooperação entre Portugal e Timor-Leste em matéria de Segurança Interna e uma Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento

(FONTE: PORTAL DIPLOMÁTICO DA REPÚBLICA PORTUGUESA)

A partir dos dados obtidos no Portal Diplomático da República Portuguesa, é possível perceber como se tem dado o avanço da diplomacia com os países de língua portuguesa, nomeadamente em relação ao desenvolvimento de acordos e tratados e reconhecimento mútuo. Pode-se constatar que a diplomacia portuguesa concentrou mais esforços na elaboração e na formação de acordos com determinados países, como é o caso de Angola, Moçambique e Cabo Verde.

O caso de Timor-Leste apresenta uma especificidade, pois embora não apresente uma série de acordos e tratados estabelecidos, a independência do país ainda é recente se comparada aos outros analisados, pelo que é possível que, ao longo dos anos, a relação diplomática entre Timor e Portugal chegue aos mesmos níveis observados nos outros países.

Constata-se ainda que grande parte dos acordos presentes nas relações diplomáticas entre Portugal e os países de língua portuguesa, acontece em diversas áreas como a educação, cultura, ciência e tecnologia e desenvolvimento económico.

Nesta perspectiva, pode-se compreender estas ações como um esforço da diplomacia portuguesa em consolidar Portugal como referência para a comunidade estrangeira nas questões associadas à sua língua e à sua cultura, colocando Portugal num

papel de destaque e de influência ante a comunidade de países de língua portuguesa, comunidade essa com mais de 270 milhões de falantes.

Na visão de Clara Carvalho (2019) e Aline Stoica (2014) Portugal é uma força de *soft power* que se manifesta sobretudo nas suas relações com os PALOP's. Carvalho aponta para o grande investimento português no sistema de educação superior que publicitou aos países de língua portuguesa, como dos maiores elos e como das maiores armas de sedução de Portugal para estes países. A educação foi explorada como forma de contacto com os PALOP's, visto ser um meio de *soft power*, algo que, antes de 1974 não era visto como necessário nestes territórios. Da mesma forma, Stoica aponta para o grande poder da *cultural diplomacy* ou “diplomacia cultural” portuguesa, não apenas nos países de língua portuguesa, mas também por todo o mundo.

“The affirmation of the Portuguese language and culture across national borders has increased since the fifteenth century, with the great geographical discoveries that mark without a doubt the Portuguese contribution to the globalization process already underway” (Stoica, p.5).

Segundo a autora, a diplomacia cultural portuguesa não é feita apenas via educação, mas também através da forma como se quer apresentar ao mundo, enquanto representante de uma História distinta, atlântica e de maior importância para o mundo e, claro, especialmente para os países e regiões que herdaram o português como língua materna.

Apesar da boa imagem portuguesa na diplomacia e, especialmente, nas relações diplomáticas com os PALOP's, o investimento português nestes países decresceu a partir de 2012/2013. Nesta altura, Portugal entrava noutra recessão económica²⁰, ou seja, não se pode atribuir este facto a nenhuma alteração da relação diplomática. Será óbvio dizer que se o país

²⁰ Dados de <https://www.publico.pt/2014/10/06/economia/noticia/investimento-portugues-nos-palop-e-timorleste-caiu-78-no-ano-passado-1672065> consultado em 9/4/2018.

entra em crise o mesmo acontece aos países com quem mantém relações mais próximas e de alguma dependência.

“O maior desafio da carreira diplomática é conciliá-la com a construção de uma vida familiar e manter as duas.”

*Embaixador de Portugal na Alemanha, João Mira Gomes
(em entrevista para esta dissertação)*

Parte II

A Profissão de Diplomata: Estatuto da Carreira e Principais funções

2.1. Estatuto da Carreira Diplomática

Segundo o Estatuto da carreira Diplomática, no nosso país, os funcionários diplomáticos constituem um corpo único e especial de funcionários do Estado, dispostos hierarquicamente da seguinte forma:

- Embaixador;
- Ministro plenipotenciário;
- Conselheiro de embaixada;
- Secretário de embaixada;
- Adido de embaixada.²¹

Os funcionários diplomáticos são admitidos, por concurso público, depois de efetuadas as provas de acesso, de que se falará mais adiante. Após confirmação são nomeados definitivamente como Secretários de Embaixada. Após um período mínimo de dez anos na carreira e terem exercido não menos de quatro anos de serviço externo, poderão ser promovidos a Conselheiros de Embaixada.²² Após um período de três anos na categoria de Conselheiro de Embaixada, e de seis anos de serviço externo, poderão ser promovidos a Ministros Plenipotenciários. Paralelamente ao que acontece com os embaixadores, estes diplomatas são acreditados junto dos Chefes de Estado dos países onde se vão fixar.

Antes da segunda guerra mundial, os Estados costumavam enviar Embaixadores apenas para países com substancial importância, como por exemplo terem um historial de alianças. Portugal, por exemplo, tinha Embaixadores colocados em Madrid, Londres, Rio de Janeiro. Na grande maioria dos estados estrangeiros a representação era feita apenas

²¹ Informação disponível em: <https://idi.mne.pt/pt/2-uncategorised/743-carreira-diplomatica.html> (consultado em 11/11/2017)

²² Informação disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/> (consultado em 19/11/2018)

por ministros plenipotenciários. “Tal como os embaixadores, os ministros plenipotenciários eram acreditados junto dos chefes de Estado dos países de acolhimento. No entanto, ao contrário dos embaixadores, os ministros plenipotenciários não eram considerados representantes pessoais dos seus chefes de Estado” (Gomes M. H.).

Tudo isto acabou por se alterar com o fim da segunda guerra mundial quando os Estados soberanos das Nações Unidas doutrinaram a respeito. Se o que estava em causa era uma questão de igualdade entre Estados, então havia que deixar de ser considerado aceitável tratar alguns estados como inferiores, enviando-lhes ministros plenipotenciários e outros como superiores, enviando-lhes embaixadores. Por essa razão, as legações foram gradualmente substituídas por embaixadas até meados de 1960, sendo que a categoria de ministro plenipotenciário como chefe de missão diplomática acabaria por desaparecer gradualmente.

A categoria de ministro plenipotenciário subsistiu contudo nas carreiras diplomáticas de alguns estados. Normalmente cabe-lhes exercer as funções de embaixador, de ministro-conselheiro de embaixada ou de cônsul-geral.

Finalmente, poderão ser promovidos à categoria de Embaixador os Ministros plenipotenciários com pelo menos quatro anos nesta categoria e oito anos de serviço externo (Decreto-Lei n.º 40-A/98 de 27 de fevereiro).

2.2. O acesso à carreira diplomática

O ingresso na carreira diplomática realiza-se sempre pela categoria de adido de embaixada, mediante concurso de provas públicas, nos termos de regulamento aprovado por despacho do MNE, ao qual podem candidatar-se todos os cidadãos portugueses que possuam uma licenciatura de instituições de ensino universitário portuguesas ou diploma estrangeiro legalmente equiparado.²³

No que diz respeito ao concurso, pode ler-se no Despacho (extrato) n.º 2839-A/2017 que o concurso é constituído pelo seguinte conjunto de provas sequenciais:

a) Escrita de língua portuguesa;

²³ Ver artigo 10.º, n.º 1 do Estatuto da Carreira Diplomática, aprovado pela Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro

- b) Escrita de língua inglesa;
- c) Escrita de língua francesa;
- d) Escrita de conhecimentos;
- e) Oral de conhecimentos;
- f) Entrevista profissional.

Todas estas provas são classificadas de acordo com a escala de 0 a 20 valores (segundo a alínea 2 do mesmo número do Despacho), “são presenciais e realizam-se em Lisboa, em local a designar que garanta igualdade de tratamento a todos os candidatos”.²⁴

A relevância dada à fluência de línguas e ao “*know-how*” para o exercício da função diplomática continua a existir porquanto as provas escritas de língua portuguesa, língua inglesa, a prova escrita de conhecimentos e a entrevista profissional são eliminatórias, sendo excluídos os candidatos cuja classificação seja inferior a 14,00 valores.²⁵

No que diz respeito à dificuldade das provas, existe sempre muita subjetividade neste tipo de análise, mas houve recentemente uma alteração significativa. Os candidatos à carreira diplomática já não realizam a prova de cultura geral nas provas de ingresso, mas foi introduzido um exame de língua francesa, ainda que com menor peso na nota final.

Esta modificação do sistema de avaliação para o ingresso da carreira deveu-se ao facto de, em 2013, apenas 44 dos mais de 2.000 candidatos terem sido aprovados no exame. “Nessa altura, vários candidatos defenderam o nível de perguntas inusitadas no exame. O exame foi novamente utilizado em 2015 mas desde 2016 deixou de existir.”²⁶

Agora, a prova de francês é a única que não se enquadra na obrigatoriedade de nota mínima de 14 valores e é também a que tem o fator de ponderação mais baixo para a nota final. Tudo isto contribui para a facilitação (não confundir com facilitismo), do concurso.

Como foi referido anteriormente, a carreira diplomática integra as seguintes categorias: a) Embaixador; b) Ministro plenipotenciário; c) Conselheiro de embaixada; d) Secretários de embaixada; e) Adido de embaixada (art. 3.º, Decreto-Lei 40-A/98 de 27 de fevereiro).

²⁴ Alínea 3 do mesmo Despacho

²⁵ Alínea 6 do mesmo Despacho

²⁶ Informação disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/candidatos-a-diplomatas-sao-dispensados-de-prova-de-cultura-geral-mas-tem-de-saber-frances>

O ingresso na carreira diplomática realiza-se sempre pela categoria de adido de embaixada, mediante concurso de provas públicas já mencionado, ao qual podem candidatar-se todos os cidadãos portugueses que possuam, além das condições gerais de admissão na função pública, uma licenciatura conferida por instituições de ensino universitário portuguesas ou diploma estrangeiro legalmente equiparado (art. 10.º, Decreto-Lei 40-A/98 de 27 de fevereiro).

A progressão na carreira é depois automática, não dependendo de requerimento do interessado e devendo os serviços processá-la oficiosamente. Sendo que todos iniciam funções no MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros, como adidos, podem depois passar a segundo secretário e depois a primeiros secretários. Segundo o art. 14.º (Decreto-Lei 40-A/98 de 27 de fevereiro), a ordenação dos secretários de embaixada depende da classificação obtida no concurso de ingresso, aos resultados alcançados no curso de formação diplomática e às classificações anuais de serviço de que foram objeto enquanto adidos de embaixada.

Quanto a “conselheiro de embaixada”, o acesso à categoria de conselheiro de embaixada é facultado aos secretários de embaixada que tiverem sido aprovados em concurso aberto para o efeito (art 18.º). O concurso de acesso à categoria de conselheiro de embaixada é aberto para o número de vagas fixado por despacho do MNE e podem apresentar-se a concurso os secretários de embaixada no ativo, com um mínimo de 10 anos de serviço na carreira diplomática, que tiverem cumprido oito anos de serviço efetivo na categoria e exercido funções nos serviços externos por período não inferior a quatro anos. Por sua vez, o artigo seguinte (o 19.º) define que o acesso à categoria de ministro plenipotenciário é aberto a todos os conselheiros de embaixada que tiverem cumprido três anos de serviço efetivo naquela categoria e exercido funções nos serviços externos por período não inferior a seis anos.

As promoções a ministro plenipotenciário efetuam-se anualmente, no decurso do 1.º semestre, para preenchimento das vagas abertas durante o ano anterior, e efetuam-se apenas para os conselheiros de embaixada que em 31 de dezembro do ano em questão satisfaçam as condições exigíveis para o efeito.

Por último, o art. 20.º define que o acesso à categoria de embaixador é aberto a todos os ministros plenipotenciários que tiverem cumprido quatro anos de serviço na respetiva categoria e um mínimo de oito anos nos serviços externos.

O Estado português elege, portanto, através do MNE, o corpo diplomático que pretende que seja o representante de uma missão no país recetor e o Estado acreditado,

deve observar se o seu indicado obteve o *agrément*, que nada mais é que a autorização concedida pelo Estado (que recebe a missão) ao agente diplomático que irá se responsabilizar pela mesma. Sendo assim, “o chefe da missão só pode entrar em quaisquer que forem as missões com o *agrément* do governo do Estado acreditado, o que lhe dará acesso ao passaporte diplomático e à credencial”. (Mendes, 2011, p. 17).

Para além da alteração no que concerne ao processo de avaliação de acesso à carreira, também se tornou evidente para alguns dos diplomatas entrevistados, a alteração em termos de interação com a hierarquia.

“No MNE a hierarquia de categorias e de responsabilidades é tradicionalmente muito marcada; esse é um traço da cultura interna da Carreira. Registou-se no entanto uma alteração na forma como os funcionários mais novos e mais antigos se relacionam no decurso do seu trabalho; sem prejuízo de se “ir a despacho” à chefia imediata, que depois reporta à de cima, e assim sucessivamente, tornou-se mais habitual, e mais produtivo, um trabalho de equipa transversal, em que a discussão das questões é crescentemente interativa e colegial (enquanto a decisão continua a pertencer aos níveis hierárquicos superiores). Esse estilo de trabalho mais participativo solicitando a cooperação dos colegas mais novos, permite-lhes tanto contribuir como aprender, e acelera o seu amadurecimento profissional. E o processo não é unívoco: os mais antigos também devem perceber o que podem aprender com os mais novos”, como referiu o embaixador Rui Tereno.

Outra alteração apontada pelos entrevistados, ainda que sem correlação direta com a globalização, foi a entrada de mais mulheres para a carreira diplomática. A 13 de novembro de 1974, o concurso é, pela primeira vez, aberto a candidatos de ambos os sexos. Desde então, o número de mulheres a concurso tem aumentado, o que se repercute nas admissões, mas ainda assim muito abaixo do número conseguido por homens.

Em 1997 concorreram 630 mulheres, sendo que o MNE apenas admitiu 10. De acordo com o Diário da República de Março de 2018, no concurso de 2017, o número de mulheres manteve-se baixo, apenas com 13 mulheres de entre os 45 novos adidos.

2.3. Funções Diplomáticas- Mudanças e Continuidades

Como já se referiu anteriormente, as origens das missões diplomáticas e o nascimento da figura “embaixador residente” surgiram devido às exigências das diversas unidades políticas italianas. Também já se referiu as principais funções que os diplomatas

têm a seu cargo, pelo que convém agora fazer uma breve descrição de cada uma delas e referir as principais mudanças e continuidades que as mesmas encerram atualmente, tendo em conta não apenas a revisão literária sobre a matéria, mas sobretudo a investigação realizada durante esta dissertação.

2.3.1. Representação

A Representação será talvez a função que se pensa logo à partida, sempre que contextualizada com o tema da diplomacia e das funções dos diplomatas. “Representar” em termos epistemológicos significa “agir em vez de” e, realmente, o diplomata ou agente diplomático age em representação do Estado. Mas segundo Calvet de Magalhães, não se trata apenas de uma representação de carácter social, mas sim de um elemento constitutivo da atividade diplomática e sendo assim, “define-se como o conjunto das atuações do agente diplomático que tem um carácter puramente representativo, ou seja, de simples afirmação de presença ou de responsabilização do Estado em nome do qual atua.” (Magalhães, 2005, p. 146). A convenção de Viena, já abordada anteriormente, é explícita no Art.3º “Représenter l’Etat accréditant auprès de l’Etat accréditaire”. Portanto, desde as actividades normais de representação social aos eventos oficiais e inaugurações solenes, o agente diplomático representa o seu país no Estado para o qual está acreditado. As missões bilaterais, as atividades de representação são em maior número do que nas missões multilaterais, ainda assim estas existem e exigem que o agente diplomático também as execute e no caso da representação em determinadas organizações internacionais e no que concerne à representação na sua vertente de responsabilização “a atividade representativa da missão multilateral pode ser extremamente intensa e superior à atividade de certas missões bilaterais”. (Magalhães, A Diplomacia Pura, 2005, p. 148)

Ainda a respeito desta função, Calvet de Magalhães refere que na Convenção de Viena não houve consenso quanto à Representação constar como uma função diplomática separadamente das outras, pois todas as outras contemplam, de certa forma, a representação.

Para a grande maioria dos embaixadores entrevistados, esta função continua e continuará sempre a fazer sentido, mas admitem que o seu peso em relação a qualquer uma das outras funções tem vindo a diminuir com a globalização e o consequente

facilitismo da comunicação entre pessoas²⁷. Para Henrique Borges, Embaixador de Portugal em Buenos Aires, “Assim, entre essas três funções, creio que a importância da primeira (representar) tem diminuído, atendendo à globalização da informação e à facilidade das comunicações entre os governos e os agentes económicos, culturais e outros, que afetam sem dúvida o tradicional papel de *go-between* do diplomata entre diferentes jurisdições, governos e sociedades civis”. A mesma opinião têm a maioria dos inquiridos do MNE (Conselheiros, Secretários e Adidos).

Para uma menor percentagem dos entrevistados para este trabalho, esta função diplomática não é sequer passível de sofrer alterações por via de variáveis externas, como sendo a transformação do mundo numa aldeia global. Isto porque consideram que compete sempre às representações diplomáticas o papel de representar como indica a própria designação.

2.3.2. Negociação

Segundo Calvet de Magalhães a negociação é outra função diplomática, ainda que desta noção genérica se possa analisar mais profundamente o conceito e se possa dividi-lo em duas espécies distintas: a negociação bilateral e a negociação multilateral. “Estamos, pois, em presença de dois conceitos de negociação internacional, um mais amplo, que cobre todos os variados contactos entre Estados com vista a uma possível concertação de pontos de vista ou atitudes e a que poderemos chamar negociação informal e que constituiu grande parte da atividade normal do agente diplomático, e outro mais restrito, que respeita apenas aos contactos entre Estados, através de um mecanismo especialmente montado para o efeito, com vista à celebração de um acordo, geralmente escrito, sobre um problema específico de interesse comum ou recíproco que podemos designar por negociação formal” (Magalhães, 2005, p. 155).

O mesmo autor faz ainda uma distinção da negociação internacional, seja ela a formal ou a informal, “entre negociação direta e negociação diplomática, sendo que a negociação direta é descrita como aquela realizada diretamente por quem detém o poder político.

²⁷ Ver entrevistas a embaixadores em anexo e análise do questionário às restantes categorias da carreira diplomática (anexos I e II).

No que concerne à negociação diplomática há que referir que existe sempre uma intervenção de terceiros, ou intermediários, e que esta sim se subdivide, em bilateral ou multilateral, respeitante a negociações entre dois Estados ou mais Estados. Magalhães analisa na sua obra os princípios e métodos da negociação diplomática, de forma bastante elucidativa assim como as qualidades que o negociador deve possuir. Não sendo este o escopo da dissertação, parece relevante no entanto referi-los. Os princípios e métodos por ele analisados são os seguintes: a) Preparação da negociação: recolha de elementos da informação podendo recorrendo a peritos; Conhecimento dos objetivos e condicionalismos de várias ordens; sistematização da informação. A partir daqui, o autor afirma já se poder definir de forma mais segura o objetivo de negociação “(...)o que constitui igualmente uma condição essencial para o êxito (...)” (Magalhães, 2005, p. 159) b) Condução da negociação, que o autor refere como sendo “o conjunto das várias formas de atuação que o negociador utiliza para conseguir realizar o objetivo ou objetivos fixados politicamente para a negociação” (Magalhães, 2005, p. 42)

Ora, tendo isto em linha de conta, o que terá então alterado com a globalização no que a esta função diz respeito? Para a maioria dos embaixadores entrevistados, a dificuldade está em conjugar a responsabilidade democrática dos governos perante os seus cidadãos, ou parlamentos, com a necessidade de preservar a reserva, que por sua vez preserva a confiança, nos contactos internacionais. “Poderá dizer-se que as principais posições de partida de uma negociação - que normalmente assentarão em interesses nacionais permanentes - e os resultados finais de um compromisso internacional, devem ser públicos, enquanto que o desenrolar dos contactos ou negociações conducentes a esses resultados devem ser reservados.” (Tereno, 2017)

Na área da negociação diplomática, a maioria dos entrevistados para este estudo, admite haver hoje, mais do que no passado, outros atores/profissionais que são envolvidos, nem que seja apenas como conselheiros em matérias específicas.

Henrique Borges, Embaixador de Portugal em Buenos Aires, afirma que: “negociar – sofrerá também com as tendências que acabo de assinalar, embora o respetivo impacto seja assimétrico. Os contactos e as negociações mais críticas são hoje com frequência conduzidas diretamente entre governos e agentes da sociedade civil. Mas, por outro lado, a expansão da diplomacia multilateral coloca novas responsabilidades sobre o diplomata”.

2.3.3. Informação

Se antes da era da globalização, esta função diplomática era revestida da mais alta importância pelo facto dos embaixadores e diplomatas em geral terem a quase exclusividade de informar o seu país sobre o que se passava nos países onde estavam acreditados, neste momento e com o cada vez maior acesso a informação digital atualizada, qualquer pessoa consegue obter as informações que necessita com um simples “clique” no conforto da sua casa. Qualquer organização ou mesmo um cidadão comum consegue aceder a um número infinito de informações sobre outros países sem ter que recorrer a estruturas de suporte governamental e diplomático. Convém, no entanto, salientar que conforme convicção dos diplomatas entrevistados para este estudo, a figura do embaixador enquanto “informador” continua a fazer muito sentido porquanto este profissional beneficia de organizações de suporte noutros países e de redes de contactos raramente alcançados por outros. A grande mudança é a facilidade do acesso a essa informação por parte também de outros atores diplomáticos. No que concerne aos meios de comunicação utilizados na comunicação diplomática, Magalhães referia em 2005 os serviços “comuns”, postais oficiais, internos e internacionais, passando por malas diplomáticas (que podem ser enviados por correio normal ou por avião) telefone, telégrafo público, telex, fax. Referia ainda que os serviços diplomáticos podiam ser dotados de estações emissoras e recetoras de sinais de rádio (Magalhães, 2005).

Apenas seis anos depois, Rana (2011) já realçava o evidente papel das TIC nas relações diplomáticas, abordando a web 2.0 e alertando inclusivamente para os seus perigos, dado que as comunicações podem ser mais facilmente monitorizadas. A este respeito, um dos embaixadores entrevistado para este estudo, acrescenta que “Sabendo-se que as redes sociais estimulam por definição posturas extrovertidas, o diplomata não deve sobretudo esquecer que não está a falar ou escrever a título pessoal, mas sim representando as suas autoridades.” O incremento das novas tecnologias veio, tal como referido atrás, produzir sobretudo uma aceleração da produção e circulação da informação, a qual, por sua vez, tem um efeito de *feedback* sobre os acontecimentos. “Os diplomatas e os serviços têm de saber acompanhar esse ritmo, e para isso precisam também de receber a formação apropriada. Ao mesmo tempo devem ser capazes de aprofundar, integrar e interpretar informações que inicialmente lhes aparecem de forma superficial ou fragmentária (de um *tweet* a um relatório vai uma enorme distância), de

forma a conseguirem gerar uma resposta operacional em tempo útil mas que não deixe de ser ponderada.” (Terenó, 2017)

Também António Ricoca Freire, à data desta dissertação, embaixador de Portugal em Pretória, afirma que “Naturalmente que todas as “facilidades” criadas pelas novas tecnologias significam também responsabilidades acrescidas para os diplomatas, em termos de um trabalho mais imediato, mais informado, mais interativo e, por isso, também mais crítico. Em suma, não basta a disponibilidade dos instrumentos; é necessário saber utilizá-los e rentabilizá-los mas, sobretudo, fazê-lo com acrescida independência e capacidade de análise e seleção”. Outro diplomata de topo de carreira, ouvido para este estudo, referiu que a globalização e a rapidez da comunicação de hoje “vieram sobretudo transformar a função diplomática, na medida em que esta, especialmente do ponto de vista da informação, deixa de ter como primeiro critério a rapidez de circulação (da informação), passando a preocupar-se particularmente com a precisão técnica e rigorosa, dela (...) hoje, não é a celeridade na transmissão dos factos em si, que importará privilegiar mas a interpretação dos mesmos, a sua explicação e/ou enquadramento, para ajudar a definir uma posição portuguesa”. Uma percentagem considerável dos entrevistados e inquiridos aponta assim, a grande alteração nesta função como sendo a forma e não o conteúdo (ao qual se continuará a dar a mesma importância que sempre). Bernardo Pereira, Embaixador de Portugal em Dublin diz mesmo que “Tenho uma página onde posso divulgar as atividades da embaixada, que podem interessar a um determinado número de pessoas e que não interessaria a um jornal. Perigoso tem a ver com o que lá se coloca. Qualquer esforço de informação pública está sujeito à crítica. Há informações, sobre negociações, que não podem passar para o público. Não vamos publicitar detalhes sobre negociações se não for conveniente”. Henrique Borges, Embaixador de Portugal em Buenos Aires vai mais longe e afirma mesmo que foi esta a função diplomática que ganhou mais relevo com a globalização “A terceira – informar – pelo contrário tende a ganhar maior relevo. Não só porque – ao contrário do que se pensa – a “era da informação” não significa nem mais nem melhor informação, mas mais riscos de desinformação e de manipulação da informação. Cabe ao diplomata um papel que pode ser crítico, e que consiste em procurar saber o que “realmente se passa”, separando o trigo do joio, condensando e decantando informação por forma a torná-la mais incisiva e mais objetiva”.

Outra mudança apontada por um número considerável de entrevistados, foi a escassez de tempo para reagir, já que em diplomacia e em tudo o que a ela diga respeito, há que ter tempo de reflexão. Com a globalização e a aceleração das “formas de informar”, o tempo de reação exige-se cada vez mais rápido, o que pode ser inimigo da sensatez, como revelou na sua entrevista o Embaixador de Portugal em Berlim, João Mira Gomes: “Como em todas as coisas há oportunidades, desafios e riscos. Um processo que ainda não está completo é o de adaptar às novas tecnologias, porque é um processo constante, porque as novas tecnologias estão sempre a evoluir, as redes sociais estão a evoluir, a articulação na comunicação através dessas redes está a evoluir, portanto exige uma adaptação constante. Mas é uma grande oportunidade para chegar às pessoas, embora tenha um risco, que é o de haver pouco tempo para ponderar e reagir, porque tudo tem de ser feito na hora. E na diplomacia precisamos muitas vezes de tempo de reflexão, que não é compatível com o imediatismo das redes sociais e das novas formas de comunicar. Tem de se encontrar um equilíbrio entre a necessidade de agir rapidamente e ao mesmo tempo de uma forma ponderada e que seja consistente”. Luís Ramos, Embaixador de Portugal em Havana, refere que a Informação enquanto função diplomática continua a ter a mesma importância mas constitui hoje um desafio na medida em que, no que concerne às redes sociais “sendo naturalmente uma ferramenta, são ao mesmo tempo um desafio, porque é sempre necessário encontrar o equilíbrio entre o potencial comunicacional que representam e o rigor porque se deve pautar a comunicação pública”

2.3.4. Promoção

Calvet de Magalhães refere-se a alguns elementos da atividade diplomática como sendo essenciais (a Informação, Representação e Negociação). Outros há, no entanto, que são considerados acessórios ou complementares. A Promoção é uma delas. Na Convenção de Viena já aqui referida em vários momentos, nomeadamente no que ao 3º Artigo diz respeito, refere-se à Promoção quando fala das relações económicas, culturais e científicas. Tem, por esta via, um largo espectro de atuação. A promoção comercial de um Estado junto de outro, segundo o mesmo autor, está ligada ao surgimento da instituição consular. Os agentes consulares representavam os interesses comerciais dos Estados e eram designados como “cônsul mercatorum”. Atualmente, a Promoção é mais sentida nas relações económicas e culturais, justificando a importância destes dois

sectores para os Estados. Ainda segundo Magalhães “a Promoção pressupõe a iniciativa e a impulsão” e pode “ser entendida num sentido muito amplo, o que levaria a fazer nele caber praticamente toda a atividade diplomática”. (Magalhães, Manual Diplomático, 2005, pp. 46, 47)

2.3.5. Proteção

A Proteção enquanto elemento constitutivo da atividade diplomática “consiste, por um lado, na proteção de certos interesses específicos do Estado acreditante e, por outro lado, na proteção genérica dos interesses dos cidadãos do Estado acreditante junto do Estado recetor”. (Magalhães, Manual Diplomático, 2005, p. 49). Tendo em conta esta definição de Magalhães, será fácil afirmar-se que o foco dos diplomatas nesta matéria continua a ser o mesmo atualmente: proteger eventuais interesses do Estado e proteger os nacionais que se encontram nesse território. Mas ainda assim há, senão mais, pelo menos uma alteração/mudança a realçar. Com a facilidade de viajar (facilidade essa que também adveio da globalização da sociedade e da facilidade de deslocações e comunicações) deu-se, por um lado, ao longo dos últimos tempos, fluxos migratórios consideráveis e por outro, focos de conflito. Em qualquer uma destas situações, a necessidade de proteger os nacionais não terá alterado, mas aumentado, exigindo dos diplomatas que se encontram em missão nesses territórios, uma dedicação e um empenho diferentes de outros. Como referiu Henrique Borges, Embaixador de Portugal em Buenos Aires: “Quanto à função de proteção dos seus nacionais, julgo que a sua importância se mantém na íntegra, e pode mesmo tender a aumentar com a multiplicação dos focos de conflito”, como aconteceu, nomeadamente no caso da Venezuela. Com uma população de luso-descendentes na ordem dos trezentos mil e a missão de proteger os cidadãos e de afirmar a sua posição perante a comunidade internacional, a diplomacia portuguesa assumiu que o tempo de diálogo terminara e que se teria de avançar para eleições justas e livres, um pouco na mesma linha da EU. Para além disto, os diplomatas portugueses tiveram que lidar com a prisão de portugueses por motivos incompreensíveis, como referiu, na altura, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Português “ (...) o ministro Augusto Santos Silva tornou público, em declarações em Nova Iorque, que tinha tido uma conversa “muito franca, mas muito dura — não se tratou de um encontro diplomático habitual”, com o seu homólogo venezuelano, Jorge Arreaza. Na altura, as autoridades de Caracas tinham detido sete portugueses e cinco luso-descendentes “por incumprimento de uma lei que é impossível

de cumprir”, nas palavras de Santos Silva, e estavam sem acesso às autoridades consulares portuguesas. É apenas um exemplo, como poderiam ser dados tantos outros, como na África do Sul, por exemplo, mas que consubstancia a necessidade crescente da proteção de nacionais.

2.3.6. Extensão Externa do Serviço Público

Se antes da era global, esta função diplomática, entendida como acessória por Calvet de Magalhães, era no entanto importantíssima do ponto de vista prático, porquanto servia de base do sistema administrativo português em qualquer país, hoje em dia, com a evolução das tecnologias, essa importância passou a diminuir substancialmente, segundo as opiniões da maioria dos entrevistados para esta dissertação.

É verdade que continua a fazer sentido que um nacional encontre na sua embaixada ou consulado a possibilidade de tratar de assuntos administrativos sem ter de se deslocar ao seu país de origem, mas também o é se dissermos que uma boa parte dos assuntos já pode ser tratado por via da internet, como é o caso dos Vistos on line. Como referiram alguns diplomatas entrevistados, são alterações que vieram diminuir custos para as embaixadas, quanto mais não seja, em papel e tempo de atendimento.

Como reflexo dos exemplos apresentados pode-se referir que esta função diplomática também evoluiu ao ritmo da globalização e da Era da Informação.

No fundo, toda a atividade diplomática passou pelo processo de adaptação a esta nova realidade e a forma de exercer a extensão de serviço público, tendo por base esta nova realidade, potenciou a sua atuação, tendo inclusivamente, diminuído custos, como se verificou anteriormente.

“Estão em curso mudanças que dificultam muitíssimo a previsão do futuro da diplomacia ou ditar a sua conduta”

George Kennan (2005)

Parte III

Globalização e Diplomacia

3.1. Era da Globalização

A definição de Globalização, não é de todo consensual, mas menos o é a data do seu início. Se para muitos a globalização se iniciou com o final da Guerra Fria, com a quebra de algumas fronteiras, para outros trata-se de uma simples alteração à forma da sociedade se relacionar potenciada pela era dos descobrimentos. Para outros ainda, a globalização pode ser entendida apenas como um processo, já antigo, mas que está em constante desenvolvimento, como refere Nayan Chanda da Universidade de Yale, citado por Francis Campbell que, por sua vez, acredita que a sociedade, de uma forma geral, atribui o conceito de globalização apenas a esta última fase do processo devido à queda do comunismo na Europa e à consequente partilha de ideologias, economia e política. Este conceito da globalização é por vezes descrito como “processo que envolve formas de interdependência e de integração, a uma escala que ultrapassa os Estados nacionais (...)” (Curto, 2016). O mesmo autor refere que “estudos interessados no processo de globalização têm vindo a orientar-se, cada vez mais, para alguns temas (...) como redes e circuitos de comunicação, que correspondem ao chamado Capitalismo eletrónico” (Curto, 2016). Para além desses temas, a circulação de pessoas, as mudanças climáticas, sustentabilidade do planeta ou o terrorismo são os temas centrais de quaisquer discussões que envolvam o termo “globalização”. Em todos estes casos existem as tais forças que ultrapassam as dos Estados Nacionais.

“A culpa é do capitalismo global!” é uma exclamação vulgar sempre que um acontecimento inesperado acontece, como foi o caso da crise de 2008. Mas a solução não passará, certamente, por reverter a globalização. “ (...) o economista e Professor de Economia Política da Universidade de Harvard Dani Rodrik descreve o trilema da globalização: a ideia de que não é possível ter, simultaneamente, um regime democrático, plena autonomia nacional, e globalização, sobretudo a globalização acelerada que marcou uma era”²⁸. O *Brexit*, por mais que pareça ser suicídio político e

²⁸ Ver mais no artigo “Paradoxos da Globalização” in: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/helio-gurovitz/noticia/2016/06/o-que-ha-de-errado-com-globalizacao.html> (consultado em 22/03/2018)

económico para muitos, é expressão do trilema. “A opção de retirar-se da UE foi exercida para que se pudesse recuperar autonomia nacional, já que sua relativa redução não mais servia à parcela da população que se sente privada dos ganhos com a globalização”. (Bolle, 2016)

Em muitas áreas, a Globalização aparece como a causa de ganhos ou então de perdas, de benefícios ou de desvantagens, mas é unânime que a ela se rotule a mudança, seja qual for. De uma forma geral, “os teóricos convergem na tese de que a globalização representa uma progressiva homogeneização de valores, princípios, modelos de sociedade e de estilos de vida, que, sendo estranhos às sociedades que se abriram a essa autêntica invasão, acabam por impôr padrões culturais dominantes” (Justino, 2016) De referir, que à semelhança desta corrente da homogeneidade, existe uma outra, a da defesa dos valores nacionais, que teme que estes se dissipem em detrimento de uma sociedade globalizada. Mas, no que à diplomacia diz respeito, a globalização veio alterar, potenciar, ajudar ou prejudicar a sua actuação? Será importante perceber se a globalização terá alterado a natureza da diplomacia de um modo geral, para depois se perceber o panorama actual da diplomacia portuguesa no mundo globalizado.

Segundo Francis Campbell, é mais correcto afirmar-se que a diplomacia alterou a sua metodologia de atuação e não a sua natureza, propriamente dita porquanto continua a construir, a manter e a usar as relações com os mesmos objectivos de sempre. “Perhaps it would be more appropriate to say it has changed the methodology rather than nature” (Campbell, 2015) Como se teve a oportunidade de verificar atrás, aquando da análise às mudanças e às continuidades a respeito das funções diplomáticas, essa é também a opinião da maioria dos diplomatas portugueses ouvidos para este trabalho. O mundo globalizado não alterou exatamente a natureza da diplomacia, mas alterou e muito na sua forma.

Até agora temos verificado que a diplomacia, tal como outras áreas e setores, sente cada vez mais a necessidade de se adaptar à nova realidade da globalização contudo, importa referir que a diplomacia continua a ser importante desde que se consiga adaptar à realidade atual. Os diplomatas continuam a desempenhar um importante papel na negociação dos acordos comerciais e investimentos, sendo por isso responsáveis pela criação de novas oportunidades de mercados que inevitavelmente irão ter um importante

impacto nas economias dos seus países, criando empregos apesar de muitas vezes estes impactos não serem medidos e atribuídos diretamente à ação diplomática.

É também ainda aos diplomatas que cabe o lugar na linha da frente de ação quando há determinadas ocorrências como situações de catástrofes naturais, emergências humanitárias e crises políticas, sendo por isso fundamental a sua existência e presença nos diferentes países.

Desta forma, o fundamental passa por garantir que a diplomacia continua a acompanhar a mudança dos tempos, pois só desta forma será possível cumprir as suas funções e atingir os objetivos a que sempre se propôs.

Berridge (2009) defende que a diplomacia é uma arte que permite levar a cabo negociações, sendo também entendida como um meio de conduzir as relações internacionais através da intervenção dos diplomatas profissionais, abrangendo ainda questões de *hard power*, de guerra e paz e, posteriormente, economia e comércio. Contudo, a questão da globalização tem vindo a fazer com que as formas e ferramentas de negociação se venham a alterar, verificando-se nos últimos anos um aumento do número de acordos internacionais em assuntos ditos *soft*, como questões ambientais e saúde mostrando que, cada vez mais as questões mais *soft* podem ter importantes ramificações *hard* nas economias nacionais. Assim, a diplomacia nos nossos dias reconhece cada vez mais a importância das estratégias do *soft power* e do *smart power*.

Berridge (2009) afirma que o processo de globalização, a evolução tecnológica, o desenvolvimento das telecomunicações, a pressão dos média e a emergência de novos Estados na ordem internacional, verificada depois da II Guerra Mundial influenciaram de forma definitiva a forma como se organizam e desenvolvem as relações internacionais, criando-se uma nova ordem internacional bem como de novos canais de diplomacia que acabam por desafiar o conceito tradicional de soberania estadual, abrindo o caminho a formas inovadoras de diplomacia.

3.2. Os novos atores da Diplomacia

A globalização, os desafios e relações intraestados e entre Estados (que atualmente não se resumem a questões bilaterais, já que a diplomacia se exerce também a nível multilateral), não retiraram importância à diplomacia, enquanto carreira ou profissão, mas veio fazer com que esta já não seja exercida no sentido restrito por quem tem a missão oficial de representar um país. A evolução mundial, as questões à escala internacional, o interesse público por matérias que interessam à sociedade, levam a que os cidadãos possam também eles ser, em sentido mais lato, “diplomatas” e influenciar decisões. Os agentes diplomáticos ditos tradicionais, ao não integrarem no exercício da atividade diplomática a rapidez, profundidade e impacto da mudança tecnológica e a sua influência na sociedade mundial e nas relações internacionais, acabam por deixar o caminho aberto para a predominância de novos atores.

A intervenção dos cidadãos, de organizações não-governamentais, de políticos, de empresários, com cada vez maior importância na sociedade global, leva a que hoje se reconheça a existência de novos atores da diplomacia. Embora se mantenha a importância e necessidade dos ditos diplomatas tradicionais, “assiste-se à proliferação de atores internacionais e ao seu peso crescente na cena internacional: não só as tradicionais organizações internacionais, mas, progressivamente, os novos atores não estatais sejam de natureza transnacional ou interestatal. Significa isto que o Estado perdeu o monopólio das relações internacionais. Por outro lado, o progresso tecnológico e o processo de globalização provocam o desenvolvimento de fluxos transnacionais em rede, de ordem material e imaterial, que impõem a economia, as finanças, as migrações ou a informação como componentes essenciais das relações internacionais, pondo em causa o primado das relações interestatais. E, neste caso, não é só o monopólio que está em causa. Está em causa a própria centralidade do Estado na cena internacional” (Teixeira, 2016)

É certo que são os Estados, os governos, que continuam a definir a política externa e a escolherem os seus representantes no exterior. Mas, sem qualquer papel oficial de representação, um empresário, por exemplo, é também um embaixador do seu país quando tem negócios em outros e com outros países ou empresas estrangeiras. Os novos atores diplomáticos fazem algumas vezes tanto pela promoção do país como os

diplomatas clássicos, porque a diplomacia é cada vez mais encarada como “o lugar de convergência de interesses e o instrumento do diálogo permanente” (Moita, 2006).

O carácter multilateral da diplomacia, com o conseqüente aparecimento de novos agentes da diplomacia, veio originar uma partilha de importância e poder ao nível da definição e representação do país no exterior, uma vez que hoje o ministro dos Negócios Estrangeiros, que era o principal responsável pela política externa nacional, tem atualmente de dividir as suas influências com ministros de outras áreas ou até mesmo com organizações descentralizadas das do Estado, como a AICEP, que a bem dizer também exerce um papel de influência no exterior, de modo a prosseguir os interesses do Estado, a nível económico, como se verá mais adiante.

Pode-se identificar ainda vários possíveis agentes diplomáticos não clássicos, ou pelo menos atores com influência nas relações externas, como “as firmas multinacionais, os grupos de comunicação mediática, as comunidades religiosas, o movimento associativo, as organizações não governamentais” (Jesus, 2014). Também a maior influência das sociedades de advogados que “têm vindo a aumentar a sua influência pela função que exercem na elaboração dos contratos internacionais, nos acordos relativos aos grandes negócios e no correspondente fator de regulamentação da rede de interesses que se conjugam além-fronteiras”. Este autor defende que um jornalista, um artista, um atleta, podem ser agentes diplomáticos pela capacidade de moverem influências ou promoverem o país. Como exemplo, pode-se referir o Governo Regional da Madeira quando decidiu atribuir ao aeroporto o nome de Cristiano Ronaldo, como forma de captar mais turismo, aproveitando a imagem e o reconhecimento internacional do futebolista. É também de referir o papel de Catarina Furtado, enquanto figura pública, como “embaixadora” da boa vontade da ONU.

Os políticos, os chefes de estado, enquanto agentes da diplomacia, nas suas relações bilaterais e multilaterais, fazem valer-se do poder de que estão investidos e dos conhecimentos interpessoais de que dispõem para influenciarem as decisões com impacto internacional. Nesse sentido os políticos tentam fortalecer o país, dar-lhe por via disso importância internacional, para exercerem a sua influência. Na sua tomada de posse como presidente da República do Brasil, em 1995, Fernando Henrique Cardoso, afirmava que o Brasil dependia da “estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar, dos sinais vitais da economia – a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a

participação no comércio internacional – e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis. Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional”.²⁹

Atualmente assiste-se a movimentações das mais variadas áreas da sociedade com o propósito de influenciarem o panorama internacional, embora sem uma estratégia que se possa dizer que seja concertada entre todos mas que têm pontos e causas comuns. É o que tem sido designado como diplomacia social, exercida por figuras reconhecidas e conhecidas a nível internacional.

Guilherme Nobre (Nobre, 2015) refere a este propósito: “Os ex-presidentes americanos Jim Carter e Bill Clinton, o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair, astros do rock como Bono Vox, atrizes como Angelina Jolie, líderes como Dalai Lama, e outros têm dedicado parte do seu tempo a influenciar políticas e ações internacionais de interesse público”. Deibert abordou a questão dos atores não estatais, referindo que os Estados começam a eclipsar-se em detrimento destes novos atores numa ordem mundial que apelidou de “pós-moderna”.

Esta democratização da diplomacia não se resume unicamente à influência que políticos, empresários e figuras de relevo na sociedade mundial podem ter na vida e decisões à escala global. Atualmente uma manifestação, enquanto movimento destinado a influenciar decisões ou a contestá-las no sentido de fazer pressão, de obter mudança; pode ser considerada uma forma de exercer diplomacia. Pode então ser considerada uma aglomeração de pessoas que lutam pela mesma ideia, princípio ou valores, um novo agente diplomático? Luís Moita define estes movimentos populares como uma “verdadeira diplomacia de cidadania”, dando como exemplo as manifestações em Portugal, em 1999, que influenciaram a independência de Timor Leste. (Moita, 2006)

Nesta perspetiva de diplomacia não tradicional, um artista português que dê um espetáculo no estrangeiro está de certa forma a fazer diplomacia, a promover o país, a mover influência junto dos públicos. Um empresário que instala uma unidade em outro país está a afirmar Portugal. Um empresário que tem negócios internacionais exerce

²⁹ In: Revista de Estudos Políticos Vol.6 nº 2 – do pensamento à práxis: Fernando Henrique Cardoso, diplomata, por Henrique Carlos Natalino

algumas vezes poder sobre os próprios Estados. “Alguns dos novos atores internacionais de maior relevância no sistema contemporâneo são as empresas transnacionais. As mais poderosas detêm recursos económicos que suplantam, em muito, o PIB - da maioria dos países do mundo. Politicamente, conseguem imenso poderio, pois movimentam sobremaneira a economia de um país. Delas dependem empregos, empresas fornecedoras, investimentos e impostos”. (Pereira, s.d.)

Também os líderes regionais ou locais estão a assumir uma intervenção na diplomacia, seja através de geminações de municípios com congéneres de outros países, seja na cooperação em várias áreas de interesse comum. Uma situação que é influenciada pela política europeia que privilegia as regiões e o seu desenvolvimento, com a designada Europa das Regiões. “Muitos municípios, comunidades intermunicipais, áreas metropolitanas e estruturas da administração local e regional, em Portugal, puderam, ao abrigo destas iniciativas europeias, desenvolver uma experiência e uma capacidade relacional externa que poderá ser rentabilizada para o reforço do posicionamento internacional das empresas nacionais” (Neto, s.d.). A este propósito refere André Prigio “os governos subnacionais – que também passaram a figurar na lista de novos atores das/nas relações internacionais – ganham força e buscam não apenas reconhecimento de sua relevância no cenário internacional, mas, sobretudo, influenciar as decisões do Estado central para que a agenda da política externa também atenda aos anseios locais”.

Apesar dos novos atores da diplomacia interferirem na política externa, nos relacionamentos entre países e exercerem influências que podem ajudar à afirmação e/ou promoção nacional, há uma diferença que os distingue relativamente aos diplomatas de carreira, formados nesse sentido. E é precisamente a formação, a preparação e a estratégia definida pelas políticas externas, que separa uns dos outros.

"The current sense of flux in diplomacy which is evident both on the ground and in studies of the subject is primarily due to the conjunction of major growth in the diplomacy of states at a time when the role of states is changing and this change is leaving space for the emergence of new and untrained users of diplomacy, users who sometimes do not acknowledge that either need or in practise actually employ diplomacy at all." (Langhorne cit.por Klavins, 2012)

Os atores diplomáticos não tradicionais não têm de atuar em consonância com os Estados e as suas políticas e não têm também de seguir, obrigatoriamente, qualquer

indicação de política externa definida governamentalmente. Sabendo que não podem controlar totalmente esta ação de novos atores da diplomacia, como o fazem com os seus diplomatas de carreira (porque em várias situações os interesses são divergentes), o Estado acaba por tolerá-la, não obstante o facto de saber que empresários, organizações não-governamentais, artistas, entre outros, tiram partido da sua influência e ação, em primeiro lugar para seu próprio benefício. Os Estados acabam, contudo e em algumas circunstâncias, por beneficiar desta ação e tentam de algum modo, concertar posições e alinhar interesses numa estratégia que possa ser comum, como se pode verificar pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2014, que aprova o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020: “Atendendo à estrutura descentralizada da cooperação portuguesa, é prioritário o desenvolvimento de parcerias inclusivas e abrangentes, que valorizem as mais-valias dos atores estatais e não-estatais, o público e o privado e o lucrativo e o não-lucrativo, procurando alinhar objetivos e promover capacidades de intervenção complementares”. (Diário da República Eletrónico, 2014)

3.3. Diplomacia Económica

A diplomacia económica, enquanto instrumento da captação de investimentos e de promoção das exportações, tem uma importância crescente e assume hoje um papel preponderante nas relações diplomáticas. “Os países ricos e países em desenvolvimento consideram de modo similar a captação do IDE e a promoção das exportações como a essência da defesa dos seus interesses no estrangeiro” (Ögütçü & Saner, 2008). A diplomacia económica, definida por Guy Carron de La Carrière como “a prossecução de objetivos económicos por meios diplomáticos, que se apoiem, ou não, em instrumentos económicos para os atingir” (cit por Fernandes, 2013), começou a emergir na política, no Século XX, quando os governantes passaram a estar cada vez mais preocupados com os assuntos económicos, não só internamente como dos outros países, numa relação influenciada pela crescente globalização. Segundo Daniela Siqueira Gomes: “A globalização da economia – induzida pela liberalização e internacionalização do comércio, dos investimentos e dos movimentos de capitais – veio gerar uma maior interdependência entre os Estados e as respetivas economias” (Gomes D. S., 2008).

Antes do advento do Século XX a política e a economia estavam interligadas, sem que uma fosse entendida como mais importante que outra. “O final do Século XX

consagrou um divórcio progressivo entre as áreas da economia e da ciência política” (Costa, 2014, p. 175). A economia funciona hoje numa lógica de posicionamento e estratégia de compreensão dos mercados, para se posicionar da melhor forma, passando a ser fundamental ao sistema empresarial recorrer à rede de conhecimentos e influência política para alcançar objetivos de internacionalização, por exemplo, ou descoberta de novos mercados, além de também aproveitarem informações para definirem estratégias. Atualmente é frequente as visitas de governantes ou de chefes de Estado serem acompanhadas de delegações de empresários. Por outro lado, a estabilidade de um Estado depende em grande parte da estabilidade da sua economia interna e da economia internacional ou mundial.

O conceito desta prática diplomática está patente em diplomas legais, que comprovam a importância da economia nas relações externas, como é o exemplo da Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2006, publicada no Diário da República, 1ª Série, de 9 e Novembro de 2006, que entende a diplomacia económica como “a atividade desenvolvida pelo Estado e seus institutos públicos fora do território nacional, no sentido de obter os contributos indispensáveis à aceleração do crescimento económico, à criação de um clima favorável à inovação e à tecnologia, bem como à criação de novos mercados e à geração de emprego de qualidade em Portugal”³⁰

Pode-se dizer que hoje a diplomacia económica é das vertentes mais importantes e que mais exigem dos diplomatas, visto ser fundamental na afirmação dos Estados no mundo globalizado e, sobretudo, a diferença entre a sobrevivência e a decadência nesse mesmo mundo, pelo que as estratégias diplomáticas não podem nunca ignorar as questões das relações económicas. A esse propósito atente-se que alguns autores a abordam como Diplomacia de negócios e não raramente a confundem com negócios comerciais. Ainda nesta linha de pensamento, Joaquim Pina Moura referiu que “A diplomacia económica não é nem foi – ao contrário do que pretendem alguns dos seus vulgarizadores – uma simples diplomacia de negócios ou, pior ainda, uma disputa burocrática interdepartamental. A diplomacia económica é a definição e a concretização de uma

³⁰ Resolução de Conselho de Ministros que estabelece o regime de funcionamento da diplomacia económica.

estratégia política ao serviço da afirmação dos interesses económicos nacionais, tanto no plano interno como externo”.³¹

3.3.1- A importância da diplomacia económica portuguesa

Portugal começa a despertar para a necessidade de se promover economicamente, incrementando as exportações, com a criação do Fundo de Fomento de Exportação em 1949, sendo o primeiro organismo oficial a preocupar-se com o desenvolvimento comercial no exterior. Três anos após o 25 de Abril de 1974 foi criado o Instituto do Investimento Externo, com o objetivo de captar investimento estrangeiro, o que até então não existia em Portugal mas que acabou por não ter um papel importante nesta área devido à instabilidade política do pós revolução e à fragilidade dos governos da época.

O primeiro governo a consagrar os interesses económicos como principais nas relações exteriores do país foi o VI Governo Constitucional, entre 1980 e 1981. Em 1982 foi criado o Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP), cujas competências foram alargadas em 1989, passando a ter a responsabilidade de promoção e gestão do Investimento Direto de Portugal no estrangeiro e mais tarde, em 1992 absorve também a área do turismo, adotando uma nova designação sem alterar a sigla, passando a Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal. Uma nova designação é definida em 2000, passando o instituto a chamar-se ICEP Portugal – Investimento, Comércio e Turismo com a atuação nas áreas do investimento, comércio externo, turismo e a comunicação e imagem do país no exterior.

Nos anos seguintes foram sendo introduzidas outras alterações na orgânica do instituto, com o XVII Governo Constitucional (2005-2009) a criar a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), absorvendo o ICEP. O Decreto-Lei n.º 245/2007 Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de Junho de 2007 define que a AICEP tem por missão o “apoio a projetos de internacionalização de empresas portuguesas, independentemente da sua dimensão e natureza jurídica”. A partir desta altura a AICEP passa a ter a capacidade de, além de promover a internacionalização das empresas

³¹ Ver mais em: MOURA, Joaquim Pina, “Brasil, a Nova Prioridade da Política Externa (1996/2001)”, in As Políticas Exteriores de Brasil e Portugal – Visões Comparadas, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Maio de 2004.

nacionais, apoiar as exportações e promover a imagem do país como forma de captar investimentos.

Antes da criação da AICEP já se tinham dado passos no sentido do reconhecimento da importância da diplomacia económica e da necessidade de esta estar sob alçada ou em estreita ligação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. A Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2006 (DR, 1ª série, nº 216, de 9 de Novembro de 2006) vem clarificar esta questão e definir a dependência dos organismos com importância nas questões económicas perante os diplomatas. “Os delegados dos organismos sob tutela do Ministério da Economia e da Inovação são acreditados como Conselheiros Económicos, Adidos Comerciais ou Vice-Cônsules nas missões diplomáticas portuguesas no estrangeiro, ficando dependentes do embaixador na qualidade de agentes diplomáticos do Estado Português e, para efeitos protocolares, hierarquicamente dependentes da direção do organismo a que pertençam em tudo o mais, nomeadamente no exercício da função que lhes caiba no âmbito das atribuições desse organismo”, refere o texto da resolução tomada em 29 de Junho de 2006. É na sequência desta definição que várias embaixadas passam a acolher delegações da AICEP.

Este será o grande desafio da diplomacia portuguesa, sendo certo que já é uma das maiores transformações sentidas nas últimas duas décadas, como considera o embaixador de Portugal junto da Santa Sé, António de Almeida Ribeiro. Sobre as alterações sentidas na sua atividade diplomática, com mais de três décadas, refere: “Não me parece que haja diferenças substanciais, talvez com a exceção da tónica que hoje se dá, e bem, à chamada diplomacia económica”.³²

A aposta na diplomacia económica nas embaixadas portuguesas era reconhecida em 2012 como uma aposta que estava a dar resultado, segundo o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, que o afirmava no Seminário Diplomático ocorrido em Janeiro de 2013. “A modernização da diplomacia económica é um facto, chegamos ao fim de 2012 com uma integração das redes diplomáticas, económica e de promoção turística que já atinge 85% dos postos. E o que falta, já falta muito pouco para acontecer. As embaixadas e os consulados também são hoje, mais do que nunca, centros de negócios para as empresas, produtos e marcas de Portugal no exterior”. (Instituto Diplomático, 2013). Ainda no mesmo Seminário Diplomático, Paulo Portas referiu que “É neste

³² Entrevista concedida para esta investigação

momento importante sublinhar o espírito de colaboração entre departamentos governamentais, entre ministérios, entre agências, que em grande medida pilotado no âmbito dos negócios estrangeiros pela AICEP e pela sua administração, tem tornado possível vencer obstáculos, acelerar processos e cumprir melhor a nossa missão” (Portas, 2013). O então Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros referia-se ao aumento das exportações, apesar do tempo de recessão que se vivia, atribuindo-lhe mesmo o adjetivo de “extraordinário”. Paulo Portas salientou ainda o “incessante apoio que a diplomacia económica, e no caso do ministério, a AICEP e todas as embaixadas e consulados deram a esse crescimento dessas exportações que representam o sinal mais positivo da circunstância económica que Portugal está a viver”.

Atualmente, a aposta do Governo na AICEP continua, com a intenção de abrir novas agências em embaixadas onde o interesse nas relações económicas frutíferas sejam mais prementes.

A evolução da diplomacia económica foi particularmente marcante com os países da União Europeia, China e Cabo Verde. A partir da crise financeira de 2008 Portugal encetou um plano de diplomacia económica bastante auspicioso que pretendia ser visto como um instrumento de renovação da credibilidade e prestígio de Portugal no estrangeiro. A crise económico-financeira e a posterior crise das dívidas soberanas que assolou alguns países europeus e que levou Portugal a pedir a intervenção da *Troika* levou a que o Governo desenvolvesse uma estratégia renovação da sua credibilidade e prestígio internacional especialmente na União Europeia, mas também com a China e com os PALOP em particular com Cabo Verde no sentido de delinear estratégias de apoio às empresas portuguesas.

Esta realidade e o impacto da diplomacia económica é particularmente notório nas relações comerciais como as exportações, o IDE e o turismo. Tanto o IDE como o turismo atingiram níveis recorde nos últimos três anos, como demonstra o quadro seguinte:

QUADRO 1

PRINCIPAIS INDICADORES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGUÊS

	Exportações	IDE*	IDPE**	N.º de hóspedes***
2008	57,066	3,185	1,8872	13,9
2012	64,38	6,894	-6,894	14,9
2013	68,61	2,035	-908	14,4
2014	70,718	2,243	-391	16,3
2015	74,294	6,251	1,126	17,4
2016	75,779	5,483	1,431	19,1
2017	84,316	9,505	2,635	21,2
2018	89,223	11,805	1,876	23,9
2019	90,058	14,3	2,054	25,2

*Unidade: mil milhões / *** milhões*

Fonte: Pordata | INE |

** IDE – Investimento Direto Estrangeiro |*

***IDPE – Investimento Direto Português no Estrangeiro*

É visível o excelente desempenho do turismo sobretudo a partir de 2016 neste que é um setor determinante para impulsionar a economia portuguesa e que tem contribuído fortemente para o aumento da imagem do país como um destino turístico de excelência.

Também no que concerne ao IDE denota-se que a partir de 2015 este teve um *boom* notório, impulsionado pelo investimento chinês em grandes empresas portuguesas.

Em relação ao IDPE o seu comportamento foi positivo também a partir de 2015, sendo particularmente notória a sua evolução positiva nos dois anos seguintes. Uma parte significativa desse investimento teve Cabo Verde como destino.

3.3.2- A diplomacia económica Portugal – EU

O perfil das exportações e importações portuguesas demonstra que Portugal continua a ter nos Estados-membros da UE os seus principais parceiros comerciais e mais estratégicos.

Há países com os quais Portugal apresenta uma relação histórica em termos económicos, turísticos e comerciais como é o caso do Reino Unido que importa utilizar mais que nunca a diplomacia económica para salvaguardar os interesses económicos das empresas portuguesas que têm uma forte relação com esse país no atual contexto de *Brexit*. Em termos turísticos, segundo o INE, o Reino Unido é o primeiro mercado turístico português desde 2005, apresentando em 2019 uma quota de 17% e é também um dos principais mercados exportadores portugueses.

No entanto, também é percecionado fora da União Europeia com alguma expressividade como se demonstra no quadro seguinte:

QUADRO 2
PRINCIPAIS MERCADOS DAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS DE
2016 A 2019

Total	UE	PALOP	Brasil	China	Estados Unidos	Reino Unido	Outros
2016	72,80%	4,10%	1,35%	1,08%	4,93%	7,07%	24,95%
2017	65,60%	4,30%	1,53%	2,72%	5,17%	6,63%	24,73%
2018	64,20%	4,90%	1,14%	2,40%	4,97%	6,35%	25,65%
2019	64,10%	5,20%	1,01%	2,25%	5,05%	6,09%	26,05%

Fonte: Pordata

De facto, este comportamento das exportações portuguesas encontra explicação no forte papel que a diplomacia económica tem evidenciado na criação de novas oportunidades para as empresas e produtos portugueses, especialmente com países onde já existe um mercado devido ao passado de relações e de experiência entre Portugal e esses países como é o caso da China na Ásia e, mais recentemente, de Cabo Verde no continente africano.

3.3.3- A diplomacia económica Portugal – China

A relação em matéria de diplomacia económica entre Portugal e China tem vindo a ser, nos últimos anos, cada vez mais próxima. Por exemplo, em 2015, o Ministro dos Negócios Estrangeiros daquela altura assinalou ser estrategicamente relevante a cooperação entre os dois países a nível económico³³.

Desde então, várias têm sido as empresas chinesas de grande peso económico a investir em Portugal, tais como: a Haitong (setor bancário); a Fosun (setor da saúde, segurador e bancário); a China Three Gorges (setor energético) e a State Grid (setor elétrico), as principais responsáveis pelo crescimento do IDE em Portugal a partir de 2015.

Desde essa altura têm-se verificado diversas interações entre os governos e empresários de ambos os países e a efetivação de visitas empresariais de prospeção de mercado e de promoção e captação de investimento por parte de Portugal.

No que respeita ao investimento chinês em Portugal não podemos deixar de referir o impacto das concessões de “vistos gold” aos cidadãos chineses. Segundo dados do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2018 foram concedidos 17.521 vistos gold. Também no setor do turismo, de acordo com o Travel BI³⁴, de 2015 a 2018 os turistas chineses que Portugal acolheu cresceram 28,6%.

Ainda no que respeita às relações diplomáticas em matéria de economia é importante realçar que o saldo da balança comercial é desfavorável a Portugal, no entanto, no que respeita aos investimentos, Portugal tem sido o principal destino europeu do investimento chinês, designadamente, nos setores do turismo, imobiliário, banca e energia.

³³ Ver mais em Revista Negócios Estrangeiros-Especial in: https://idi.mne.gov.pt/images/Revista_NE/PDF/10-2010_02_n_16.pdf

³⁴ Travel BI é a plataforma de gestão conhecimento no turismo. Permite a exploração dos indicadores de atividade e inclui estatísticas, análises, mercados, etc..

3.3.4- A diplomacia económica Portugal – Cabo Verde

O continente africano é um espaço fundamental para a diplomacia económica portuguesa pela proximidade histórica, linguística e cultural com alguns destes países. Especificamente em relação a Cabo Verde, Portugal tem desenvolvido relações bilaterais com este país (à margem dos PALOP) dentro da UE, sendo mediador no acordo de parceria entre Cabo Verde e a UE.

Além disso, mais particularmente no campo económico, também tem sido claro os esforços na área da diplomacia económica. Cabo Verde tem intensificado as suas relações políticas e económicas com Portugal nos últimos anos³⁵.

Em termos de relações económicas verifica-se que o saldo da balança comercial entre Portugal e Cabo Verde é positivo: Portugal tem sido o principal fornecedor de Cabo Verde de acordo com a AICEP³⁶.

As exportações portuguesas têm aumentado para Cabo Verde e Portugal tem investido bastante em Cabo Verde. Portugal encontra-se na posição de investidor e a facilidade de comunicação e proximidade cultural permitem um relacionamento muito estreito entre os dois países. Os dados demonstram um notório crescimento das exportações e do IDE a partir de 2017.

QUADRO 3

EXPORTAÇÕES E IDE PORTUGUÊS EM CABO VERDE

	2015	2016	2017	2018
Exportações	28,6	34,1	48,7	64,1
IDE	-0,5	4,8	18,2	28,4

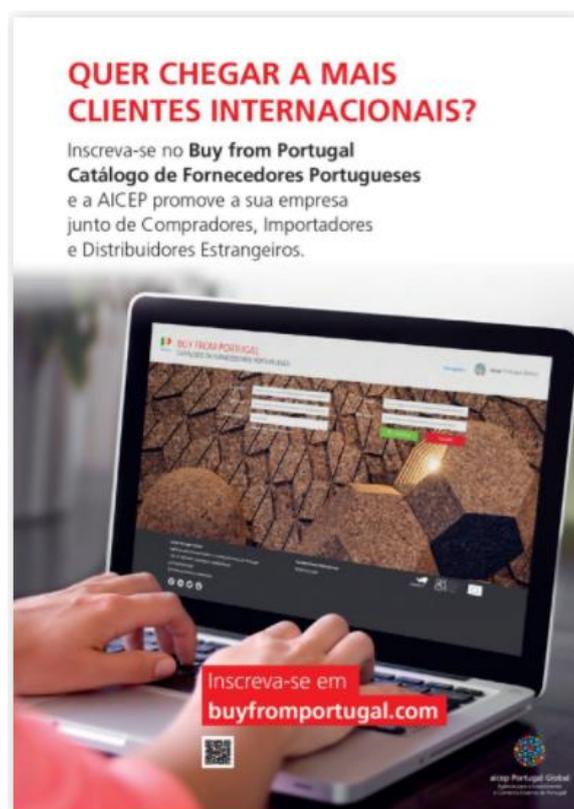
Fonte: INE e Banco de Cabo Verde

Unidade: milhões

³⁵ Ver mais no artigo do jornal “O Observador” in: <https://observador.pt/2017/02/20/portugal-e-cabo-verde-estreitam-cooperacao-e-afirmam-excelencia-das-relacoes-em-cimeira/>

³⁶ De acordo com o site www.portugalglobal.pt consultado a 22/09/2018

FIGURA 1
CATÁLOGO DE FORNECEDORES DA AICEP



Também as associações empresariais têm uma palavra a dizer sobre a forma como a diplomacia económica tem ajudado os empresários e as empresas portuguesas no caminho, que se espera sustentado, da internacionalização. Os eventos que decorrem sob a organização das associações empresariais com vista à captação de investimento para Portugal vão aumentando todos os anos. Como exemplo disso, pode-se salientar o trabalho da Associação Empresarial da Região do Ribatejo (NERSANT), mais especificamente com a realização do Nersant Business, que desde 2012 tem vindo a promover a imagem dos produtos e serviços da região do Ribatejo. Congéneres suas, noutras regiões do país têm realizado eventos similares com os mesmos objetivos.

FIGURA 2
CARTAZ PROMOCIONAL DA NERSANT BUSINESS



A primeira edição contou com a presença de 5 países e a segunda, em 2013, reuniu delegações de 10 países no Ribatejo. Na edição de 2014 foram 14 os representantes internacionais, vindos de Espanha, França, Suíça, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, (7ª edição) aconteceu em Outubro de 2018 e, a presidente da direção da NERSANT, Salomé Rafael, afirmou que “estiveram presentes 600 empresários de 38 países dos 5 continentes, totalizando mais de 1000 reuniões de negócios”. (Palmeiro, 2018, p. 1)

A integração de delegações da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), preconizada pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, no âmbito do Orçamento de Estado de 2012, é uma aposta ganha na área da diplomacia económica, a avaliar pela constatação que faz a própria AICEP, contactada para esta investigação. A presença de especialistas da agência no mercado externo, em articulação com os diplomatas, também tem constituído uma vantagem para organizações empresariais, mesmo aquelas que têm uma ação territorial de âmbito mais regional, nomeadamente a NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém, que, segundo os dados mais recentes disponibilizados, reportados a 2015, tinha então 2397 empresários e empresas associadas.

A presença da agência nas embaixadas veio contribuir para um reforço não só da diplomacia económica portuguesa, como também contribuir para imagem e reforço de Portugal a nível internacional. A este propósito, a Direção da Rede Externa e Institucionais da AICEP, através de Anabela Raposo, considera para efeitos desta investigação, que a estratégia em causa “veio sem dúvida resultar numa maior proximidade que é sempre de salutar na realização de projetos/ações de promoção da

imagem de Portugal, da economia portuguesa, dos produtos e empresas nacionais e também na captação do investimento estrangeiro”. (Raposo, 2017)

Por parte dos beneficiários, investidores portugueses dos mais variados sectores de atividade, a presença dos agentes nas embaixadas também é entendida como uma mais-valia para projetos de internacionalização, nomeadamente de associados da NERSANT, que tem tido um papel bastante ativo na implantação de empresas portuguesas no estrangeiro e na abertura de mercados para exportação. António Campos, presidente da Comissão Executiva da NERSANT, escolhida para esta investigação por estar entre as associações empresariais mais expressivas e dinâmicas do país, reflete uma vantagem clara para as empresas, sendo que muitas das associadas da NERSANT são PME`s.

As delegações da AICEP são bastante úteis como “guias” dos empresários portugueses nos vários países onde está representada, nomeadamente em embaixadas. Mas também os consulados têm ajudado ao desenvolvimento da economia nacional no exterior. Exemplo disso é o facto de a NERSANT recorrer às delegações da AICEP, reconhecendo a associação que também tem contado com o apoio dos consulados. Esta proximidade da AICEP das embaixadas e por sua vez dos países onde estão representados “é fundamental para haver uma maior interação com as entidades locais”, conforme refere António Campos na resposta ao questionário que lhe foi enviado.

O resultado do trabalho que tem sido feito nos últimos anos no reforço da diplomacia económica, no seu desenvolvimento e na aposta da colocação de especialistas da AICEP nas embaixadas, é visto como positivo, atendendo a que as delegações da agência têm vindo a crescer e a acompanhar também o desenvolvimento dos interesses estratégico-diplomáticos de Portugal. No plano da agência para 2018-2019 prevê-se o alargamento da rede da AICEP a Cantão, onde abrirá um novo consulado, e Irlanda. “No caso de Cantão, trata-se de um reforço da presença na China (além de Pequim e de Xangai) no ano em que se comemoram os 40 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. Fonte oficial da AICEP refere também que estão a ser terminados os estudos que irão ajudar a decidir se abrem novas delegações em países como a Costa do Marfim, Senegal e Peru.” (Villalobos, 2019)

Portugal e a sua aposta na promoção e projeção das empresas portuguesas no exterior ajudou a criar uma marca identificativa do país, que tem contribuído para a notoriedade de Portugal no mundo. Mas esta marca, esta estratégia, tem dois sentidos. Se

por um lado importância económica nacional ajuda a posicionar o país e a que este seja reconhecido internacionalmente, por outro lado a diplomacia tem ajudado a economia e nesta parceria todos ficam a ganhar, com a diplomacia económica portuguesa a impor-se em termos de política externa. “A internacionalização das empresas portuguesas tem feito com que os produtos portugueses sejam cada vez mais reconhecidos internacionalmente”. (Raposo, 2017) . Nesse sentido, conforme sublinha a AICEP; a internacionalização das empresas nacionais “é um fator determinante para o crescimento da economia nacional”. (Raposo, 2017)

A integração da AICEP nas representações diplomáticas portuguesas no mundo vieram também trazer uma nova dinâmica à diplomacia e uma maior interação e intervenção dos diplomatas. António Campos refere, como exemplo, o caso do cônsul geral da Beira, Moçambique, como “uma pessoa que estava claramente empenhada na ligação aos empresários e organismos da província”, salientando que este era um “facilitador”. Para o responsável da NERSANT este diplomata “era um exemplo do que os nossos empresários precisam de ter, que minimiza o esforço de conhecimento dos mercados externos”. (Campos, 2017)

O surgimento e projeção de novos atores da diplomacia é visto pelas estruturas representativas dos empresários como mais um fator que contribui para a expansão da dinâmica económica nacional. Para António Campos todos os que ajudam a reforçar e fomentar a diplomacia com objetivos de promoção económica são bem-vindos, mas alerta para o facto de, por vezes, haver entidades que tentam substituir-se a outras, mesmo que não seja esse o seu papel. Nestes casos, em que em vez de trabalharem em conjunto cada um trabalha por si, “todos perdem e, em última instância, perde o país”. As sinergias nesta área são fundamentais para que exista uma estratégia concertada no sentido de promover as exportações. (Campos, 2017)

As associações empresariais, como a NERSANT, muitas vezes têm de fazer uma espécie de papel de diplomatas, como facilitadores de negócios e de mercados. Para António Campos “não há cultura diplomática para intervir em processos empresariais”, porque os diplomatas “não estão formatados para estas alterações que a globalização forçou a acontecer”. O então presidente do conselho diretivo da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, Manuel Marcelo Curto deixava a sua posição em relação a este assunto muito clara num artigo publicado a 28/01/2016, dizendo que “diplomatas e

delegados da AICEP não são rivais e trabalham para o mesmo objetivo.” O representante dos diplomatas afirmou no mesmo artigo que "são cada vez mais frequentes os testemunhos positivos dos empresários relativamente ao envolvimento do MNE na diplomacia económica". (LUSA, 2016)

A diplomacia económica tem também potenciado a afirmação tecnológica portuguesa, a valorização da investigação e de outras áreas do conhecimento, de que é exemplo o protocolo de colaboração assinado entre o Governo e a Microsoft, já em Novembro de 2007, no âmbito do Memorando de Entendimento assinado entre o Governo Português e a Microsoft em 2006, entre a Microsoft e a UMIC (entretanto, já extinta), pertencente ao Ministério da Educação e Ciência.

Como refere Ana Catarina Pereira Mendes Leal (Leal, s.d.) a diplomacia económica deverá também concentrar-se na atração de investimentos, centros tecnológicos e talentos que prefigurem outros tantos centros de competências. A mesma autora refere que os espaços diplomáticos de hoje se foram, gradualmente, transformando em áreas de apoio às atividades económicas no exterior, pelo que os diplomatas não extinguem as suas tarefas na participação de negociações em organismos internacionais. Estas “preocupações” económicas passaram a fazer parte da Diplomacia Moderna. O aumento da importância da diplomacia económica tem portanto, a sua razão de ser e um peso fundamental dentro do contexto global em que nos inserimos. “Elle n'a pas remplacé la diplomatie politique mais elle en est devenue le complément inséparable. Elle est même au cœur de la politique la plus brûlante puisque c'est à elle qu'il revient d'ordonner et de gérer la globalisation de l'économie mondiale.” (Carriere, 1998, p. 228)

Constata-se assim, sem dúvida, que o paradigma, potenciado pela globalização, está a mudar a forma de se exercer a diplomacia clássica e a atribuir-lhe responsabilidades na necessidade de promover e afirmar Portugal e a economia portuguesa.

“Deve-se perguntar como está o tempo na montanha, a quem na montanha está!”

Autor desconhecido

Parte IV

Entrevistas e Entrevistados

4.1. Metodologia e justificação

Depois de uma revisão à literatura já publicada sobre o tema e depois de se ter constatado a falta de informação na primeira pessoa, optou-se por auscultar aqueles que verdadeiramente, fazendo Diplomacia, podem (ou não) sentir as mudanças provocadas pela Globalização, referir as adaptações que tiveram de efetuar para cumprir a sua função e avançar com alguns cenários possíveis para o futuro da Diplomacia Portuguesa.

Tentou-se entrevistar o maior número de embaixadores possíveis, recorrendo-se aos e-mails oficiais das embaixadas. As questões foram elaboradas tendo em conta o objeto de estudo mas também o percurso do entrevistado em causa. Por este motivo e apesar de se ter realizado um guião de entrevista, optou-se por questões abertas em detrimento dos questionários fechados que, apesar de mensuráveis, não espelhariam, de forma clara, a opinião dos entrevistados e a sua sensibilidade em relação a assuntos específicos da prática e da função diplomática. Por conseguinte, para além das questões patentes no guião, quando as entrevistas foram efetuadas por via telefone/skype, outras questões foram surgindo na sequência das respostas dadas e que permitiram obter um maior número de informações. Conseguiu-se obter respostas de 19 embaixadores, sendo que 4 proibiram qualquer referência ao seu nome e posto, 12 referiram que se poderia utilizar as suas respostas no texto geral da dissertação sem publicação da entrevista na íntegra e 3 autorizaram a publicação das suas respostas ao guião de entrevista.

Para além dos embaixadores, tentou-se ainda auscultar a opinião de outros diplomatas, percorrendo toda a hierarquia (adidos, secretários e conselheiros). Para este público tornou-se inviável a prática da mesma metodologia e recorreu-se a um inquérito fechado, método mais utilizado neste tipo de investigações mas que, com o intuito de conseguir obter respostas mais elaboradas, se tentou evitar primeiramente. Contactou-se o Instituto Diplomático (IDI) depois de várias tentativas em entrevistar diplomatas sem a

autorização direta do MNE e do IDI. Como resposta, o MNE enviou algumas observações ao guião da entrevista, entre as quais constava a obrigatoriedade deste ser transformado em inquérito fechado. Sugeriu-se a plataforma digital “Survey Monkey”, por forma a obter o maior número de respostas sob anonimato.

4.2. Entrevistados e justificação da escolha

Procurou-se entrevistar os principais atores da diplomacia tradicional portuguesa: diplomatas portugueses em início e fim de carreira. Os diplomatas em início de carreira que foram entrevistados executavam, no momento das entrevistas, as funções de adidos de embaixada e secretários (1^a, 2^a e 3^a categoria). De salientar que, era intenção ter ainda em consideração a opinião de outros funcionários da carreira diplomática como Conselheiros de Embaixada mas que, por opção própria, não responderam ao inquérito enviado.

Como se referiu anteriormente foi contactado o IDI do MNE, no sentido de dar a conhecer antecipadamente, as questões que iriam ser abordadas. O IDI considerou no entanto que as questões, por se tratarem de questões abertas, poderiam deixar algumas dúvidas e sugeriu o envio de um questionário fechado, adaptando assim as questões de forma a que os diferentes diplomatas pudessem responder de forma quantitativa (numa escala).

Como o intuito sempre foi a auscultação dos agentes/atores diplomáticos, perceber a sua sensibilidade quanto às alterações provocadas pela globalização em diferentes áreas de atuação da diplomacia e ouvir, inclusivamente, exemplos práticos, que confirmassem as respetivas mudanças ou continuidades, considerou-se que seria mais benéfico para o escopo desta dissertação, entrevistar aqueles que, assim o desejando, pudessem responder às questões, de forma aberta (ainda que muitos tenham optado pelo anonimato). Tal foi possível com os 19 embaixadores que se conseguiu entrevistar, mas não com o resto das categorias da carreira diplomática, a solicitação do MNE. Assim, procedeu-se à realização do inquérito fechado, através do programa informático específico para tal (Survey Monkey).

Foram ainda entrevistados o responsável pela Associação Empresarial NERSANT, António Campos e a responsável da AICEP, Natália Raposo, no sentido de perceber a suposta relevância dada à diplomacia económica pelos diplomatas portugueses.

Procurou-se saber se essa relevância assumida por muitos como determinante para a diplomacia portuguesa atualmente, tem surtido efeito junto dos empresários portugueses e em que medida.

4.3. Questões aos Embaixadores e suas justificações

PERGUNTA	OBJETIVOS
Quando e onde iniciou a carreira diplomática?	Distinguir a época em que iniciou as funções diplomáticas e os anos de experiência na carreira.
Quais as funções que exerceu na carreira diplomática e em que embaixadas?	Distinguir a forma de colocação dos embaixadores em função dos países, nomeadamente se os embaixadores são colocados em embaixadas com mais relevância para o país no início de carreira ou só após alguma experiência em países onde a representação diplomática não é tão exigente.
Quais as principais tarefas que executava em cada função?	Perceber quais as principais tarefas de um embaixador e as suas diferenças consoante o país onde está representado assim como os interesses de Portugal nesse território. Importante também averiguar se quais as tarefas que são estanques e as que alteram consoante os momentos e as necessidades, ou ainda se são executadas outras tarefas de representação de Portugal junto de organizações internacionais; se são constituídos grupos de trabalho. Pretende-se ainda perceber se há coordenação entre embaixadores e entre estes e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e de que forma é que ela é feita.
Considera que essas funções continuam a ser as mesmas hoje em dia ou já houve alterações significativas?	Com esta pergunta pretende-se verificar se existiram alterações nas funções dos diplomatas e quais, se as funções base são as mesmas e se o que mudou foi a forma de as executar em razão da evolução mundial, do

	xadrez político, dos interesses ou, por exemplo, da evolução da globalização.
Em que medida essas mudanças podem ter afetado a função diplomática e o seu respetivo exercício?	Neste caso a intenção é avaliar se, no caso de terem existido mudanças, em que medida estas obrigaram os embaixadores (e de que forma) a terem outro tipo de atenção nas suas funções e como se adaptaram.
O incremento das novas tecnologias veio facilitar ou não a função diplomática? E em que medida?	Perceber se as novas tecnologias de informação, comunicação e formação, hoje mais facilitadas, representaram mais-valias para as funções, tal como se as novas tecnologias vieram trazer uma maior rapidez na ação diplomática e na forma como os embaixadores se relacionam com os Estados, o que representa e onde está representado.
A Internet/redes sociais representam uma ferramenta, um perigo ou um desafio? Porquê?	O que se pretende é saber se os embaixadores valorizam estes meios como recolha de informação e de comunicação aos cidadãos, a forma como os usam e a importância que lhes dão. Pretende-se também verificar em que momentos são úteis e se têm alguns cuidados no seu uso. Pode-se ainda tentar perceber se a existência destas ferramentas, que possibilitam a interação entre agentes diplomáticos, representam um enriquecimento na comunicação e se os riscos e ameaças estão a ser tidos em conta; em que medida e até que ponto estão conscientes e preparados para os eventuais riscos.
O escrutínio do público (que aumentou devido à facilidade de acesso à informação) condiciona de alguma forma as decisões e negociações diplomáticas?	Com esta pergunta a intenção é perceber o peso que os embaixadores dão à forma como os cidadãos entendem o trabalho diplomático e se, de alguma forma, o escrutínio do público, a crítica, leva os embaixadores a terem mais cuidados no que dizem e/ou informam, além de avaliar se muitas questões das funções diplomáticas não chegam ao público para que as negociações ou a imagem da embaixada e/ou país não sejam afetadas.

<p>Considera que o acesso à carreira diplomática está hoje em dia mais facilitado ou dificultado? (Grau de dificuldade das provas de acesso; requisitos; competências básicas) porquê?</p>	<p>Observar se existiram alterações no modo como são recrutados os embaixadores, que aspetos são valorizados atualmente na escolha dos candidatos à carreira diplomática, bem como se há uma maior exigência em termos de determinados conhecimentos e competências pessoais, que se pretende que os embaixadores dominem na representação do Estado. Pretende-se ainda perceber os processos de seleção e formação e se estes tiveram alterações nos últimos tempos.</p>
<p>Quais as principais diferenças que apontaria (em termos de funções) entre um adido de embaixada atual e as funções que exerceu como adido no início da sua carreira?</p>	<p>Verificar se houve alterações nas funções diplomáticas não só ao nível de embaixadores como de quem inicia as funções de adido, para se perceber se as eventuais mudanças abrangeram todos os níveis da carreira diplomática e quais as interações entre os diversos agentes diplomáticos. A pergunta tem ainda o objetivo de se perceber se a função de adido é hoje executada de forma participativa, numa relação estreita com o embaixador e de que forma isso pode contribuir para acelerar a formação, o conhecimento e o amadurecimento profissional dos adidos.</p>
<p>A que é que um diplomata hoje tem de dar mais atenção? À informação, negociação, representação de nacionais? E porquê?</p>	<p>Verificar se há alguma ou algumas atividades mais importantes, que sejam prioritárias nas funções dos diplomatas, e se existe uma interligação a todos esses componentes.</p>
<p>Considera que o aumento da intervenção dos políticos no campo diplomático retira importância ao papel do</p>	<p>O objetivo desta questão visa compreender se a ação dos políticos e dos embaixadores, no que toca a negociações diplomáticas, é complementar ou se pode ser conflituosa. É também relevante averiguar se a importância do embaixador se esbateu e se atualmente</p>

diplomata ou apenas o complementa?	as negociações mais importantes são realizadas por atores políticos, relegando os diplomatas para segundo plano. Tendo em conta que os embaixadores atuam sob diretrizes políticas, tenta-se ainda perceber até que ponto passaram estes diplomatas a ter um papel mais de assessores e de informadores e menos de atores com capacidade negocial e de decisão.
------------------------------------	---

4.3.1. Questões do Inquérito fechado aos restantes diplomatas

PERGUNTA	OBJETIVOS
Qual a Categoria que exerce neste momento?	O objetivo desta pergunta é categorizar os participantes no inquérito por categorias profissionais, de modo a verificar-se também o tipo de respostas e se estas são muito díspares ou não em relação à função que cada um exerce. Neste caso as hipóteses de resposta foram: Adido, 3º Secretário, 2º Secretário, 1º Secretário e Conselheiro.
No seu entender, o que mudou de forma mais significativa nos últimos 20 anos, no que concerne à atividade diplomática?	Nesta pergunta foram dadas sete opções de resposta, que o inquirido devia colocar por ordem crescente (de 1 a 7), com o objetivo de se perceber o que mudou mais na atividade diplomática. As opções de resposta foram: A necessidade de promoção do país, de captação de investimento e de exportação; a Formação na carreira diplomática; intervenção de Chefes de Estado em questões anteriormente exclusivas a diplomatas; o acesso à carreira diplomática; o desenvolvimento das novas tecnologias e a entrada das mulheres na carreira diplomática.
No decorrer da categoria que atualmente exerce, como caracteriza a sua interação com o topo da	Com o propósito de avaliar como é exercida a atividade diplomática aos vários níveis, nomeadamente em função das categorias profissionais, foi colocada esta questão, que pretende também dar resposta sobre

hierarquia (Ministros plenipotenciários e Embaixadores)	como é exercida a interação entre os vários responsáveis diplomáticos. As hipóteses de resposta foram colocadas da seguinte forma: “Muito Elevada”; “Elevada”; “Média”; “Fraca” e “Nenhuma”.
Considera que as provas de acesso à carreira são:	De modo a perceber-se se a entrada na carreira diplomática é exigente, ou mais exigente, atualmente, o inquérito realizado colocou como opções duas respostas: “Muito Exigentes” e “Pouco Exigentes”.
Na sua opinião quais as matérias mais importantes para o exercício da atividade diplomática?	Esta questão vem na sequência da pergunta anterior, de modo a complementar as respostas sobre o acesso à carreira. Neste caso o que se pretende é ter a noção do tipo de conhecimentos que os inquiridos consideram importantes para desenvolverem a sua atividade e compará-los com as provas a que são sujeitos no Instituto Diplomático. Nesta pergunta as hipóteses de escolha eram: “Francês”; “Inglês”; “Conhecimentos Gerais”.
Na sua opinião essa interação e aprendizagem com os mais experientes é necessária?	Também esta pergunta tem um intuito de servir de complemento às questões anteriores e comparar como é feita a evolução profissional ao nível dos conhecimentos e experiência. “Sim” e “Não”, foram as opções colocadas para escolha.
Se respondeu Sim, em que circunstâncias? (Escolher apenas a mais importante)	Pretende-se com esta pergunta especificar em que medida a aprendizagem com os diplomatas mais experientes é importante, bem como se processa essa formação pela experiência, tendo sido colocadas as hipóteses de resposta: “Enquanto Formação”; “Aconselhamento”; “Para obter soluções baseadas em equipa” e “Preparação de funções futuras”.
Quando precisa de comunicar com outros diplomatas qual o meio	A forma como se comunica em diplomacia é importante para se avaliar o que mudou nas funções diplomáticas, a que níveis e de que forma, tendo em conta os avanços tecnológicos. Com esta questão

<p>de comunicação que privilegia?</p>	<p>pretende-se também verificar se as potencialidades das tecnologias da informação e/ou das redes sociais são ferramentas utilizadas. Aos inquiridos foram colocadas as seguintes hipóteses: “Carta”; “Telefone”; “Fax”; “Email”; “Redes Sociais”. Foi ainda dada possibilidade de os inquiridos indicarem outras formas de comunicação.</p>
<p>Considera que a utilização de correio eletrónico e das redes sociais pode gerar perigos até aqui acautelados pelos meios de comunicação anteriormente usados?</p>	<p>Com esta questão pretende-se verificar se os diplomatas têm algum receio de usar estes meios de comunicação, ou se os usam considerando que não existem perigos para a atividade. Nesta pergunta as opções de resposta foram: “Sim” e “Não”.</p>
<p>Em que aspetos considera que a Diplomacia Portuguesa deve trabalhar mais no sentido de melhorar o seu desempenho?</p>	<p>Aos inquiridos foi pedida a opinião sobre o que entendem que se deve fazer para desenvolver mais a diplomacia portuguesa no mundo. Sendo profissionais com funções diferentes das dos embaixadores, esta questão é importante para se perceber a estes níveis quais são as suas perspetivas. É também uma pergunta que permite avaliar o que está a mudar, ou, sobretudo, o que pode mudar em termos de visão estratégica na diplomacia. Para esta pergunta aos inquiridos foram colocadas três respostas, fechadas, para optarem, nomeadamente: “Diplomacia Pública”; “Diplomacia Económica” e “Estabelecimento de relações pessoais fulcrais para as relações diplomáticas”</p>

4.3.2. Questões da Entrevista à representante da AICEP

PERGUNTA	OBJETIVOS
O facto de a AICEP ter passado a estar nas embaixadas portuguesas veio facilitar a interação e as relações económicas em outros países?	O objetivo desta pergunta é tentar perceber o papel das embaixadas e dos diplomatas na estratégia económica de Portugal no Mundo, bem como de que modo é que esta medida de colocar pessoal especializado nas relações económicas e comerciais e no investimento, seja no exterior, seja na sua captação para o país.
Há perspetiva de abertura de mais delegações em embaixadas portuguesas e quais?	Pretende-se com a resposta a esta pergunta, avaliar se a estratégia de colocar a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal em várias representações diplomáticas foi uma aposta ganha e se é para continuar a desenvolvê-la (um sinal de como é importante a diplomacia económica para Portugal).
A globalização e o crescimento de novos atores diplomáticos retira ou acrescenta importância, e em que medida, às instituições que representam os empresários e a economia?	A pergunta visa saber se a intervenção de novos atores diplomáticos, como políticos ou instituições, ou até mesmo a AICEP, têm um papel importante no desenvolvimento de sinergias que ajudem os empresários portugueses a conquistarem mercados no exterior ou se a intervenção desses atores não têm uma influência de relevo.
A internacionalização das empresas portuguesas ajuda a afirmar mais o país e contribui para a diplomacia? Em que medida?	Neste caso a ideia subjacente é a de verificar se a diplomacia não se faz apenas no sentido do apoio aos empresários, ao desenvolvimento económico nacional e à sua internacionalização, mas se a presença empresarial portuguesa em outros países também pode ser usada como fator que ajuda a diplomacia a conquistar outros objetivos, ou a valorizar outros interesses e a facilitar negociações.

<p>A NERSANT já recorreu, nos processos de internacionalização, exportações e/ou captação de parceiros e investidores, a diplomatas portugueses no estrangeiro</p>	<p>Ao recorrer a uma estrutura representativa dos empresários a nível regional, espera-se perceber se existe alguma mais-valia para as empresas mais pequenas, para as PME, com uma génese mais regional e/ou muitas vezes mais viradas para o mercado interno. Desta forma é também objetivo entender qual o papel das associações empresariais na diplomacia e se estas trabalham em consonância com as estratégias diplomáticas.</p>
<p>Que situações destaca de colaborações que tenham existido com diplomatas.</p>	<p>Pretende-se, desta forma, concretizar e avaliar casos concretos de possíveis colaborações entre o mundo do associativismo empresarial e o contacto com diplomatas, seja diretamente ou não, nomeadamente em missões empresariais a outros países ou participação em feiras, bem como se a intervenção diplomática abriu portas a algum ou alguns negócios.</p>
<p>Na sua perspetiva, qual é a importância da diplomacia portuguesa nos casos de sucesso de internacionalização e/ou exportações?</p>	<p>Através da visão e experiência de um líder de uma associação empresarial regional, pretende-se ter uma ideia de como a diplomacia pode ajudar empresas mais pequenas a conseguirem exportar os seus produtos e serviços.</p>
<p>As associações empresariais e instituições especializadas têm cada vez mais o papel que poderia estar ou esteve reservado a diplomatas?</p>	<p>Com o crescimento da importância da economia no mundo globalizado e da intervenção dos setores representativos dos empresários na internacionalização, deve-se perceber se a influência empresarial é suficiente, em algumas ou muitas situações, para se conquistar os objetivos em termos de investimentos. Pretende-se verificar se os diplomatas são ainda peças fundamentais no xadrez das relações económicas internacionais.</p>

4.4. Entrevistas a Embaixadores- resumo dos resultados das questões do guião

(As questões foram as utilizadas no guião, mas por inúmeras vezes outras questões foram surgindo no decorrer das respostas dadas anteriormente pelos entrevistados)

PERGUNTA	OBJETIVOS
Quando e onde iniciou a carreira diplomática?	Dois dos diplomatas entrevistados são dos mais antigos nas funções, tendo iniciado a atividade em finais dos anos 70. Os restantes começaram a carreira no Ministério dos Negócios Estrangeiros na década de 80, entre 1983 e 1987. Após a passagem pelo ministério, a que corresponde o período de formação e treino, os diplomatas começaram a executar as primeiras tarefas no estrangeiro no espaço de três ou quatro anos, exceto um que só começou como adido seis anos depois de ter ingressado no ministério. A entrada em funções no estrangeiro não se operou da mesma forma para todos. Um dos entrevistados começou como representante da delegação de Portugal na NATO. Além do que iniciou funções como adido há um outro que começou por iniciar a carreira no estrangeiro como secretário. Conclui-se portanto, em relação aos objetivos desta pergunta, que os diplomatas entrevistados têm já uma longa experiência.
Quais as funções que exerceu na carreira diplomática e em que embaixadas?	O que se pode concluir dos objetivos pretendidos com esta questão é que não há uma regra basilar na colocação dos embaixadores, tendo em conta a experiência, o que pressupõe que as colocações são feitas obedecendo às necessidades do país, tendo em conta os diplomatas disponíveis. Aliás, pela listagem do início de 2017 das representações diplomáticas portuguesas ³⁷ é possível verificar que há lugares em

³⁷ Listagem das Representações Diplomáticas disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/representacoes-diplomaticas-portuguesas/embaixadas-e-postos-consulares.aspx>

aberto em alguns postos diplomáticos. Na generalidade, os diplomatas entrevistados têm uma experiência diversificada em termos de funções, uns mais do que outros, que não passam unicamente pelo trabalho em embaixadas. Cerca de 90 por cento dos embaixadores contactados para este trabalho exerceram cargos em organizações internacionais, no estrangeiro, enquanto representantes do Estado Português. Destaque para funções de representação junto da NATO ou da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. Também os diplomatas são chamados a desempenharem funções de acompanhamento de determinadas situações, por exemplo, de conflito, como foi o caso da missão de monitores da União Europeia durante a guerra civil na ex-Jugoslávia. Mas também há quem tenha exercido funções em Portugal com uma escala internacional, como é o caso do embaixador Manuel Lobo Antunes, embaixador no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (à data da realização da entrevista), que ao contrário dos outros, exerceu cargos políticos, como secretário de Estado, conselheiro diplomático do Presidente da República e assessor diplomático do Primeiro-ministro.

Quais as principais tarefas que executava em cada função?

Esta pergunta permitiu concluir que as tarefas base dos embaixadores são em tudo idênticas, no entanto a importância que é dada a cada uma é diferente consoante o país onde se está representado. É possível também chegar à conclusão que a dedicação dada a uma função é determinada pelos acontecimentos do momento em determinado país e/ou região ou das determinações do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Das respostas verifica-se ainda que sobretudo em organizações

internacionais, com vários países representados, são criados grupos de trabalho, que há uma coordenação e interação permanente entre embaixadas e ministério e que se assiste, cada vez mais, a uma interação e participação entre os diplomatas mais experientes e os que mais recentemente chegaram à profissão. As tarefas dos diplomatas são diversificadas dependendo do posto em que estão e das atividades que lhes são exigidas. Por exemplo, em determinadas embaixadas é mais evidente a ação no plano político e geoestratégico, bem como no domínio da diplomacia económica, como destaca António Ricoca Freire, embaixador de Portugal na África do Sul (à data da realização da entrevista), relativamente às funções que exerceu em Pretória. Um posto importante para a política externa portuguesa no continente africano. As tarefas inerentes a qualquer diplomata passam pelo acompanhamento de questões políticas e institucionais. A área militar também exige de alguns diplomatas alguma atenção, nomeadamente quando se exerce funções de representação junto da NATO/OTAN. Neste caso, recorrendo à carreira do embaixador Henrique da Silveira Borges, embaixador de Portugal na Argentina (à data da realização da entrevista), refira-se que de entre as suas tarefas na delegação portuguesa na NATO estavam a de coordenação de assuntos de defesa tratados por conselheiros militares e por alguns diplomatas.

Considera que essas funções continuam a ser as mesmas hoje em dia ou já houve alterações significativas?

As funções mantêm-se as mesmas na sua essência, conforme asseguram os embaixadores entrevistados. O que mudou foi a forma de executar essas funções e o peso que estas têm em cada posto no estrangeiro, bem como a atenção a determinadas áreas que são, em cada momento, consideradas prioritárias para os interesses de

Portugal. E essas áreas são determinadas também pelas características de cada país e estratégia e/ou política que Portugal pretende desenvolver nessas regiões. É notório que os modos, procedimentos, passaram a estar influenciados pelo mundo cada vez mais globalizado e pela evolução tecnológica. Em termos de áreas a que os diplomatas passaram a dar atenção temos as da economia, o terrorismo, as alterações climáticas e a evolução tecnológica. Mas a agenda diplomática estará muito virada para as questões europeias na opinião de dois dos embaixadores entrevistados. Henrique da Silveira Borges, embaixador de Portugal na Argentina (à data da realização da entrevista) realça, a este respeito, as especificidades da União Europeia, que “envolve um conjunto de práticas negociais e de processos de decisão e de tecnicidade que a afastam do exercício da diplomacia tradicional”. As mutações sociais, políticas e económicas do mundo globalizado levam a que os diplomatas se tenham de adaptar a novas formas de exercer as funções, que se vão recriando “em razão de novos temas, das novas oportunidades, dos novos desafios que o mundo enfrenta”, conforme constata António Ricoca Freire, embaixador de Portugal na África do Sul (à data da realização da entrevista).

Em que medida essas mudanças podem ter afetado a função diplomática e o seu respetivo exercício?

As mudanças no modo de executar as funções, influenciadas pela globalização, pelo mediatismo e imediatismo, operaram-se sobretudo, segundo três dos entrevistados, na questão da diplomacia pública, ou seja, da informação e comunicação com o público. Atualmente os diplomatas têm de encontrar respostas mais rapidamente e exige-se que saibam informar o público, o que nem sempre é fácil porque os diplomatas, em algumas circunstâncias, precisam de tempo de

	<p>reflexão. A globalização, as alterações tecnológicas e a facilidade de comunicação exigem uma adaptação constante, segundo refere Bernardo Futscher Pereira, embaixador de Portugal na Irlanda (à data desta entrevista).</p>
<p>O incremento das novas tecnologias veio facilitar ou não a função diplomática? E em que medida?</p>	<p>As tecnologias vieram permitir uma capacidade de comunicação mais rápida, mais global, logo para mais destinatários, ao mesmo tempo ou não, situação que é reconhecida pelos entrevistados. Esta situação permite uma maior e mais fácil ligação com Lisboa e com outras embaixadas e instituições. Além da comunicação, a evolução tecnológica também veio possibilitar uma mais fácil e rápida recolha de informação útil para o trabalho diplomático, nomeadamente o de informar o país de situações que podem ser importantes em termos estratégicos. O acesso facilitado ao que se passa no mundo é importante para o exercício das funções diplomáticas. Conclui-se, portanto, que as novas tecnologias de informação, comunicação e formação, são mais-valias para as funções diplomáticas e vieram exigir uma adaptação dos diplomatas, que têm de acompanhar a velocidade com que circula a informação.</p>
<p>A Internet/redes sociais representam uma ferramenta, um perigo ou um desafio? Porquê?</p>	<p>Esta questão vem concluir que todos os embaixadores, uns mais que outros, recorrem às redes sociais e valorizam-nas como meios de recolha de informação e também, mas menos e com mais cautelas, de comunicação aos cidadãos. É de notar que todos os entrevistados realçam a importância da internet e das redes sociais no exercício das funções diplomáticas mas também todos concordam que a sua utilização deve ser feita com alguns cuidados. As redes sociais e/ou a internet são consideradas por todos</p>

ferramentas, desafios mas também plataformas que têm alguns perigos. Alguns observam-nas como “faca de dois gumes” que devem ser utilizadas de forma racional e equilibrada, reconhecendo-se que são meios a partir dos quais existe facilidade em comunicar, em informar. Como refere Manuel Lobo Antunes, embaixador no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, as redes sociais devem ser encaradas como ferramentas de trabalho que facilitam algumas situações mas também exigem muita atenção e sobretudo cuidados para se evitar o perigo de desinformação, pelo que o diplomata deve estudar, interpretar e analisar a informação das redes sociais. Observados os cuidados mínimos, Luís Faro Ramos, embaixador de Portugal em Havana (à data da entrevista), considera a internet muito útil e essencial para o trabalho de uma embaixada.

O escrutínio do público (que aumentou devido à facilidade de acesso à informação), condiciona de alguma forma as decisões e negociações diplomáticas?

As opiniões nesta matéria dividem-se, com metade a defender que o escrutínio do público não afeta as negociações diplomáticas, na medida em que nem tudo, sobretudo as questões mais sensíveis, passa para a opinião pública. De entre estes há mesmo dois que entendem que já não há o secretismo na negociação diplomática que era a imagem de há uns anos. António de Almeida Ribeiro, embaixador de Portugal junto da Santa Sé (à data da entrevista), considera que, excluindo algumas situações que carecem de reserva, há vantagens numa diplomacia pública que possa ser escrutinada pelo público, até porque este desconhece a atuação dos diplomatas. António Leão Rocha, embaixador de Portugal na Guiné-Bissau (à data de entrevista), refere mesmo que hoje em dia as negociações já não decorrem em ambientes de total secretismo. Os restantes embaixadores entrevistados consideram que o

	<p>escrutínio público afeta as negociações diplomáticas, com António Ricoca Freire, embaixador de Portugal na África do Sul, a considerar que nesta matéria deve-se continuar a ter em conta o velho ditado português de que “o segredo é a alma do negócio”. É de concluir que os diplomatas valorizam e preocupam-se com a opinião que os cidadãos têm do seu trabalho mas são poucos os que consideram que a informação ao público deve ser aberta, com poucas restrições.</p>
<p>Considera que o acesso à carreira diplomática está hoje em dia mais facilitado ou dificultado? (Grau de dificuldade das provas de acesso; requisitos; competências básicas) porquê?</p>	<p>Os entrevistados são unânimes em considerar que atualmente há um número mais elevado de candidatos aos concursos para a carreira diplomática, sendo que para um dos embaixadores em funções, no caso António Leão Rocha, embaixador de Portugal na Guiné-Bissau (à data de entrevista), o acesso está mais facilitado pelo facto de abrirem concursos de ingresso mais regulares. No entanto os embaixadores que contribuíram para esta investigação consideram que as exigências de acesso são as mesmas, mas a entrada pode ser dificultada atendendo ao crescente número de candidatos. Na generalidade os embaixadores entrevistados consideram que a seleção é, e deve ser exigente. O embaixador Rui Manupella Tereno, embaixador de Portugal na Grécia (à data da entrevista) considera que os processos de seleção e formação devem ser constantemente aperfeiçoados e atualizados e que têm produzido sucessivas gerações de diplomatas portugueses altamente qualificados. O mesmo embaixador, com 33 anos de carreira, refere ainda que antes do 25 de Abril de 1974 existiam constrangimentos que hoje já não decorrem, não pela exigência das qualificações em si, mas sobretudo pelo facto de não permitir o acesso de mulheres. Esta terá sido outra das grandes mudanças</p>

	recorrentes, senão da globalização, pelo menos, da generalização da ideia da igualdade de género.
Quais as principais diferenças que apontaria (em termos de funções) entre um adido de embaixada atual e as funções que exerceu como adido no início da sua carreira?	As opiniões dividem-se relativamente a esta questão, com alguns embaixadores a considerarem que as funções básicas são na generalidade as mesmas. Mas há quem aponte, como alteração, o facto de hoje em dia haver um trabalho mais dinâmico e de interação entre os mais novos e os mais antigos na carreira. Rui Manupella Tereno, embaixador de Portugal na Grécia (à data da entrevista), sublinha a forma como os funcionários se relacionam, realçando que existe agora um trabalho de equipa mais transversal. Há um trabalho mais participativo, o que permite aos mais novos terem um amadurecimento profissional mais acelerado, bem como contribui para que os mais velhos possam também aprender algo com os que estão há menos tempo na carreira, sobretudo em áreas de formação que anteriormente não teriam grande relevância, como as tecnologias da informação e comunicação.
A que é que um diplomata hoje tem de dar mais atenção? À informação, negociação, representação de nacionais? E porquê?	Todos os embaixadores que contribuíram para esta investigação consideram que todas as funções são importantes, variando apenas a prioridade de atenção consoante o momento e o que se tem em mãos para resolver. Todos referem que existe uma atenção simultânea e interligada de todas as áreas diplomáticas, embora pelo menos um embaixador, Manuel Lobo Antunes, embaixador no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (à data da entrevista), refira que talvez hoje se dê menos ênfase à representação no seu conceito mais tradicional. Conclui-se que não há alterações significativas quanto ao que é exigido aos embaixadores na atenção que têm de dar às várias áreas inerentes às suas funções.

Considera que o aumento da intervenção dos políticos no campo diplomático retira importância ao papel do diplomata ou apenas o complementa?

Cerca de 90 por cento dos diplomatas entrevistados para esta investigação entende que não há um retirar de importância ao papel dos diplomatas pela intervenção política em negociações internacionais, por exemplo. Esta grande maioria considera que há dois campos distintos, que se interligam e complementam, uma vez que aos diplomatas cabe a tarefa de executar a política externa do país, como funcionários, e ao poder político cabe a decisão e a definição de políticas. Um dos entrevistados entende mesmo que a intervenção de um agente político em determinada situação, negociação, pode traduzir-se em maior rapidez para alcançar os objetivos e até mais autoridade. Manuel Lobo Antunes, embaixador no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (à data da entrevista) refere que não existe uma maior intervenção dos políticos no campo diplomático e sublinha mesmo que os diplomatas até têm cada vez mais intervenção política. Também há quem considere que a intervenção de políticos para desbloquear determinadas situações ou negociações internacionais são um desafio para o próprio diplomata. **É possível concluir que o papel do diplomata continua a ser fundamental mas já divide atenções com políticos, o que se traduz, em determinadas situações, em ganhos de tempo e de influência, na resolução ou negociação de determinadas situações. Esta dualidade e inter-relação está pacificamente aceite pelas partes, que acabam por não deixar de dependerem uma da outra.**

4.5. Análise das respostas ao inquérito fechado dirigido aos restantes diplomatas³⁸

PERGUNTA	OBJETIVOS
Qual a Categoria que exerce neste momento?	40% dos inquiridos estão em início de carreira, exercendo a função de adido. Cerca de 12% são 3ºsecretários, 17% são 2ºsecretários e 31% são 1º secretários. Infelizmente, não se conseguiu obter respostas de Conselheiros.
No seu entender, o que mudou de forma mais significativa nos últimos 20 anos, no que concerne à atividade diplomática?	A maior mudança apontada pelos inquiridos foi o acesso à carreira diplomática, seguido da entrada de mulheres na carreira. Quase em paralelo, apontaram ainda a necessidade de promoção de Portugal para a captação de investimento e de exportação e a intervenção de chefes de Estado em questões que, anteriormente, eram exclusivas a diplomatas.
No decorrer da categoria que atualmente exerce, como caracteriza a sua interação com o topo da hierarquia (Ministros plenipotenciários e Embaixadores)	34, 29% dos inquiridos escolheu a resposta “média”, seguindo-se a resposta “Elevada” com 28,57%. A resposta “Muito elevada” ficou-se pelos 20% e a resposta “Fraca” foi dada apenas por 17,14% dos inquiridos.
Considera que as provas de acesso à carreira são:	A grande maioria (85,71%) dos inquiridos considera as provas de acesso “Muito exigentes” contra apenas 14,29% que entendem não ter grandes exigências. ³⁹
Na sua opinião quais as matérias mais importantes para o exercício da atividade diplomática?	80% dos inquiridos respondeu “Conhecimentos Gerais”, contra apenas 20% que responderam “Inglês”. Destaque para a opção de resposta “Francês” que não obteve qualquer percentagem.

³⁸ Ver anexo I (Gráficos do Survey Monkey com a análise estatística dos resultados)

³⁹ Ver anexos V (Provas de acesso à carreira diplomática de 1997 e 2017)

Na sua opinião essa interação e aprendizagem com os mais experientes é necessária?	A quase totalidade dos inquiridos (97,14%) responderam afirmativamente.
Se respondeu Sim, em que circunstâncias? (Escolher apenas a mais importante)	37,14% responderam “ Para obter soluções baseadas em equipa”, seguindo-se a resposta “ preparação de funções futuras”
Quando precisa de comunicar com outros diplomatas qual o meio de comunicação que privilegia?	74,29% dos inquiridos apontaram o correio eletrónico como o meio privilegiado de comunicação entre diplomatas, seguindo-se o telefone com uma grande percentagem de diferença (17,14%). De realçar que as redes sociais foram apenas apontadas por uma minoria de menos de 3%.
Considera que a utilização de correio eletrónico e das redes sociais pode gerar perigos até aqui acautelados pelos meios de comunicação anteriormente usados?	68,57% dos inquiridos admitiu que a utilização de correio eletrónico e redes sociais podem gerar perigos, contra 31,43% que não vê mais perigo na utilização destes meios.
Em que aspetos considera que a Diplomacia Portuguesa deve trabalhar mais no sentido de melhorar o seu desempenho?	A opção com maior número de respostas foi “Diplomacia pública” (54,29%), seguindo a “Diplomacia Económica”(28,27%).

4.6. Análise das respostas às entrevistas à AICEP e NERSANT

A integração de delegações da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), preconizada pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, no âmbito do Orçamento de Estado de 2012, é uma aposta ganha na área da diplomacia económica, a avaliar pela constatação que faz a própria AICEP, contactada para esta investigação. A presença de especialistas da agência no mercado externo, em articulação com os diplomatas, também tem constituído uma vantagem para organizações empresariais, mesmo aquelas que têm uma ação territorial de âmbito mais regional, nomeadamente a Associação Empresarial da Região de Santarém.

A presença da agência nas embaixadas veio, de forma clara e decisiva, contribuir para um reforço não só da diplomacia económica portuguesa, como também contribuir para imagem e reforço de Portugal a nível internacional. A este propósito, a Direção da Rede Externa e Institucionais da AICEP, através de Anabela Raposo, considera para efeitos desta investigação, que a estratégia em causa “veio sem dúvida resultar numa maior proximidade que é sempre salutar, na realização de projetos/ações de promoção da imagem de Portugal, da economia portuguesa, dos produtos e empresas nacionais e também na captação do investimento estrangeiro”.

Por parte dos beneficiários, investidores portugueses dos mais variados setores de atividade, a presença dos agentes nas embaixadas também é entendida como uma mais-valia para projetos de internacionalização, nomeadamente para associados da NERSANT, (que tem tido um papel bastante ativo na implantação de empresas portuguesas no estrangeiro e na abertura de mercados para exportação). António Campos, presidente da Comissão Executiva da NERSANT refere uma vantagem clara para as empresas, sendo que muitas das associadas da NERSANT são Pequenas e Médias Empresas.

As delegações da AICEP são bastante úteis como “guias” dos empresários portugueses nos vários países onde está representada, nomeadamente em embaixadas. Mas também os consulados têm ajudado ao desenvolvimento da economia nacional no exterior. Exemplo disso é o facto de a NERSANT recorrer às delegações da AICEP, reconhecendo a associação que também tem contado com o apoio dos consulados. Esta proximidade da AICEP das embaixadas e por sua vez dos países onde estão representados

“é fundamental para haver uma maior interação com as entidades locais”, conforme refere António Campos em resposta à entrevista para esta dissertação.

O resultado do trabalho que tem sido feito nos últimos anos no reforço da diplomacia económica, no seu desenvolvimento e na aposta da colocação de especialistas da AICEP nas embaixadas, é visto como positivo, atendendo a que as delegações da agência têm vindo a crescer e a acompanhar também o desenvolvimento dos interesses estratégico-diplomáticos de Portugal.

Portugal e a sua aposta na promoção e projeção das empresas portuguesas no exterior ajudou a criar uma marca identificativa do país, que tem contribuído para a notoriedade de Portugal no mundo. Mas esta marca, esta estratégia, tem dois sentidos. Se por um lado importância económica nacional ajuda a posicionar o país e a que este seja reconhecido internacionalmente, por outro lado a diplomacia tem ajudado a economia e nesta parceria todos ficam a ganhar, com a diplomacia económica portuguesa a impor-se em termos de política externa. A internacionalização das empresas portuguesas, como refere Anabela Raposo, “tem feito com que os produtos portugueses sejam cada vez mais reconhecidos internacionalmente”.

A integração da AICEP nas representações diplomáticas portuguesas no mundo veio também trazer uma nova dinâmica à diplomacia e uma maior interação e intervenção dos diplomatas. António Campos refere, como exemplo, o caso do cônsul geral da Beira, Moçambique, como “uma pessoa que estava claramente empenhada na ligação aos empresários e organismos da província”, salientando que este era um “facilitador”. Para o responsável da NERSANT este diplomata “era um exemplo do que os nossos empresários precisam de ter, que minimiza o esforço de conhecimento dos mercados externos”.

O surgimento e projeção de novos atores da diplomacia é visto pelas estruturas representativas dos empresários como mais um fator que contribui para a expansão da dinâmica económica nacional. Para António Campos todos os que ajudam a reforçar e fomentar a diplomacia com objetivos de promoção económica são bem-vindos, mas alerta para o facto de, por vezes, haver entidades que tentam substituir-se a outras, mesmo que não seja esse o seu papel. Nestes casos, em que em vez de trabalharem em conjunto cada um trabalha por si, “todos perdem e, em última instância, perde o país”. As sinergias nesta

área são fundamentais para que exista uma estratégia concertada no sentido de promover as exportações.

As associações empresariais, como a NERSANT, muitas vezes têm de fazer uma espécie de papel de diplomatas, como facilitadores de negócios e de mercados. Para António Campos “não há cultura diplomática para intervir em processos empresariais”, porque os diplomatas “não estão formatados para estas alterações que a globalização forçou a acontecer”. No entanto não há dúvida que o paradigma, potenciado pela globalização, está a mudar o conceito da diplomacia e a atribuir-lhe responsabilidades na necessidade de promover e afirmar Portugal e a economia portuguesa. Nesse sentido, conforme sublinha a AICEP; a internacionalização das empresas nacionais “é um fator determinante para o crescimento da economia nacional”.

“Considero próprio investigar a razão de ser de todas as coisas - como são - e rejeitar todas as opiniões sem explicação.”

Sócrates

Conclusões

As sociedades atuais vivem num contexto marcado pela mudança constante, em parte devido ao exponencial desenvolvimento das tecnologias e dos meios de comunicação, que têm contribuído para que o mundo se torne mais próximo e global.

Esta realidade tem vindo a afetar a forma como as organizações desenvolvem as suas atividades uma vez que, a nível do setor empresarial, os mercados tornaram-se muito mais competitivos, exigindo das empresas uma nova postura. Também outras atividades podem ter sido afetadas por este novo contexto.

O escopo desta dissertação foi essencialmente apontar as mudanças e as continuidades, no que à diplomacia portuguesa diz respeito, tendo em conta a aldeia global em que vivemos.

Com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), as mudanças têm-se verificado sobretudo ao nível do reforço da influência portuguesa, essencialmente ao nível da afirmação da língua e do investimento na melhoria das condições sociais, como forma de ganhar influência nestes países de África e conseqüentemente ter mais poder diplomático e visibilidade no contexto europeu. O reforço da língua portuguesa, como aconteceu com a independência de Timor Leste, na qual Portugal teve um papel determinante, foi uma estratégia para a afirmação do país em termos diplomáticos. Uma das alterações na diplomacia portuguesa acontece logo no acesso à carreira. A dificuldade para se entrar na carreira era atribuída à exigência das provas de ingresso, mas também às áreas da licenciatura permitidas. Na opinião dos diplomatas ouvidos o facto de, hoje em dia, se aceitar qualquer licenciatura torna mais fácil o acesso aos concursos. Ainda assim, os adidos e secretários inquiridos para este estudo continuam a entender o acesso à carreira difícil, considerando as provas de elevado grau de dificuldade. Apontam os “Conhecimentos Gerais” como a área mais relevante para o exercício da atividade diplomática.

Concluiu-se também com este estudo que as funções diplomáticas continuam a ser as mesmas, sendo que as mudanças evidenciadas são mais ao nível da forma de execução. As principais mudanças ocorreram na informação, atendendo a que, com a globalização, o acesso à informação se tornou mais fácil, tal como a facilidade de transmissão. Apesar de continuar a ser uma função de extrema importância, a forma de obter dados está facilitada pela internet, pelas redes sociais, pelos meios de comunicação, como o correio eletrónico, que também veio facilitar a transmissão de informações. A outro nível, o advento das tecnologias da informação e as plataformas online vieram permitir uma maior comunicação entre as embaixadas e os cidadãos, seja a nível de transmissão de comunicados, de disponibilização de procedimentos para determinadas situações, seja a nível de imagem para o exterior. No entanto, as tecnologias da informação também vieram criar riscos para as embaixadas no que concerne à manipulação e desinformação.

Este avanço na tecnologia não veio apenas criar facilidades na atividade dos diplomatas, também implicou outra mudança: a de incutir uma maior responsabilidade e exigir mais sentido crítico e uma necessidade de maior rapidez na ação e transmissão de informação por parte dos diplomatas, mantendo o rigor a que a atividade diplomática deve estar sempre sujeita.

Outra função na qual se registou mudanças foi na da Extensão Externa do Serviço Público, aqui também devido à evolução tecnológica. Uma parte dos assuntos que antes implicavam deslocações a uma embaixada podem hoje ser tratados via internet.

A função de representação mantém-se praticamente inalterável, segundo os entrevistados, pelo que incorpora em si a razão da própria atividade diplomática mas diminuiu o seu peso de importância em relação a outras, do ponto de vista em que há outras funções que exigem mais trabalho por parte de todos os funcionários diplomáticos.

Já no que concerne à negociação, o surgimento de outros atores (não diplomatas) é mais uma das mudanças sentidas na diplomacia. Contudo, os embaixadores entrevistados realçam o facto de, até determinado ponto, existirem negociações “públicas” ou “sob escrutínio público”, mas deixam de o ser noutros momentos fulcrais para o êxito das mesmas. “Como, por sua vez, a informação também é tendencialmente pública, os cidadãos, a imprensa e os Parlamentos conhecem-na e reagem perante ela, levando a que exista um escrutínio muito maior da atividade externa do Estado e dos seus

agentes; a prestação pública de contas dessa atividade é uma das marcas dos regimes democráticos, sem prejuízo da reserva que deve rodear os contatos diplomáticos concretos, para preservar a confiança e as relações de trabalho entre as partes”, referiu um dos diplomatas entrevistado.

Já no caso da Promoção, a conclusão a que se chegou (quer pela literatura consultada quer pelo que se ouviu dos entrevistados), é que se trata de uma função que se mistura com todas as outras, pois qualquer ato diplomático pode servir de promoção. É este “sentido muito amplo” referido por Calvet de Magalhães, que os diplomatas ouvidos para este estudo também reiteraram.

A proteção dos cidadãos nacionais é uma das funções que na sua essência não tem sofrido alterações, embora as exigências e contingências desta área possam ser diferentes das anteriores. Quando há crises ou catástrofes, continuam a ser os embaixadores (ou outros diplomatas em determinadas situações) os que estão na linha da frente, independentemente de figuras políticas darem o seu parecer e fazerem as devidas comunicações públicas. Em primeira instância, são os diplomatas que, no local, se fazem presentes e iniciam o processo com vista à proteção dos seus nacionais.

A entrada de mais mulheres no corpo diplomático português foi outra mudança que os diplomatas (embaixadores, secretários e adidos) apontaram, mas não se pode afirmar que haja uma relação direta com o processo da globalização. Foi antes fruto da mudança da legislação que permitiu o acesso a todos em igualdade de circunstâncias e atualmente, o facto de mais mulheres terminarem o ensino superior consubstancia o número crescente de mulheres a concurso para adidos. É no entanto de realçar que aquelas aceites pelo MNE para integrarem a carreira diplomática continuam a ser em número muito baixo se comparado com o número de candidatos do sexo masculino. Tal facto merecia um estudo mais aprofundado, específico nesta matéria, averiguando as razões para estes resultados.

Outra mudança referida diversas vezes prende-se com a interação dos novos diplomatas (adidos e secretários) com diplomatas de topo de carreira. Os embaixadores ouvidos são, quase todos, da opinião que este tipo de interação é benéfico para ambos os lados e em última instância para o país. Os adidos que responderam ao inquérito para esta investigação apontam também esse trabalho conjunto como muito importante, apesar de não ser ainda na proporção que desejariam.

Também a relação entre economia e diplomacia veio a sofrer alterações com a globalização. Se antes a economia estava intimamente interligada com a política e se o papel dos diplomatas era na proteção das relações comerciais, atualmente a diplomacia económica assume um papel de afirmação dos estados. Nesse sentido, assistiu-se a uma aposta de Portugal na estratégia de aumentar as exportações e a influência das empresas nacionais no exterior, bem como de setores fundamentais para a economia portuguesa, como o turismo, pelo que foi incrementada uma rede de promoção do país nas embaixadas portuguesas. Tendo as embaixadas sido também estruturadas para acolherem especialistas no fomento empresarial, criando uma espécie de centros de negócios. Este incremento da diplomacia económica nas relações externas de Portugal tem sido visto como de primordial importância para o prestígio do país. A este nível, Portugal tem-se aproximado de outros mercados fora da União Europeia, como é o caso da China, que tem feito um forte investimento empresarial no nosso país e também tem sido um mercado para a internacionalização das empresas portuguesas. O mesmo acontece com outros países com os quais Portugal tem uma boa relação histórica, como é o caso de alguns países dos PALOP's. Os empresários portugueses representados pela associação empresarial ouvida para esta dissertação, a NERSANT, agradecem esta ajuda da diplomacia e entendem que é fulcral para se chegar a bom porto em muitas negociações. Este trabalho da diplomacia portuguesa, no entender de Campos, minimiza as dificuldades que os empresários tinham em deter um conhecimento profundo do mercado onde tentavam entrar. Os diplomatas são vistos pelos empresários portugueses como “facilitadores”, aproximando as partes e ajudando a uma condução das negociações. As delegações da AICEP nas embaixadas e consulados portugueses são a prova desse “investimento” na diplomacia económica.

Na União Europeia as principais mudanças na política diplomática começaram a operar-se em 2009, com o tratado de Lisboa, em que as várias vozes foram quase como que unificadas numa estratégia comum materializada no Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança. Tal facto, não deixa de produzir mudanças na diplomacia portuguesa, pois é uma entidade com quem têm de se relacionar e cujas decisões e diretrizes terão que seguir em algumas matérias.

Outra mudança, da qual ainda não se percebe as consequências, advém da saída do Reino Unido do seio da União Europeia, o que trará, além de desafios a nível social e económico, uma incerteza quanto à forma como este país se relacionará nos próximos anos, não só com a União Europeia, como com outras organizações como a ONU.

A chamada diplomacia pública também sofreu alterações, ou melhor, tem vindo a ter cada vez mais peso. Os diplomatas têm hoje que agir mais rápido, obrigando-os a ter cuidados redobrados com a informação que divulgam, pois o tempo de reflexão que algumas matérias exigem não se coadunam com a rapidez que se exige hoje da sua atuação para que determinadas matérias sejam públicas por via das linhas diplomáticas em primeira mão.

Pode dizer-se assim que a grande mudança na diplomacia portuguesa é acompanhar a mudança do mundo e dos seus desígnios, que se opera a uma velocidade cada vez maior, como acontecerá com as diplomacias de outros países. Tal tem exigido uma adaptação constante dos diplomatas portugueses para acompanhar o ritmo da globalização. “Temos que nos adaptar todos os dias, pelo menos os mais antigos, já que quando iniciamos esta carreira, os meios eram outros, nem sempre menos eficazes, mas seguramente menos rápidos. A carreira exige de nós, agora, essa rapidez e há que estar à altura. Penso que eu e os meus colegas nos superamos todos os dias para acompanhar o ritmo da sociedade e fazemo-lo com a consciência de que, apesar da rapidez, o rigor e a segurança têm de ser prioritários!”, referiu um dos entrevistados. E derivado das mudanças operadas pela globalização, também se tem assistido a um crescente aparecimento de novos atores de diplomacia, como artistas, agentes culturais, desportistas, que têm contribuído para o reforço da imagem de Portugal, sem que a maioria dos embaixadores e outros diplomatas ouvidos para este estudo, sintam a sua atividade menos importante ou com menos peso por conta disso.

A diplomacia portuguesa, pelo que se verificou neste trabalho, tem feito esse mesmo esforço de adaptação, paralelamente a outros Estados, com vista à afirmação de Portugal no mundo, mais especificamente, no campo da diplomacia económica e da diplomacia pública. Tanto os decisores políticos como os ministérios e respetivos diplomatas têm de agir num ambiente que está totalmente globalizado e em que se regista a interação de um maior número de fatores e protagonistas a um ritmo cada vez mais acelerado e em constante mudança.

Bibliografia

- AICEP-anx007.pdf*. (9 de Novembro de 2006). Obtido de www.iict.pt:
<http://www.iict.pt/GTIED/arquivo/AICEP/AICEP-anx007.pdf>
- Adler-Nissen, R., Galpin, C., & Rosamond, B. (2017). Performing Brexit: How a post-Brexit world is imagined outside the United Kingdom. *The British Journal of Politics and International Relations*, 19(3), 573–591.
<https://doi.org/10.1177/1369148117711092>
- Aprigio, A. (s.d.). Paradiplomacia e interdependência: As cidades como actores internacionais.
- Bolle, M. D. (29 de 06 de 2016). *Paradoxos da Globalização*. Obtido de Portal Estadão:
<http://iepecdg.com.br/artigos/paradoxos-da-globalizacao/>
- Campbell, F. (20 de Fevereiro de 2015). *Has Globalization changed the Nature of Diplomacy?* Cambridge, United kingdom.
- Campos, A. (2017). (DulceMota, Entrevistador)
- Cardim, P. (s.d.). *Open Edition*. Obtido de Cardim, Pedro. A prática diplomática na Europa do Antigo Regime In : História e Relações Internacionais : Temas e Debates [en ligne]. Év<<http://books.openedition.org>
- Cardoso, F. H. (s.d.). Do pensamento à Praxis. *Revista de Estudos Políticos vol 6 nr 2*.
- Carriere, G. C. (1998). *La diplomatie économique*. Paris: Económica. cit por Fernandes, J. P. (2013). A diplomacia económica num mundo multicêntrico. *Revista Científica do ISCET - Percursos & Ideias nº 5 - 2ª Série*, p. 16.
- Castro, T. (2012). Teoria das relações internacionais. Fundação Alexandre de Gusmão (Vol. 117). <https://doi.org/10.1103/PhysRevD.76.084012>
- Costa, C. G. (2014). Economia Política Internacional. Em *Enciclopédia das Relações Internacionais* (p. 176). Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Curto, D. R. (2016). *Estudos sobre a Globalização*. Lisboa: Edições 70.

- Dee, M., & Smith, K. E. (2017). UK diplomacy at the UN after Brexit: Challenges and Opportunities. *British Journal of Politics and International Relations*, 19(3), 527–542. <https://doi.org/10.1177/1369148117710208>
- Diário da República Eletrónico*. (07 de 03 de 2014). Obtido de Resolução de Conselho de Ministros: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/572415/details/maximized>
- Disney, A. R. (2009). *A History of Portugal and the Portuguese Empire. From Beginnings to 1807 Volume 1: Portugal*. New York: Cambridge University Press.
- Falk, R. (2002). Revisiting westphalia, discovering post-westphalia. *Journal of Ethics*, 6(4), 311–352. <https://doi.org/10.1023/A:1021222318112>
- Furtado, J. F. (2011). *Guerra, diplomacia e mapas: A Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville*. Rio de Janeiro: Topoi.
- Gilboa, E. (2007). Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects. *Diplomacy & Statecraft*, 12(2), 1–28. <https://doi.org/10.1080/09592290108406201>
- Gilboa, E. (2008). Searching for a theory of public diplomacy. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 55–77. <https://doi.org/10.1177/0002716207312142>
- Gillingham, J. (2015). European Integration 1950-2003 Superstate or new market economy? In Intergovernmental Panel on Climate Change (Ed.), *Climate Change 2013 - The Physical Science Basis (Vol. 1, pp. 1–30)*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Gilpin, R. (2001). *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order*. New Jersey: Princeton University Press.
- Gomes, D. S. (2 de Junho de 2008). <http://database.jornaldefesa.pt>. Obtido de *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*: http://database.jornaldefesa.pt/assuntos_diversos_relacoes_internacionais/Diplomacia%20Econ%C3%B3mica%20O%20que%20%C3%A9.pdf
- Gomes, M. H. (s.d.). Obtido de <https://books.google.pt/books?id.iict>. (s.d.). Obtido de www.iict.pt.

- Goodwin, M. J., & Heath, O. (2016). The 2016 Referendum, Brexit and the Left Behind: An Aggregate-level Analysis of the Result. *The Political Quarterly*, 87(3), 45–55. <https://doi.org/10.1017/9781108233385.005>
- G. R. Berridge. (2010). *Diplomacy Theory and Practice*. PALGRAVE MACMILLAN.
- Instituto Camões. (2019). Leitorados / Protocolos de cooperação (por país). Retrieved April 3, 2019, from <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/ensinar-portugues/leitorados>
- Instituto Diplomático*. (Janeiro de 2013). Obtido de <http://negociosestrangeiros.idiplomatico.pt/revistas/NegEstranJan2013.pdf>.
- Iwilade, A. (2010). The Impact of Globalization on Diplomacy.
- Jesus, J. D. (2014). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Leya.
- Joaquim, M. (2017). A Diplomacia Angolana e o seu Impacto na Vida do Cidadão - de 1975 à Actualidade. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade.
- Justino, D. (2016). Globalização, uma perspectiva sociológica. Em D. R. Curto, *Estudos sobre a globalização* (p. 90). Lisboa: Edições 70.
- Khanna, P. (2012). *Como governar o mundo- Uma diplomacia em tempos de incerteza*. Lisboa: Editorial Presença.
- Langhorne cit.por Klavins, D. (2012). *The transformation of Diplomacy*. University of Latvia, Riga. Obtido de <https://www.sylff.org/wp-content/uploads/2013/03/df167deba2dda4fb19d23be1c62e2400.pdf>
- Leal, A. (s.d.). *Info Europa*. Obtido de <https://infoeuropa.eurocid.pt/files/database/000039001-000040000/000039786.pdf> .
- LUSA. (2016). Reforço da diplomacia económica veio para ficar. *Notícias ao MInuto*.
- Magalhães, J. C. (2005). *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Bizâncio.
- Magalhães, J. C. (2005). *Manual Diplomático*. Lisboa: Bizâncio.
- Magalhães, J. C. (1997). *Manual Diplomático: Direito diplomático, Prática diplomática*.
- Magalhães, J. C. (2013). *Manual Diplomático Direito diplomático - prática diplomática*.

- Martins, F. (Setembro de 2015). «A crise da paz» – Portugal e a Organização das Nações Unidas. Obtido de http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri47/n47a03.pdf
- Moita, L. (2006). *Janusonline*. Obtido de https://www.janusonline.pt/arquivo/2006/2006_3_a.html
- Moita, L. (2006). *Nova diplomacia: paradigma, actores, espaços*. Janus.
- Mongiardim, M. R. (2007): *Diplomacia*. Coimbra: Almedina.
- Natalino, H. C. (s.d.). Do pensamento à Praxis. *Revista de Estudos Políticos vol 6 nº2*.
- Neto, P. (s.d.). Obtido de www.publico.pt/opiniao/jornal/diplomacia-economica-de-base-territorial-26597220~
- Nye, J. S. (2008). Public diplomacy and soft power. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 94–109.
<https://doi.org/10.1177/0002716207311699>
- Nobre, G. (janeiro de 2015). A democratização da diplomacia: novos atores na oferta e demanda por serviços diplomáticos. *Revista Orbis Latina*.
- Ögütçü, M., & Saner, R. (2008). Fine-tuning Turkey's Economic Diplomacy. *Eurasia Critic Magazine*, 3.
- Palmeiro, A. (2018). Empresas que participam no Nersant Business aumentam significativamente as exportações. *O Mirante*, 1.
- Pereira, O. (s.d.). Obtido de periodicos.pucminas.br:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/viewFile/5029/5122>
- Philpott, D. (2001). *Princeton University Press*. Obtido de <http://doi.org/10.1515/9781400824236>
- Portal Diplomático. (2020). Obtido de <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/brexit>
- Portal Diplomático. (2019). Relações bilaterais de Portugal com outros Estados. Retrieved April 3, 2019, from <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises>
- Portas, P. (janeiro de 2013). Seminário Diplomático. *Revista do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, p.
<http://negociosestrangeiros.idiplomatico.pt/revistas/NegEstranJan2013.pdf>.

- Ramos, R., Sousa, B., & Monteiro, N. (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Raposo, A. (2017). (D. Mota, Entrevistador)
- Reis, B. (2019). Diplomacia portuguesa já não quer diálogo na Venezuela. Só quer eleições. *Público*.
- Sousa, A. (17 de 12 de 2012). *Notícias Lusófonas*. Obtido de <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=653&catogory=Angola>
- Teixeira, N. S. (2016). Interesse nacional e globalização: o caso português entre a teoria e a história. Em D. R. Curto, *Estudos sobre a globalização* (p. 146). Lisboa: Edições 70.
- Teles, F. (2013). *A Diplomacia Pública No Contexto Das Organizações Internacionais – O Caso Da CPLP*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Lisboa: Universidade Lusófona Humanidades e Tecnologias.
- Terenó, R. (2017). (D. Mota, Entrevistador)
- Tratado de Lisboa. (2009). Tratado de Lisboa. Retrieved 3/04/2019, from https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf
- Villalobos, L. (09 de 02 de 2019). Obtido de <https://www.publico.pt/2019/02/09/economia/noticia/aicep-abre-concurso-novas-delegacoes-irlanda-cantao-1861304#gs.9WcDe0OB>
- Weimer, B. (2012). Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Retrieved from http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/Descent/IESE_Desc_web.pdf
- Westmann, G. (2015). Reflexões Sobre A Diplomacia Em Tempos De Globalização. *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 4, n.7.
- Whitman, R. G. (2019). The UK's European diplomatic strategy for Brexit and beyond. *International Affairs*, 95(2), 383–404. <https://doi.org/10.1093/ia/iiz031>

ANEXOS

ANEXO I - Análise ao inquérito efetuado aos diplomatas (Survey Monkey)

ANEXO II- Entrevistas autorizadas de embaixadores

ANEXO III- Entrevista do representante da AICEP

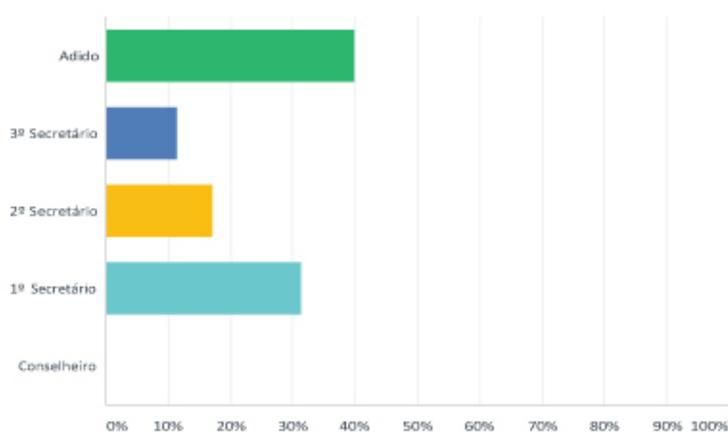
ANEXO IV- Entrevista do representante da Associação empresarial NERSANT

ANEXO V- Provas de acesso à carreira diplomática (anos de 1997 e 2017)

ANEXO I – Análise ao inquérito efetuado a diplomatas (MNE) – Survey Monkey

Q1 Qual a Categoria que exerce neste momento?

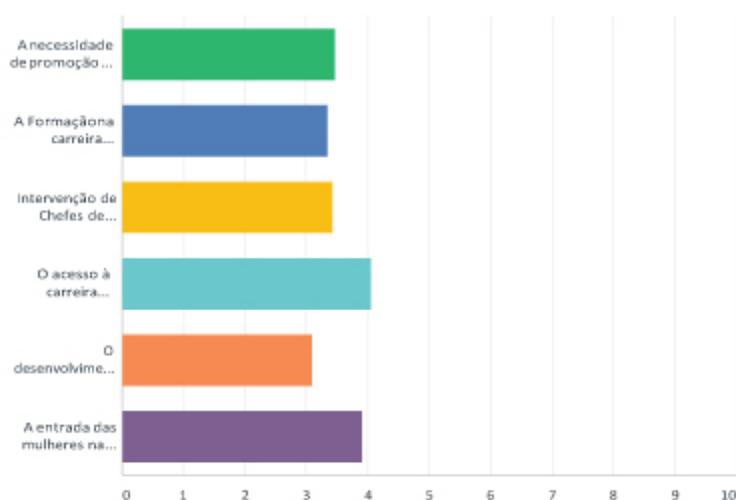
Responderam: 35 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Adido	40,00%	14
3º Secretário	11,43%	4
2º Secretário	17,14%	6
1º Secretário	31,43%	11
Conselheiro	0,00%	0
TOTAL		35

Q2 No seu entender, o que mudou de forma mais significativa nos últimos 20 anos, no que concerne à actividade diplomática?(Por ordem crescente de 1 a 7 nas opções comentário)

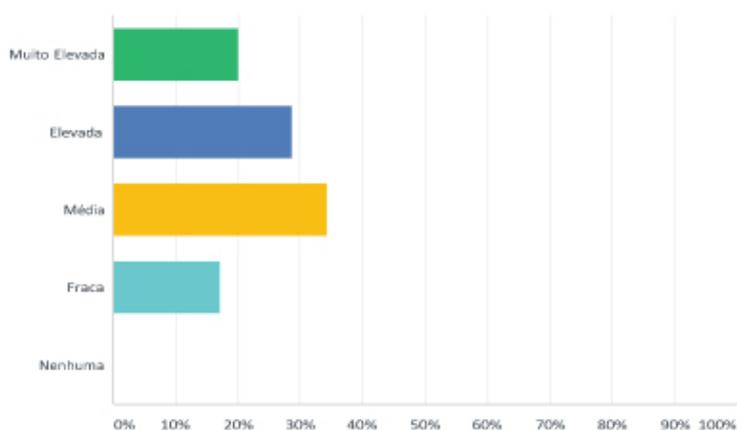
Responderam: 35 Ignoraram: 0



	1	2	3	4	5	6	N/A	TOTAL	PONTUAÇÃO
A necessidade de promoção do país, de captação de investimento e de exportação	33,33% 10	3,33% 1	0,00% 0	26,67% 8	13,33% 4	23,33% 7	0,00% 0	30	3,47
A Formação na carreira diplomática	3,70% 1	11,11% 3	22,22% 6	29,63% 8	11,11% 3	7,41% 2	14,81% 4	27	3,35
Intervenção de Chefes de Estado em questões anteriormente exclusivas a diplomatas	6,67% 2	16,67% 5	26,67% 8	16,67% 5	13,33% 4	13,33% 4	6,67% 2	30	3,43
O acesso à carreira diplomática	28,13% 9	18,75% 6	12,50% 4	12,50% 4	18,75% 6	6,25% 2	3,13% 1	32	4,06
O desenvolvimento das novas tecnologias	6,06% 2	21,21% 7	18,18% 6	9,09% 3	21,21% 7	24,24% 8	0,00% 0	33	3,09
A entrada das mulheres na carreira diplomática	20,59% 7	23,53% 8	14,71% 5	8,82% 3	14,71% 5	11,76% 4	5,88% 2	34	3,91

Q3 No decorrer da categoria que actualmente exerce, como caracteriza a sua interação com o topo da hierarquia (Ministros plenipotenciários e Embaixadores)

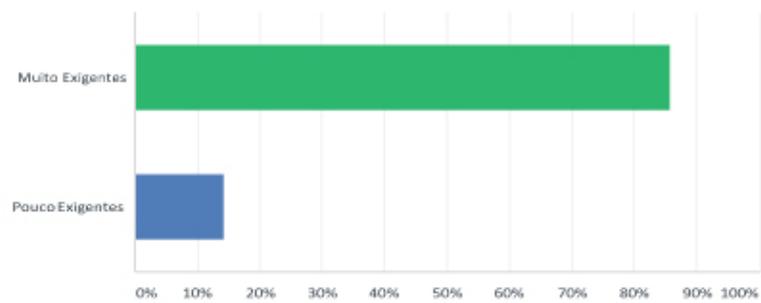
Responderam: 35 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Muito Elevada	20,00%	7
Elevada	28,57%	10
Média	34,29%	12
Fraca	17,14%	6
Nenhuma	0,00%	0
TOTAL		35

Q4 Considera que as provas de acesso à carreira são:

Responderam: 35 Ignoraram: 0

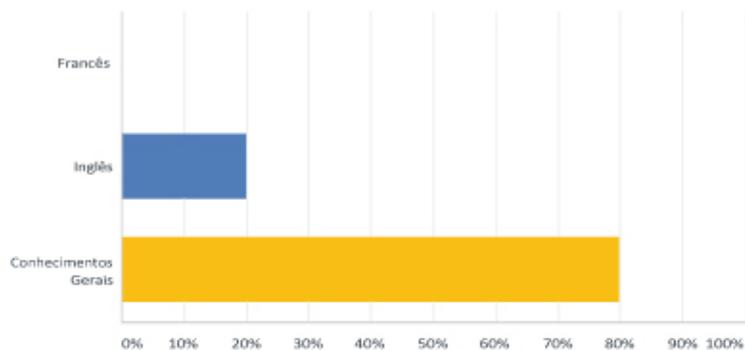


OPÇÕES DE RESPOSTA

RESPOSTAS

Q5 Na sua Opinião quais as matérias mais importantes para o exercício da actividade diplomática?

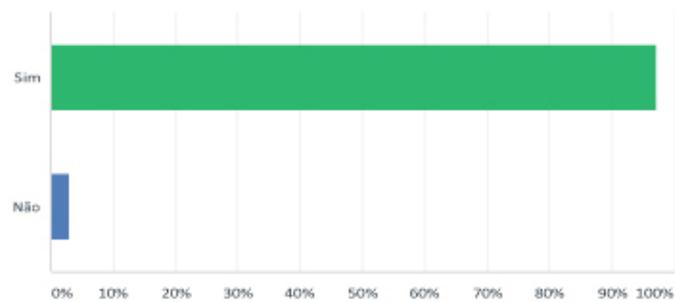
Responderam: 35 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
Francês	0,00% 0
Inglês	20,00% 7
Conhecimentos Gerais	80,00% 28
TOTAL	35

Q6 Na sua opinião essa interacção e aprendizagem com os mais experientes é necessária?

Responderam: 35 Ignoraram: 0

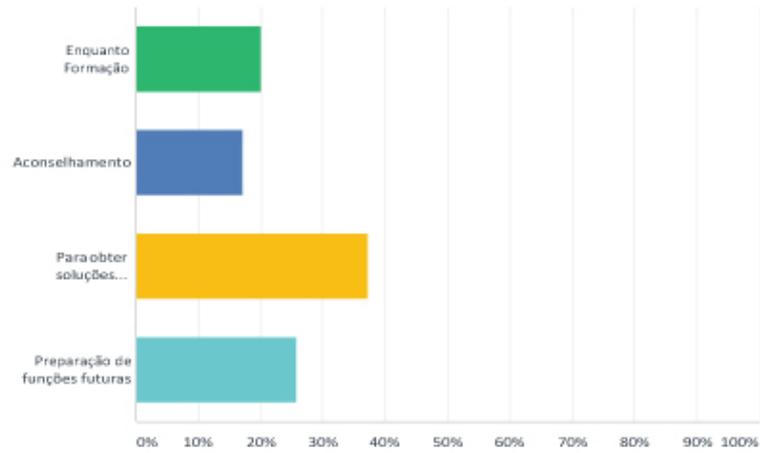


OPÇÕES DE RESPOSTA

RESPOSTAS

Q7 Se respondeu Sim, em que circunstâncias? (Escolher apenas a mais importante)

Responderam: 35 Ignoraram: 0

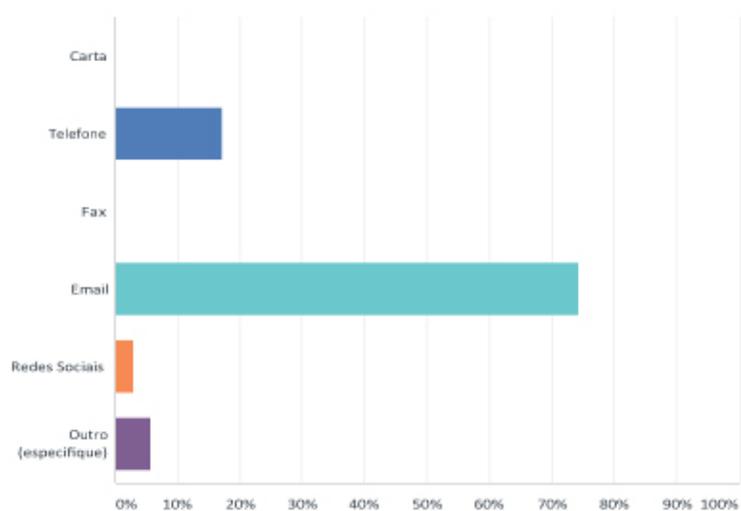


OPÇÕES DE RESPOSTA

RESPOSTAS

Q8 Quando precisa de comunicar com outros diplomatas qual o meio de comunicação que privilegia?

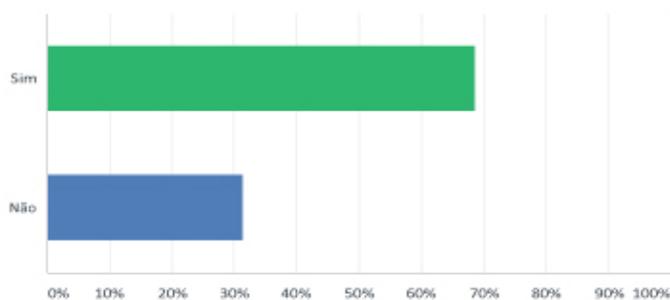
Responderam: 35 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Carta	0,00%	0
Telefone	17,14%	6
Fax	0,00%	0
Email	74,29%	26
Redes Sociais	2,86%	1
Outro (especifique)	5,71%	2
TOTAL		35

Q9 Considera que a utilização de correio electrónico e das redes sociais pode gerar perigos até aqui acautelados pelos meios de comunicação anteriormente usados?

Responderam: 35 Ignoraram: 0

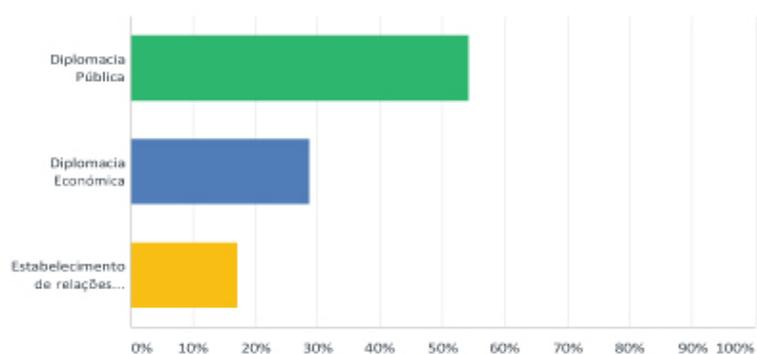


OPÇÕES DE RESPOSTA

RESPOSTAS

Q10 Em que aspectos considera que a Diplomacia Portuguesa deve trabalhar mais no sentido de melhorar o seu desempenho?

Responderam: 35 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Diplomacia Pública	54,29%	19
Diplomacia Económica	28,57%	10
Estabelecimento de relações pessoais fulcrais para as relações diplomáticas	17,14%	6
TOTAL		35

ANEXO II- Entrevistas autorizadas de embaixadores

Entrevista escrita

Henrique Silveira Borges

Embaixador de Portugal na Argentina

P: Nome e Idade

R: Henrique M. V. da Silveira Borges. 63 anos.

P: Há quanto tempo exerce o cargo atual?

R: Há 5 anos.

P: Onde e quando iniciou a carreira diplomática?

R: Em 1979.

P: Quais as funções que já exerceu na carreira diplomática e em que embaixadas?

R: Anexo CV.

P: Quais as principais tarefas que executava em cada função?

R: Vd. CV anexo.

Para além das funções de Chefe de Missão (em Riade, Seul e Buenos Aires), exerci em Brasília (meu primeiro posto) e em Dublin as funções de encarregado da Secção Consular. Exercia cumulativamente outras funções, tais como as de responsável pelos assuntos jurídicos da Embaixada, de coordenador das questões económicas (em Brasília) e de substituto legal do Chefe de Missão (em Dublin). Na delegação portuguesa junto da NATO

(conhecida como DELNATO), além de substituto legal do Chefe de Missão, exerci múltiplas funções de coordenação (de assuntos de defesa tratados pelos conselheiros militares da Missão e por alguns dos diplomatas, nomeadamente). Tinha especificamente a meu cargo a representação portuguesa no Comité Político e, quando assumi as funções de Representante Permanente Adjunto (RPA), de representante português no Comité dos RPA, encarregado entre outras questões de preparar e negociar as decisões das reuniões ministeriais e as cimeiras (Chefes de Estado e de Governo) da NATO.

Em Lisboa – no MNE – na qualidade de Encarregado de Missão da CPLP tinha a meu cargo a representação nacional no órgão coordenador permanente da CPLP (não me recordo exatamente o nome do órgão, mas creio que se chama Conselho Coordenador Permanente – CCP).

Colaborei na preparação e exercício das três presidências portuguesas da CE/UE: em 1992, 2000 e 2007. As duas primeiras em Lisboa, como responsável pelo Brasil e pela América do Sul (1992), e (em 2000) como Coordenador Nacional do Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu. Em 2007 estava em Seul, e coordenei a presidência portuguesa da UE na Coreia do Sul.

(Trata-se apenas de um resumo muito breve, pelo que caso necessite de mais elementos agradecia que não hesitasse em solicitá-los).

P: Considera que essas funções continuam a ser as mesmas hoje em dia ou já houve alterações significativas?

R: Julgo que as funções cardeais da diplomacia – representação, negociação, informação, proteção consular, se bem me lembro do que dizem os manuais de estilo – se mantêm. Todavia, creio que o respetivo exercício tem sofrido

uma evolução e alterações muito significativas, assim como a sua importância relativa.

Assim, entre essas três funções, creio que a importância da primeira (representar) tem diminuído, atendendo à globalização da informação e à facilidade das comunicações entre os governos e os agentes económicos, culturais e outros, que afetam sem dúvida o tradicional papel de *go-between* do diplomata entre diferentes jurisdições, governos e sociedades civis.

A importância da segunda – negociar – sofrerá também com as tendências que acabo de assinalar, embora o respetivo impacto seja assimétrico. Os contactos e as negociações mais críticas são hoje com frequência conduzidas diretamente entre governos e agentes da sociedade civil. Mas, por outro lado, a expansão da diplomacia multilateral coloca novas responsabilidades sobre o diplomata.

A terceira – informar – pelo contrário tende a ganhar maior relevo. Não só porque – ao contrário do que se pensa – a “era da informação” não significa nem mais nem melhor informação, mas mais riscos de desinformação e de manipulação da informação. Cabe ao diplomata um papel que pode ser crítico, e que consiste em procurar saber o que “realmente se passa”, separando o trigo do joio, condensando e decantando informação por forma a torná-la mais incisiva e mais objetiva. Ponto é tenha bem consciência do seu papel e que seja escutado... Ainda a este respeito, a função de informar deve também ser encarada num sentido mais amplo, ditado pelas exigências da chamada “diplomacia pública” e pelas novas tecnologias. São plataformas que, se utilizadas plenamente, conferem ao diplomata um papel muito visível na projeção da imagem, das prioridades e dos interesses do seu país junto do país onde exerce funções.

Quanto à função de proteção dos seus nacionais, julgo que a sua importância se mantém na íntegra, e pode mesmo tender a aumentar com a multiplicação dos focos de conflito.

A estas ordens de fatores, creio que há que acrescentar as especificidades de uma organização sem precedentes como é hoje a UE, que envolve um conjunto de práticas negociais e de processos de decisão (utilização extensiva de maiorias qualificadas; grupos informais com poder substancial – caso do Eurogrupo; extrema complexidade institucional e decisional, etc) e de “tecnicidade”, que a afastam do exercício da diplomacia tradicional, mas com as quais os diplomatas têm também de saber lidar adequadamente.

P: Em que medida é que essas mudanças podem ter afetado a função diplomática e o seu respetivo exercício?

R: Julgo que esta questão está parcialmente respondida no ponto anterior. Salientaria apenas de novo que, no meu entender, as mudanças que mais afetam a prática diplomática estão ligadas ao relevo crescente da informação e da comunicação públicas, à difusão das novas tecnologias e ainda – em casos específicos – à evolução da CE/EU para uma organização com um carácter transnacional, com profundas implicações na vida dos seus EM's em todos os seus aspetos.

P: O incremento das Novas tecnologias vieram facilitar (ou não) a função diplomática? E em que medida?

R: Vd. respostas às duas questões anteriores.

P: A internet/redes sociais representam uma ferramenta, um perigo ou um desafio? Porquê?

R: Representam as três coisas. Ferramenta porque facilitam enormemente a comunicação e a difusão da informação “em tempo real”. Perigo porque são muito vulneráveis às técnicas de manipulação da informação e da opinião em larga escala. Desafio porque exigem dos decisores e de quem os assessoram uma acurada e constante atenção no sentido justamente de contrariar esses riscos (o que não significa que não possam também utilizá-la com fins menos nobres ou isentos...).

P: O "escrutínio" do público (que aumentou devido à facilidade de acesso à informação), condiciona de alguma forma as decisões e negociações diplomáticas?

R: Sem dúvida. Os decisores deverão realizar esforços crescentes no sentido de não tomarem as suas decisões pensando primordialmente no seu impacto público, sobretudo “mediático”. Mas é um desafio crescente.

P: Considera que o acesso à carreira diplomática está hoje em dia mais facilitada ou mais dificultada (grau de dificuldade das provas de acesso; requisitos; competências básicas)? Porquê?

R: Julgo que o grau de dificuldade e de desafio se mantém no essencial.

P: Quais as principais diferenças que apontaria (em termos de funções), entre um adido de embaixada atual e as funções que exerceu enquanto adido no início da sua carreira? (Se aplicável)

R: Em conformidade com o que acima expus, julgo que deverá estar mais atento às novas dimensões ou modalidades do exercício da diplomacia e aos desafios que representam.

P: A que é que um diplomata hoje tem de dar mais atenção? À informação, negociação, representação, proteção de nacionais? E porquê?

R: A todos esses aspetos, talvez com uma menor ênfase nos aspetos ligados à representação, pelo menos no seu sentido mais tradicional. A importância relativa de cada uma dessas funções depende muito das circunstâncias e dos interlocutores. Mas todas continuam a ser importantes.

P: Considera que o aumento da intervenção de políticos no campo diplomático, retira importância ao papel do diplomata ou apenas o complementa? Porquê?

R: Como referi, a facilidade de contactos directos e de comunicação entre os diversos decisores e agentes (sejam políticos, económicos, culturais ou outros) representa um desafio crescente para o diplomata. Terá contudo de conviver com ele e procurar valorizar junto desses agentes o seu papel, que pode fazer a diferença e prevenir erros de percepção e de decisão.

NOTA: O acordo à publicação desta entrevista foi enviado pelo Senhor Embaixador Henrique Borges à candidata Maria Dulce de Oliveira Mota por e-mail no dia 9 de janeiro de 2021 às 17:12. O acordo encontra-se na posse da candidata e foi também enviado para conhecimento à direção do curso do MIREE da UÉ.



EMBASSY OF PORTUGAL
VIENNA

Viena, 11 de Janeiro de 2021

Declaração

Eu, António de Almeida Ribeiro, declaro ter autorizado a Dra. Maria Dulce Mota a publicar a entrevista que lhe concedi em 23/02/2017, na qualidade de então Embaixador de Portugal na Santa Sé, a fim de ser a mesma anexa à dissertação de Mestrado: “Diplomacia Portuguesa no mundo globalizado - Mudanças e Continuidades.”

O Embaixador

António de Almeida Ribeiro

Entrevista escrita

António de Almeida Ribeiro

Embaixador de Portugal em Roma

P: Nome e Idade

R: António de Almeida Ribeiro- 61 anos

P: Há quanto tempo exerce o cargo atual?

R: Há 4 anos.

P: Onde e quando iniciou a carreira diplomática?

R: Em 1979. Estive colocado em Lisboa (MNE e Presidência da República) nos primeiros 4 anos, até ser colocado no estrangeiro.

P: Quais as funções que já exerceu na carreira diplomática e em que Embaixadas?

R: Forma funções muito variadas, conforme os diferentes cargos exercidos. Assinalaria a promoção das relações bilaterais com Portugal e defesa dos interesses dos portugueses, o acompanhamento da situação política nos países em que estava acreditado, concessão de apoio consular aos cidadãos portugueses com interesse no país, e vive-versa, aos empresários locais com interesses em Portugal, promoção de atividades de divulgação cultural e da língua portuguesa, funções de representação, etc.

P: Considera que essas funções continuam a ser as mesmas hoje em dia ou já houve alterações significativas?

R: Considero que as funções se mantêm genericamente válidas.

P: O incremento das novas tecnologias veio facilitar (ou não) a função diplomática? E em que medida?

R: As novas tecnologias vieram facilitar muito o exercício da atividade diplomática, mas tornando-a também mais exigente e mais competitiva.

P: A internet/redes sociais representam uma ferramenta, um perigo ou um desafio? Porquê?

R: Representam uma ferramenta cada vez mais necessária no mundo globalizado em que vivemos.

P: O "escrutínio" do público (que aumentou devido à facilidade de acesso à informação), condiciona de alguma forma as decisões e negociações diplomáticas?

R: Excluindo a necessidade de reserva em algumas situações da atividade diplomática, imprescindível muitas vezes para garantir o seu bom êxito, julgo que só haverá vantagem numa diplomacia pública que possa ser "escrutinada" pela opinião pública, a qual frequentemente desconhece e está mal informada sobre a verdadeira realidade da política externa e atuação dos diplomatas.

P: Considera que o acesso à carreira diplomática está hoje em dia mais facilitada ou mais dificultada (grau de dificuldade das provas de acesso; requisitos; competências básicas)? Porquê?

R: Considero que o nível de exigência se mantém muito elevado, mas talvez mais dificultado pelo crescente aumento do número de candidatos, sem que tenha havido uma plena correspondência no número de vagas disponíveis.

P: A que é que um diplomata hoje tem de dar mais atenção? À informação, negociação, representação, proteção de nacionais? E porquê?

R: Não me parece que haja diferenças substanciais, talvez com exceção da tónica que hoje se dá, e bem, à chamada “diplomacia económica”.

P: A que é que um diplomata hoje tem de dar mais atenção? À informação, negociação, representação, proteção de nacionais? E porquê?

R: Julgo que todos os aspetos indicados são igualmente relevantes, mas tal depende muito do posto em que se está colocado e da função concreta que se exerce. Por exemplo, num consulado é especialmente relevante o apoio aos cidadãos portugueses, ao passo que numa embaixada, ou numa Representação Permanente, o leque de tarefas também abrange tendencialmente as outras áreas e matérias referenciadas na pergunta.

P: Considera que o aumento da intervenção de políticos no campo diplomático, retira importância ao papel do diplomata ou apenas o complementa? Porquê?

R: Julgo que complementa. A diplomacia é um instrumento do poder político que se mantém válido, mesmo que tenha sofrido importantes adaptações e modificações ao longo dos tempos. Mas a percepção da realidade e das especificidades locais podem ser mais facilmente apreendidas *in loco* pelos diplomatas, tornando-se num suporte muito útil, e porventura insubstituível, para apoio e aconselhamento do poder político e das opções que são tomadas em matéria de política externa.

Roma, 23 de fevereiro de 2017

ANEXO III - Entrevista do representante da AICEP

Entrevista

Anabela Raposo

AICEP

P: Em que medida uma delegação da AICEP, presente numa embaixada, pode ser uma mais-valia para o aumento das exportações, a fixação de empresas no estrangeiro ou a captação de investimento para Portugal?

R: A integração das Delegações da AICEP nas Embaixadas, veio sem dúvida resultar numa maior proximidade que é sempre de salutar na realização de projetos/ações de promoção da imagem de Portugal, da economia portuguesa, dos produtos e empresas nacionais e também na captação do investimento estrangeiro.

P: Há perspetiva de abertura de mais delegações em embaixadas portuguesas e quais?

R: De acordo com o plano 2017-2018, a rede Externa da AICEP terá novos pontos de rede, como por exemplo Cantão, aquando da abertura do Consulado, e Irlanda.

P: A globalização e o crescimento de novos atores diplomáticos (políticos, representantes de instituições, etc) retira ou acrescenta importância, e em que medida, às instituições que representam os empresários e a economia?

R: Acreditamos que as sinergias que possam acontecer do esforço conjunto das várias entidades envolvidas na internacionalização da economia portuguesa, de uma forma geral, são extremamente importantes.

P: A internacionalização das empresas portuguesas ajuda a afirmar mais o país e contribui para a diplomacia? Em que medida?

R: A internacionalização das empresas portuguesas é um fator determinante para o crescimento da economia nacional. São vários os sectores em que os produtos portugueses são cada vez mais reconhecidos internacionalmente, acrescentam valor e são vendidos num crescente número de mercados. A Marca *Portugal* é cada vez mais um ativo reconhecido internacionalmente e isso, naturalmente, contribui também para a notoriedade do país.

20 de novembro de 2017

ANEXO IV - Entrevista do representante da Associação empresarial NERSANT

Entrevista

António Campos

Presidente da Comissão Executiva da NERSANT

P: A NERSANT já recorreu, nos processos de internacionalização, exportações e/ou captação de parceiros e investidores, a diplomatas portugueses no estrangeiro?

R: A Nersant, sempre que possível, recorre do apoio de entidades oficiais no estrangeiro, como sejam as delegações da AICEP e, em algumas circunstâncias, tem tido o apoio dos consulados.

P: O facto de a AICEP ter passado a estar nas embaixadas portuguesas veio facilitar a interação e as relações económicas em outros países?

R: Claramente. Penso que a proximidade da diplomacia é fundamental para haver uma maior interação com as entidades locais.

P: Que situações destaca de colaborações que tenham existido com diplomatas (casos concretos de negócios ou abertura de portas para negócios)

R: Dou o exemplo do Cônsul Geral da Beira – Moçambique, uma pessoa que estava claramente empenhada na ligação aos empresários e organismos da Província. Era um facilitador. Eu diria que era um exemplo do que os nossos empresários precisam de ter, que minimiza o esforço de conhecimento dos mercados externos.

P: Na sua perspetiva qual é a importância da diplomacia portuguesa nos casos de sucesso de internacionalização e/ou exportações?

R: Penso que faz a diferença. É fácil compreender que se tivermos uma diplomacia empenhada e que compreende o seu papel no campo dos negócios, os resultados aparecem, pois tudo se torna muito mais facilitado.

P: A globalização e o crescimento de novos atores diplomáticos (políticos, representantes de instituições, etc) retira ou acrescenta importância, e em que medida, às instituições que representam os empresários e a economia?

R: Eu vejo esta questão de maneira diferente. Todos somos precisos, desde que cada um cumpra o seu papel. O erro está, muitas das vezes, haver entidades que se pretendem substituir a outras, mesmo que essa não seja a sua missão. Quando assim é, ninguém ganha. Todos perdem e, em última instância, perde o país.

P: As associações empresariais e instituições especializadas têm cada vez mais o papel que poderia estar ou esteve reservado a diplomatas?

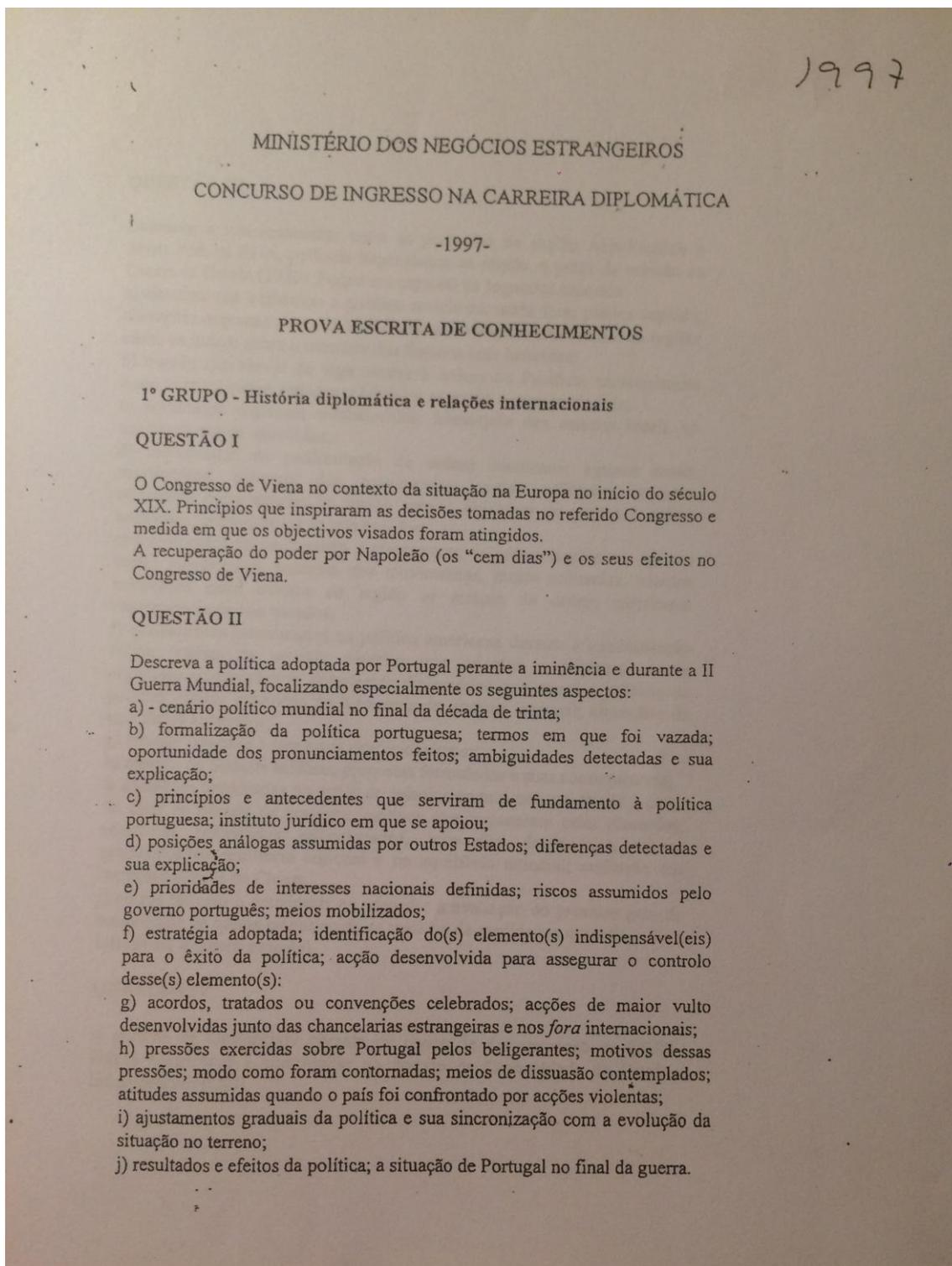
R: Não vejo tanto assim, apesar de muitas das vezes as associações terem de fazer o papel da diplomacia, enquanto facilitador, pois não há cultura diplomática para intervir em processos empresariais, pois não estão formatados para estas alterações que a globalização forçou a acontecer. São as novas funções de uma diplomacia eficaz.

P: Se tiver conhecimento de algum caso em que a diplomacia/diplomatas deram uma ajuda para uma empresa se implantar no estrangeiro e ou exportar pode, se possível, indicar qual e o contacto?

R: Como compreenderá, muitas destas situações acontecem sem que se possa medir de forma matemática. É fácil compreender que quando uma empresa realiza negócios em países em que não existe histórico de transações, por norma está uma intervenção da AICEP e/ou da representação

diplomática nesse país. É nos mercados mais difíceis ou sem histórico que as empresas carecem de apoios fortes instalados no terreno.

ANEXO V - Provas de acesso à carreira diplomática (anos de 1997 e 2017)



QUESTÃO III

- Descreva o relacionamento entre as potências da região Ásia-Pacífico e destas com os EUA, potência hegemónica na região, a partir da eclosão da Guerra da Coreia (1950). Foque em especial os seguintes aspectos:
- a) doutrina que enformou a política americana nesta fase; prática seguida; alterações impostas ao estilo tradicional das relações interestatais na região; efeito da ordem sobre a estrutura dos Estados nela inseridos;
 - b) tratado que serviu de viga mestra à ordem no Pacífico; características desse tratado; outros tratados celebrados segundo o mesmo modelo;
 - c) equilíbrios regionais estabelecidos; hierarquia dos estados locais no quadro da ordem americana;
 - d) movimentos de confrontação da ordem americana; agentes destes movimentos; natureza dos movimentos; meios utilizados, tratados celebrados entre estados da região com o objectivo de resistir à ordem americana; consequência de tais tratados;
 - e) movimentos de contestação e afastamento da ordem americana; agentes destes movimentos; natureza dos movimentos; meios utilizados, tratados celebrados entre estados da região ao arpejo da ordem americana; consequência de tais tratados;
 - f) ajustamentos introduzidos na política americana durante a administração Nixon; causas da revisão; doutrina que orientou a mudança; novos objectivos contemplados; documento diplomático que marca a inflexão da política; efeitos induzidos na hierarquia do sistema regional; alterações de equilíbrios anteriores;
 - g) reacção japonesa a este novo condicionalismo;
 - h) reacção do Sudeste asiático; propostas formuladas e suas consequências;
 - i) alterações observadas no estilo do relacionamento externo chinês a partir do final da década de sessenta; motivos que impuseram estas alterações; objectivos prioritários seleccionados; inovações doutrinárias; efeitos produzidos no equilíbrio regional e no equilíbrio mundial; avaliação das intenções actuais da China;
 - j) outros factores a considerar ao proceder à avaliação do presente grau de estabilidade da ordem estabelecida na região e da medida em que esta poderá influenciar a ordem mundial.

QUESTÃO IV

A política de Gorbatchov perante os riscos de desintegração da URSS. Forças centrífugas e centripodas no âmbito da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

2º GRUPO - Direito (internacional e comunitário)

QUESTÃO I

Condicionantes internacionais e comunitárias de uma resolução da questão de Timor conforme ao princípio da autodeterminação dos povos.

QUESTÃO II

As recentes operações de manutenção de paz sob a égide da ONU e o Capítulo VII da Carta da Nações Unidas.

QUESTÃO III

A reforma da ONU, em especial o alargamento do Conselho de Segurança.

QUESTÃO IV

A liberdade de circulação na União Europeia e a cooperação europeia em matéria policial.

3º GRUPO - Política económica e economia internacional

QUESTÃO I

O Serviço da dívida externa coloca problemas graves ao desenvolvimento de muitos países.

- a) Enuncie alguns factores que, na sua opinião, estarão na base da acumulação da dívida externa por parte dos países menos desenvolvidos.
- b) Recorde e comente algumas iniciativas que conheça para minorar o problema. Os programas de ajustamento do Fundo Monetário Internacional serão parte da solução?
- c) O Ministro das Finanças anunciou recentemente que o Governo português estaria disposto a renegociar a dívida dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Prepare uma nota sucinta para o representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros num Grupo de Trabalho a constituir para estudar o problema (sugestões: que condições devem os países beneficiários cumprir para obterem uma redução de encargos? que tipo de dívida deverá ser considerada em primeiro lugar? que contrapartida deverá o Governo português solicitar?).

QUESTÃO II

O Ministro das Finanças alemão levantou recentemente a possibilidade de os países que aderirem à Moeda Única deixarem de beneficiar do Fundo de Coesão.

- a) Recorde, brevemente, as vantagens e inconvenientes de Portugal aderir à Moeda Única desde o seu início.
- b) Quais são os principais objectivos dos diferentes Fundos Estruturais de que Portugal beneficia?
- c) Prepare uma nota sucinta para a delegação portuguesa utilizar numa reunião em que se discuta a posição do Ministro das Finanças alemão acima referida.

3º GRUPO - Política económica e economia internacional

QUESTÃO I

O Serviço da dívida externa coloca problemas graves ao desenvolvimento de muitos países.

a) Enuncie alguns factores que, na sua opinião, estarão na base da acumulação da dívida externa por parte dos países menos desenvolvidos.

b) Recorde e comente algumas iniciativas que conheça para minorar o problema. Os programas de ajustamento do Fundo Monetário Internacional serão parte da solução?

c) O Ministro das Finanças anunciou recentemente que o Governo português estaria disposto a renegociar a dívida dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Prepare uma nota sucinta para o representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros num Grupo de Trabalho a constituir para estudar o problema (sugestões: que condições devem os países beneficiários cumprir para obterem uma redução de encargos? que tipo de dívida deverá ser considerada em primeiro lugar? que contrapartida deverá o Governo português solicitar?).

QUESTÃO II

O Ministro das Finanças alemão levantou recentemente a possibilidade de os países que aderirem à Moeda Única deixarem de beneficiar do Fundo de Coesão.

a) Recorde, brevemente, as vantagens e inconvenientes de Portugal aderir à Moeda Única desde o seu início.

b) Quais são os principais objectivos dos diferentes Fundos Estruturais de que Portugal beneficia?

c) Prepare uma nota sucinta para a delegação portuguesa utilizar numa reunião em que se discuta a posição do Ministro das Finanças alemão acima referida.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA

PROVA DE CONHECIMENTOS

INSTRUÇÕES

1. No seu próprio interesse leia atentamente estas instruções.
2. Preencha com letra legível a ficha de identificação que se destina a garantir o anonimato da prova. A prova não deverá ser assinada ou rubricada em nenhum local.
3. O candidato deve, porém, identificar, na folha de prova, o grupo de matérias a que corresponde a sua resposta, bem como o número da questão respondida.
4. A prova tem a duração de 3 (três) horas.
5. O enunciado da prova é constituído por 5 (cinco) páginas.
6. Responda numa caligrafia legível.
7. Da lista de 12 (doze) questões que integram o enunciado da prova (4 de História diplomática e relações internacionais; 4 de Direito internacional e direito comunitário; 4 de Política económica e relações económicas internacionais), o candidato deverá responder apenas a duas perguntas, à sua escolha, pertencentes a grupos diferentes.
8. Escreva as respostas referentes às questões escolhidas, necessariamente de dois grupos diferentes de matérias, em folhas de prova separadas, cada uma das quais não poderá ultrapassar as 4 (quatro) páginas, isto é, uma folha de prova.
9. Durante a prova não é permitida a consulta de qualquer documentação, para além daquela que venha a ser facultada aos candidatos.
10. Quando terminar a sua prova, entregue-a juntamente com a ficha de identificação aos responsáveis presentes na sala.



CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2017

Prova Escrita de Conhecimentos

21 de outubro de 2017

GRUPO I

RELAÇÕES INTERNACIONAIS, HISTÓRIA E HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

Questão 1

Portugal foi um país beligerante na Primeira Guerra (1914-1918) e um país neutro na Segunda Guerra mundial (1939-1945). Analise, em perspetiva comparada, a política externa portuguesa de beligerância e neutralidade nas duas guerras mundiais, relacionando-a com os objetivos nacionais e as estratégias políticas da República e do Estado Novo.

Questão 2

"Historicamente, Portugal pensou-se como um país atlântico e colonial que, quando o peso do vetor marítimo era excessivo, procurava compensações continentais. Hoje, pensa-se como país europeu que procura rentabilizar a posição atlântica e as relações pós-coloniais."

Comente a afirmação analisando em termos de continuidade e mudança a política externa portuguesa antes e depois da transição à democracia.

Questão 3

Considerando a notificação apresentada pelo Reino Unido ao Conselho Europeu, da sua intenção de sair da União Europeia (UE) ao abrigo do artigo 50.º do Tratado da UE, num processo comumente designado por *Brexit*, discuta as potenciais consequências para o processo de integração europeia e as opções que, neste contexto, se colocam à política externa portuguesa.

Questão 4

"A vinculação ao multilateralismo, às Nações Unidas e às suas diversas agências constitui um princípio essencial da política externa portuguesa".

Comente esta afirmação e identifique os principais domínios de debate e ação da diplomacia portuguesa no atual contexto do sistema das Nações Unidas.



CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2017

Prova Escrita de Conhecimentos

21 de outubro de 2017

GRUPO II

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

Questão 1

Dadas as dificuldades de negociação do *Brexit* com a União Europeia, poderia o Reino Unido ignorar o quadro definido pelo artigo 50.º do Tratado da União Europeia e refugiar-se na convicção que um “*tratado é um pedaço de papel*”, segundo o conhecido desabafo de um chanceler alemão, corria o ano aziago de 1914?

Questão 2

A Carta das Nações Unidas estabelece: “*A Organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros*” [v. artigo 2.º, n.º 1)] – analise a relevância jurídica deste compromisso e avalie o seu significado no contexto da comunidade jurídica internacional do século XXI.

Questão 3

Comente a seguinte afirmação:

“Apesar de a *Constituição dos Oceanos* referir nos considerandos do preâmbulo que os Estados estavam “conscientes de que os problemas do espaço oceânico estão estreitamente inter-relacionados e devem ser considerados como um todo”, só a criação da Área pode ser dada como exemplo relevante de uma gestão internacional e global dos mares e dos oceanos”.

Questão 4

No processo contínuo de luta pelo Estado de Direito, a União Europeia enfrenta, na actualidade, várias e perigosas ameaças com origem nas legislações e práticas de alguns dos seus Estados-membros. Como caracteriza e classifica o grau de eficácia da reacção, agora e no futuro, da União Europeia a estas ameaças, no quadro dos meios e instrumentos previstos nos tratados institutivos?



CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2017

Prova Escrita de Conhecimentos

21 de outubro de 2017

GRUPO III

POLÍTICA ECONÓMICA E RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS

Questão 1

Na Área do Euro as políticas macroeconómicas dos países membros estão condicionadas por instituições europeias e nacionais. O Banco Central Europeu e os bancos centrais dos países da área do euro têm estatuto de independência.

Por seu lado, a política orçamental dos estados da União Europeia é vigiada pela Comissão e pelo Conselho Europeu, no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Vários países criaram organismos técnicos dotados de independência, como é o caso dos *fiscal councils* (em Portugal, Conselho de Finanças Públicas).

- a) (3 valores) Que significa uma instituição ter estatuto de independência?
- b) (6 valores) Como se concilia a independência de uma instituição com a democracia, em particular com a democracia nos estados-nação da União Europeia?
- c) (4 valores) O cenário macroeconómico do orçamento de Estado tende a ser optimista o que, por si só, produz um enviesamento deficitário. Explique este facto e indique um modo de o evitar.
- d) (7 valores) Por que razões foi criado o Pacto de Estabilidade e Crescimento e por que mecanismos principais condiciona a política orçamental dos países membros?

Questão 2

As negociações internacionais relativas ao comércio encontram-se numa encruzilhada. Vejamos: (i) quanto à ronda em curso (Doha Round) no âmbito da Organização Mundial do Comércio (WTO), as negociações encontram-se paralisadas; (ii) decorrem iniciativas de natureza bilateral e plurilateral, como por ex., Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP), Trans-Pacific Partnership (TPP); (iii) a administração americana iniciou processo de re-negociação do North American Free Trade Agreement (NAFTA) e decidiu abandonar as negociações TPP; (iv) surgem iniciativas de medidas proteccionistas. Tomando por referência estes elementos, e outros que julgue pertinentes:

- a) (5 valores) Que razões explicam que a última ronda negocial no âmbito da WTO esteja paralisada?
- b) (5 valores) Discuta comparativamente as vantagens e desvantagens dos acordos bilaterais e plurilaterais, face aos multilaterais.
- c) (5 valores) Relativamente aos acordos tradicionais, que elementos têm ganho importância como objecto de negociação nos acordos plurilaterais e bilaterais em que a União Europeia tem estado envolvida? Escolha um desses elementos e discuta a dificuldade da sua negociação.

Por outro lado, a saída do Reino Unido da União Europeia iniciou um processo de negociação de grande escala e de largo âmbito.



CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2017
Prova Escrita de Conhecimentos

21 de outubro de 2017

- d) (5 valores) Na perspectiva dos negociadores da UE, que princípios deverão reger as negociações a serem conduzidas entre a União Europeia e o Reino Unido?

Questão 3

Alguns países africanos têm recursos naturais importantes mas têm problemas vários, tais como: grande parte da população encontra-se deslocada e fora do seu modo de ocupação tradicional; os países sofrem consequências de guerras civis e da aglomeração urbana; *rent-seeking* por parte dos poderes está na origem de uma grande concentração da riqueza; existe falta de mão de obra qualificada para fazer face às necessidades da saúde, da educação e da administração; a corrupção é um problema.

Relativamente a estas economias, se por um lado existem carências em que a ajuda ao desenvolvimento poderá ser benéfica, existem por outro lado sérias dificuldades na sua eficácia; quanto a estas dificuldades são de realçar as limitações da administração pública e da capacidade institucional dos 'países ajudados', assim como as motivações dos 'doadores' (e.g., países da União Europeia, Banco Mundial, *non-governmental organizations*, fundações privadas).

Tomando em consideração o acima referido, discuta genericamente os seguintes tópicos:

- a) (4 valores) Quais as motivações e os objectivos da ajuda, na perspectiva dos 'doadores'?
- b) (6 valores) Explique em que consiste a condicionalidade na ajuda ao desenvolvimento e que formas pode tomar.
- c) (6 valores) Tendo em atenção a eficácia da ajuda para os 'países ajudados', discuta as possíveis vantagens e desvantagens de a ajuda ao desenvolvimento ser condicionada ou não. Que elementos devem ser ponderados nessa opção política?
- d) (4 valores) Agora numa perspectiva geral, considera que os referidos problemas de certos países, no plano da governação e das instituições, colocam um dilema à política económica externa do Estado português? Em que medida tal dilema poderá ser tomado em conta nas opções de política económica externa, em particular no âmbito das competências e capacidades da diplomacia económica?

Questão 4

A economia portuguesa atravessa um longo período de relativa estagnação. Um impulso para o crescimento é a procura externa líquida (exportações menos importações de bens e serviços) mas até data muito recente, a balança de bens e serviços tem-se revelado deficitária.

Os governos afirmam a importância do fomento das exportações; quanto às políticas governamentais, podemos distinguir entre duas linhas de orientação: (i) medidas transversais de impacto geral; e (ii) medidas de apoio a determinados sectores ou empresas.

Tendo em consideração as tendências da evolução das relações externas da economia portuguesa:

- a) (5 valores) Indique um tipo de políticas adequadas visando cada uma dessas duas orientações, que possa ter alcance significativo na balança externa.



CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2017
Prova Escrita de Conhecimentos

21 de outubro de 2017

- a) (8 valores) Discuta as vantagens e eventuais riscos de cada uma das duas orientações referidas.

É comum, em Portugal, a acção política valorizar relativamente pouco a estabilidade regulamentar e fiscal, o que tem, entre outros, um efeito de desincentivo sobre o investimento privado.

- b) (3 valores) Discuta em que medida a acção diplomática de promoção do investimento directo estrangeiro (IDE) fica dificultada por esta prática.

- d) (4 valores) Indique um modo concreto de minorar os efeitos negativos dessa prática sobre os incentivos do IDE em Portugal. Discuta os efeitos positivos desta sua proposta, assim como eventuais efeitos negativos.

FIM